UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

SOBRE DIÁSPORAS E AUSÊNCIAS: LIMITES DO ESTADO E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE CIVIL MIGRANTE CENTRO-AMERICANA

Juliana Mércia Guilherme Vitorino

RECIFE
2016

Juliana Mércia Guilherme Vitorino

SOBRE DIÁSPORAS E AUSÊNCIAS: LIMITES DO ESTADO E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE CIVIL MIGRANTE CENTRO-AMERICANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência Política, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima.

Área de concentração: Relações Internacionais

RECIFE
2016

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

V845s Vitorino, Juliana Mércia Guilherme Vitorino.
Sobre diásporas e ausências : limites do Estado e a construção de uma sociedade civil migrante centro-americana / Juliana Mércia Guilherme Vitorino. – 2016.
200 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima
. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2016. Inclui referências.

1. Ciência política. 2. América Central - Migração. 3. Diáspora. 4. Sociedade civil migrante. I. Lima, Marcos Ferreira da Costa (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-59)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Juliana Mércia Guilherme Vitorino

SOBRE DIÁSPORAS E AUSÊNCIAS: LIMITES DO ESTADO E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE CIVIL MIGRANTE CENTRO-AMERICANA

Recife, 15 de agosto de 2016

Banca Examinadora:

_____
Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima – Orientador

_____
Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira – Examinador Interno (UFPE)

_____
Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque
Examinador Externo (UFPE)

_____
Prof. Dr. Antonio Manoel Elíbio Júnior – Examinador Externo (UFRN)

_____
Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque – Examinador Externo (UFS)

DEDICATÓRIA

A Leila, minha segunda mãe.
O telefonema certo em qualquer ocasião.
O modelo que não precisei procurar longe de casa.
Minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Uma das coisas que faço da vida é pesquisar. Amo a pesquisa, amo aquela sensação de curiosidade que aumenta a cada artigo lido, a cada livro finalizado e adoro as relações que começamos a fazer quando cruzamos conceitos, teorias, dados e, finalmente, entendemos alguns problemas. Alguns. Não todos. E essa é a minha angústia secreta. Tem alguns anos que pesquiso sobre dinâmicas migratórias centro-americanas e seus diferentes impactos no istmo. O tema sempre me foi instigante, me causava a boa e velha impaciência quando as respostas pareciam insuficientes. Mas tem um momento que me é sempre penoso: o da escrita.

Estava em pleno processo de escrita desta tese de doutorado enquanto via diariamente tragédias ocorrerem no historicamente cruel Mediterrâneo; E enquanto isso, a violência centro-americana recrudescia, alimentando o que vinha chamando de diáspora silenciada. O que eu sentia era terrível. A sensação de impotência era enorme. Por isso, não entendia e não entendo como pode ser viável uma postura acadêmica isenta, distante, limpinha e asséptica. Sinto muito, mas com o tempo passei a (re)conhecer os mortos.

Então, desde já, aviso: fui parcial. Chorei praticamente todos os dias, me angustiei pelos que sofrem de longe e, no caso centro-americano, me angustiei, às vezes, por amigos, por conhecidos que estavam, como dizemos, "no olho do furacão". Meus dias foram cheios de leituras pesadas e de cenas desgarradoras, várias matérias de jornais centro-americanos se amontoaram no meu computador, praticamente todas com a mesma narrativa: a migração não é entendida mais, pelo menos na América Central, como algo esperançador, sabe-se dos perigos – e eles aumentaram, mas, mesmo assim, continuam sendo enfrentados porque menos esperançador ainda é a vida periférica na periférica América Central. A construção da tese foi, emocionalmente, muito mais pesada do que imaginei que seria. Ao final disso tudo, porém, espero encontrar alguma razão nesse mundo, tão lindo quanto injusto, mas que amo e entendo como sendo a casa de todos nós.

Mas, nesse processo também houve momentos de lindeza. E é por isso que agradeço a:

Mainha e Painho. Que me viram escrever uma monografia, uma dissertação e uma tese e, acho que ainda não entendam direito como essas coisas funcionam. Mas sempre que eu estava em casa, se preocupavam com meu sono, me levavam café ou os sucos mágicos tão famosos na casa dos Vitorino. Não adianta, eles sempre cuidarão de mim de um jeito que eu nem espero.

Manuella Donato, pelo apoio de sempre, de longe ou de perto, mas sempre presente, pelos cafés e conversas cheias de carinho e cuidado, entre Recife e Caruaru. Companheira de tantas coisas, também de vida. Há muito amor compartilhado entre nós.

Rodrigo Albuquerque, por ter acreditado sempre, apoiado sempre e, de vez em quando, dar os chacoalhões necessários para que eu visse tudo em perspectiva. Na verdade, ele nem sabe das coisas que faz e é o mais bonito de tudo. Ele é uma das pessoas mais justas e corretas que conheço e, assim, vou aprendendo a ser também.

Raphael Garcia, por dividir textos, livros, pastas inteiras com conteúdo valioso e organizado, como só ele sabe organizar. Meu caos não é nada perto da organização dele, não poderia haver melhor companhia para compartilhar a escrita. Ahhh, e pela amizade e paciência, já ia esquecendo desses vários anos em que ajudamos a enriquecer a fortuna das empresas de telefonia e comunicação!

Aleksander Aguilar, por ser quem é, hoje mais do que nunca, alguém que me desafia e me apoia, com quem construo projetos e sonhos e, de vez em quando, quando ele não está indo embora, vou à praia;

Mariana Yante, por tantas conversas pretensiosas e também – talvez, sobretudo – pelas despretensiosas, sempre amei o cuidado que vinha de ti. Me impressiona como consegues entender as tormentas que pairam sobre mim e como a calma sempre chega contigo. Não haveria paz durante esse tempo se não houvesse você.

Vico Dênis, por falar de pós-colonialismo como se fosse receita de bolo de chocolate, com propriedade e doçura, me ajudando a compreender os percalços do meio do caminho, com uma atenção e generosidade gigantes que encontrei em poucos na Academia.

Juan Pablo Martín, pelas conversas e visões trocadas, pelos livros apossados, cafés tomados e todo o sarcasmo que lhe é peculiar, mas que, pacientemente, me ajudou a rever a rota de construção teórica dessa tese. Obrigada pela paciência e pelas pitadinhas de carinho ao longo de longos meses.

Por fim, mas não menos importante, a meu orientador, Prof. Marcos Costa Lima, pela paciência e acolhida de sempre, desde o mestrado e, finalizando, pelo menos por enquanto, essa etapa de minha formação acadêmica. Agradeço pela liberdade e autonomia no processo de construção não só da tese, mas por me fazer entender que essas características são fundamentais na vida acadêmica.

País mío no existes
sólo eres una mala silueta mía
una palabra que le creí al enemigo

Antes creía que solamente eras muy chico
que no alcanzabas a tener de una vez
Norte y Sur
pero ahora sé que no existes
y que además parece que nadie te necesita
no se oye hablar a ninguna madre de ti

Ello me alegra
porque prueba que me inventé un país
aunque me deba entonces a los manicomios

Soy pues un diosecillo a tu costa

Quiero decir: por expatriado yo
tú eres expatria

(Roque Dalton | El gran despecho)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 18

1.1. Aportes metodológicos: etapas 26

1.2. Aportes metodológicos: escolhas e delimitação 27

2. DESAFIOS TEÓRICOS: ENTRE AS TEORIAS DE DIÁSPORA E A DESCOLONIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES 29

2.1 Entre migrações e diásporas: a massificação dos movimentos migratórios 32

2.2 Conceituando e desfazendo problemas conceituais 37

2.3 Em torno à descolonização: por que uma mudança epistemológica? Ou descolonizar para não invisibilizar 41

2.3.1 A colonialidade do poder e o colonialismo interno como sistemas de diferenciação entre povos livres e povos subalternos 45

2.3.2 Necropolítica: ou quando a biopolítica não se confirma nas periferias do sistema mundo 58

2.3.3 Descolonizando a relação entre migração latina e o império estadunidense 62

3. HISTÓRIA COLONIAL E DESCOLONIZAÇÃO 67

3.1 Período pós-colonial: entre unionismo e integração como saídas pós-independências centro-americanas 71

3.2 Transição para o século XX e a continuidade de ingerências em bloco: México e Estados Unidos como forças de controle na região 74

3.3 Entre o cuidado e o abandono: a política externa dos Estados Unidos para a América Central 81

3.4 Entre pontes e fronteiras: que América Central? 85

4. FICAM PARA TRÁS GUATEMALA, HONDURAS E EL SALVADOR: "*UN CORAZÓN DE TIERRA QUE LATE ACELERADO*" 92

4.1 Pobreza como principal fator motivador da migração centro-americana.... 97

4.2 Motivações sociais e econômicas da emigração no Triângulo Norte Centro-americano 99

4.3 A violência como novo fator motivador da emigração no Triângulo Norte Centro-americano 110

4.4 Políticas de atenção ao migrante 114
5. A DISPERSÃO: IDENTIDADES, PRECARIEDADE E OS PAPÉIS DE MÉXICO E ESTADOS UNIDOS NA MIGRAÇÃO CENTRO-AMERICANA.....118
5.1 Migrantes invisíveis, violência tangível 124
5.2 Outra resposta à crise migratória de 2014: Plan de la Alianza para la Prosperidad del Triangulo Norte Centroamericano 134
5.3 Necropolítica e ausências: identidades ocultadas e precariedade com características da imigração irregular..... 145
6. UMA DIÁSPORA OU UMA SOCIEDADE CIVIL MIGRANTE? 153
6.1 A proteção da sociedade civil ou como surge a ideia de uma sociedade civil migrante 153
6.2 As associações de migrantes centro-americanos nos Estados Unidos e seu papel de articuladora da diáspora 154
6.2.1 Organizações de Migrantes do Triângulo Norte Centro-americano.... 159
6.3 Organizações de migrantes e sua relação com o desenvolvimento local 163
6.4 As remessas: vínculo mais cobiçado pelos Estados Centro-americanos 166
6.4.1 Remessas enviadas ao Triângulo Norte Centro-americano 169
6.5 Entre ausências e vínculos: a ação da sociedade civil migrante centro-americana 171
6.5.1 O voto migrante como ação política coletiva da sociedade civil centro-americana 174
7. CONCLUSÕES 182
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 189

INDICE DE TABELAS

Tabela 1: Migrantes do TNCA protegidos por TPS 94
Tabela 2: Incipientes deslocamentos de hondurenhos documentados 100
Tabela 3: Taxas de homicídios TNCA (2008-2015) 112
Tabela 4: População em situação de pobreza TNCA 119
Tabela 5: IDH e IDH ajustado 119
Tabela 6: Deportações por terra – México e Estados Unidos 133
Tabela 7: Desemprego 1990-2014 135
Tabela 8: IDH e IDH ajustado 136
Tabela 9: Outros fatores sociais: analfabetismo e subnutrição 136
Tabela 10: Gasto público social 136
Tabela 11: Taxas de crescimento do PIB – TNCA 156
Tabela 12: Porcentagem de migrantes remetentes de remessas filiados a OM. 159
Tabela 13: Práticas transnacionais de manutenção de vínculos 165
Tabela 14: Manutenção de vínculos: pertencentes a OM 165
Tabela 15: Taxas de transferências de remessas – Honduras 169

INDICE DE FIGURAS

Figura 1: Nova Hispania, Nova Galicia, Gvatimala (1625) 86
Figura 2: Repúblicas Unidas (1839) 87
Figura 3: Mapa América Central 89
Figura 4: Propaganda Discover America – Ministério do Turismo (2012) 93
Figura 5: Notas de Campo – Migrantes Dizem I 119
Figura 6: Rotas mais utilizadas por centro-americanos 120
Figura 7: La Bestia 122
Figura 8: Notas de Campo – Migrantes Dizem II 125
Figura 9: Massacre de Tamaulipas 126
Figura 10: Massacre de San Fernando 127
Figura 11: Massacre de Nueva León 127
Figura 12: Notas de Campo – Migrantes Dizem III 128
Figura 13: Notas de Campo – Migrantes Dizem IV 130
Figura 14: Violência com Plan Frontera Sur 132
Figura 15: Estados para sobreviver 134
Figura 16: Financiamento externo para segurança do TNCA 141
Figura 17: Notas de Campo – Migrantes Dizem V 146
Figura 18: Notas de Campo – Migrantes Dizem VI 147
Figura 19: Notas de Campo – Migrantes Dizem VII 152
Figura 20: Notas de Campo – Migrantes Dizem VIII 166
Figura 21: Remessas à América Latina e Caribe 168

RESUMO

Esta tese tem como objetivo verificar a existência de uma diáspora centro-americana e como ela está articulada. A partir do uso de conceitos advindos das Teorias de Diáspora, verificou-se importantes limitações para a interpretação do objeto através desta escolha teórica. Em suma, as Teorias de Diáspora, apesar de pretender explicar processos migratórios massivos, não leva em conta os contextos locais que impulsionam a formação de grandes grupos em dispersão. No caso centro-americano, observou-se que a ferida colonial moldou as transformações culturais, políticas, econômicas e sociais que acompanham os países do istmo mesmo após suas independências. Conceitos como colonialidade do poder, colonialismo interno e necropolítica foram importantes para demonstram como se construíram necessidades populares nunca satisfeitas e a suposta vocação para a migração dos povos centro-americanos. A partir da análise de organizações de migrantes é possível enxergar que tipo de atuação política os migrantes centro-americanos conservam, que vínculos com seus países foram preservados e como, em lugar de uma diáspora, formou-se uma sociedade civil migrante.

Palavras-chave: Diáspora; América Central; Migrações; Sociedade Civil Migrante.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo verificar la existencia de una diáspora centroamericana y como ésta está articulada. A partir del uso de conceptos de las Teorías de Diáspora, se verificó importantes limitaciones para la interpretación del objeto a través de esta elección teórica. En resumen, las Teorías de Diáspora, a pesar de pretender explicar procesos migratorios masivos, no observa los contextos locales que empujan la formación de grandes grupos en dispersión. En el caso centroamericano, se observó que la herida colonial enmarcó las transformaciones culturales, políticas, económicas y sociales que acompañaron los países del istmo después de pasados siglos de sus independencias. Conceptos como colonialidad del poder, colonialismo interno y necropolítica fueron importantes para demostrar cómo se construyeron necesidades populares nunca satisfechas y la supuesta vocación para la migración de los pueblos centroamericanos. A partir de los análisis de organizaciones de migrantes es posible ver qué tipo de actuación política los migrantes centro-americanos conservan, qué vínculos con sus países fueron preservados y cómo, en lugar de una diáspora, se formó una sociedad civil migrante.

Palabras-clave: Diáspora; América Central; Migraciones; Sociedad Civil Migrante.

APRESENTAÇÃO: QUANDO A AUSÊNCIA SE IMPÕE

Em junho de 2015, nos deparamos com uma encruzilhada pouco comum às pesquisas acadêmicas: um assassinato. O anterior desenho de pesquisa que daria origem a esta tese previa a realização de entrevistas a líderes de organizações de migrantes centro-americanos com sede nos Estados Unidos e, a partir destes contatos, se possível, dado que é sempre uma questão sensível entrevistar migrantes cujas características estão entre a irregularidade e a fuga, também entrevistar centro-americanos radicados nos Estados Unidos. Havia consciência da árdua tarefa que seria conseguir ambas as coisas, no entanto, contatos feitos com organizações salvadorenhas, mantiveram o ânimo elevado.

A partir da tomada de conhecimento da organização RENACERES (*Red Nacional de Emprendedores Retornados de El Salvador*), que funciona em San Salvador/El Salvador, um novo elemento pareceu gritar por fazer parte da pesquisa: os retornados. Explico: historicamente, nos relatórios que tratam sobre migrações centro-americanas, feitas na maior parte das vezes por organizações internacionais sediadas fora da América Central, a existência de retornados é vista como residual, um aspecto tangencial quase nunca abordado, sempre relegado a categorias de pouca importância, são exceções à regra que diz que centro-americanos vão embora para nunca mais voltar. Avaliamos, no entanto, que seria interessante averiguar o que poderíamos trazer de novo para a pesquisa a partir da ótica dessas pessoas e, para tal, começamos os contatos para a gestão de uma entrevista.

Com comunicações ainda incipientes, soubemos do assassinado de Jeovanny Miranda. Ele havia regressado a San Salvador há poucos meses, após ter passado grande parte de sua vida nos Estados Unidos. Na sua volta, Jeovanny não encontrou emprego e dormiu nas ruas de San Salvador até encontrar orientação profissional no INSAMI (*Instituto Salvadoreño del Migrante*) e resolveu, juntamente com outros retornados, organizar a RENACERES e, paralelamente, abriu um negócio próprio de reparos automotivos, na garagem de sua casa, onde foi achado morto, em junho de 2015. Sua morte não causou nenhuma comoção

social naquele El Salvador já habituado à violência sanguinária de suas gangues. Aliás, em 2015, El Salvador se firmava novamente no posto de país mais violento do mundo e submergia diante de tácitas declarações de guerra entre o governo e as gangues.

Nesse cenário, Jeovanny virou estatística para o governo, para a academia, para as instituições internacionais que buscam, ainda, compreender a insana violência centro-americana. Estas são as vozes dominantes neste debate: a voz do outro, do distante, de quem, muitas vezes, não é afetado pelo problema. Reconhecer a voz dos migrantes, para nós, era importante exatamente por isso. É necessário enxergar o problema a partir da visão daqueles que o vivenciam de muito perto: os migrantes, os violentados, os que fogem para alimentar uma diáspora centro-americana.

Após a morte de Jeovanny, organizações de salvadorenhos pronunciaram-se. INSAMI e *Salvadoreños en el mundo* vieram a público denunciar o assassinato e cobrar ações mais efetivas e contundentes do governo no tratamento da violência, além de chamar a atenção para a situação de vulnerabilidade dos migrantes retornados salvadorenhos, grupo que enfrenta enormes problemas para sua reincorporação no sistema produtivo do país. Não houve pronunciamento do Estado e nem mostras de acolhimento ou sensibilização em torno do ocorrido. O Estado salvadorenho já não se permite esse tipo de ação, parece não ser mais possível lamentar. Para os salvadorenhos no exterior, no entanto, o assassinato parece ser uma mostra de que El Salvador não é a terra prometida para qual uma diáspora anseia em regressar. Para os fugidos e expulsos do istmo, o fato corrobora a ação de fugir sem olhar para trás e, de preferência, sem deixar rastro, sem falar sobre o passado ou sobre sua condição migrante.

Quando Spivak (2012) se pergunta sobre a possibilidade de fala do subalterno, em seu livro *Pode o subalterno falar?* ela aponta muito mais para a ausência da fala, uma vez que essa é a característica que une os subalternos: tiram-lhes a possibilidade de. Para a autora, a fala constituiria um dos grandes poderes de nossa sociedade: apenas quem fala tem suas demandas atendidas, apenas quem fala tem seus dilemas e angústias reconhecidos, apenas quem fala consegue mobilizar os demais para que se encontre saída e, obviamente, apenas quem fala

pode ser ouvido. Por sua vez, o ato de ouvir não é automático, não cria consciência se não exercitado. Escutamos aqueles que reconhecemos como iguais, a nossos líderes, aqueles nos quais enxergamos importância ou relevância. Ou seja, se o subalterno fala, precisa, antes, encontrar meios de ser ouvido, caso contrário, seus esforços serão vãos.

O que houve após o assassinato de Jeovanny foi um silêncio ensurdecedor que aponta diretamente para o caos vivido ainda hoje não apenas em El Salvador, mas no conjunto de países que formam o Triângulo Norte Centro-americano. Os migrantes são membros ativos da/na subalternidade, como ouvi-los? O silêncio nos serviu de guia. As ausências nos serviram de amparo e confirmação. Se não escutamos suas vozes, escutaremos seus silêncios, tão autênticos quanto perturbadores e confirmadores de um grande descontrole estatal.

1. INTRODUÇÃO

As migrações internacionais figuram como tema de grande importância nas Relações Internacionais e, desde que o fluxo de pessoas se deslocando no mundo incrementou-se e intensificou-se, sobretudo a partir do advento da globalização, tem sido um dos temas que atrai bastante interesse dos acadêmicos desta área.

Na ciência política, por conta de um excessivo viés quantitativista, este tema possui uma agenda de pesquisa limitada. Os argumentos que recaem sobre as instituições políticas estatais não dão conta de fenômenos que se situam fora da legalidade, como a migração indocumentada e o crime organizado que se expande ao longo da fronteiras de países desenvolvidos. Nesse sentido, a abordagem quantitativa fica circunscrita à mensuração de impacto, à percepção da população nativa acerca dos migrantes e à construção de indicadores sócioeconômicos que expliquem a direção dos fluxos migratórios. As diásporas, que são o foco desse trabalho, também ficam de fora desse tipo de ciência política praticada a partir dos números.

Milesi (2003) assume que as migrações são um fenômeno planetário, que indicam o número de contradições entre as relações internacionais e a globalização neoliberal, advindas das transformações socioeconômicas em âmbito global, sobretudo a partir da década de 1970, com a aclamada interdependência das relações. Assim como as migrações internacionais se tornaram importantes nesse contexto, o mesmo pode se dizer da emigração centro-americana impulsionada na década de 1980[1].

A Organização Internacional das Migrações (OIM, 2016) estima que 244 milhões de pessoas de pessoas vivam em outro país que não o seu país de nascimento. Isso corresponde a 3,3% da população mundial. Cerca de 51% desses migrantes,

[1] Migração forçada durante os conflitos armados, marcado pelo exílio de perseguidos políticos e a fuga de campesinos em busca de um lugar seguro. As cifras oficiais do ACNUR, órgão da ONU que ficou a cargo dos cuidados a essa população centro-americana, atentam que o período de guerras produziu cerca de 116.000 refugiados. No entanto, estima-se que o número pode chegar a 2 milhões de pessoas que fugiram, em sua maioria, para os Estados Unidos.

concentram-se em apenas dez países do mundo, sendo os Estados Unidos o país que recebe o maior número de pessoas.

A migração sul-sul também tem aparecido como novo padrão nos deslocamentos. Em 2015, 37% dos deslocamentos foram feitos entre países do chamado sul global, enquanto 35% dos deslocamentos foram do sul para o norte global. Para as Américas, segue a tendência da migração norte-sul, tendo os Estados Unidos como o principal país de destino.

Na América Central, na década de 1980, um novo impulso para fora foi dado por causa das guerras e insurreições revolucionárias: globalmente, estava em curso a globalização das economias dentro de uma nova dinâmica orientada a promover novos padrões de acumulação; Havia uma reorientação das economias e ocorreu, neste mesmo período de transnacionalização laboral e de globalização, o que também poderíamos chamar de pós-guerra, período em que esta pesquisa se centrará.

Na década de 1990, enquanto a América Central se reerguia e tentava reconstruir-se de um intenso período de crises políticas e sociais, ela convivia com uma ordem global bastante diferente da que havia conhecido quando três de seus países, Nicarágua, Guatemala e El Salvador, entraram em guerra[2]. O clima de emergência econômica nesse período facilitou a entrada de discursos e práticas neoliberais. A narrativa triunfante do liberalismo sobre o comunismo também deu um empurrão nesse caminho: a vitória liberal parecia ter que se impor também em uma América Central que havia vivido, através de suas próprias guerras, o delicado contexto da disputa ideológica, que, como parte do saldo, deixou também populações traumatizadas que pareciam querer a paz a qualquer custo.

De acordo com Alvarez (2011), o modelo neoliberal adotado por El Salvador, por exemplo, mas que se repetiu em toda América Central, propunha que o bem-estar humano fosse alcançado através da liberalização individual e empresarial,

[2] As chamadas guerras centro-americanas, como comumente são chamadas, referem-se aos processos político-militares internos vividos por Nicarágua (1970-1979), Guatemala (1966-1996) e El Salvador (1980-1992). Apesar do caráter interno dos conflitos – nos três casos ocorreram enfrentamentos entre guerrilhas e governo – intensa ingerência estadunidense ocorreu, a partir de apoio financeiro a exércitos ou grupos para-militares, no caso dos Contra nicaraguenses.

cabendo ao Estado o papel de garantir as estruturas e aparatos institucionais para que isso ocorresse. O Estado tornou-se, portanto, um mero garantidor de circunstâncias que asseguravam a propriedade privada e a criação de mercados, estimulando a acumulação de capital. Nesse sentido, foram criadas políticas econômicas que levavam em conta a propriedade da terra (em uma estrutura fundiária concentrada) e a exportação dos produtos primários de sempre (café, algodão e banana), justamente os setores cujos donos eram os tradicionais oligarcas centro-americanos, que se beneficiaram dessas políticas para incrementar suas carteiras de produtos, introduzir as maquilas[3] e investir no turismo. Mas, ainda assim, com os incentivos dos governos, os países pareciam não se recuperar.

A vida centro-americana, nos anos 1990, estava ainda mais próxima do Império estadunidense. Naqueles anos, os sandinistas nicaraguenses perderam eleições para presidente, entregando a Nicarágua a forças opositoras pró-Estados Unidos; o Panamá sofreu uma intervenção militar direta dos EUA, para a prisão de seu outrora aliado, General Noriega; Houve a assinatura de um acordo de paz em El Salvador, firmado em 1992 e marcado pela permanência da direita-nacionalista, financiada diretamente pela Administração Reagan, no poder; E, finalmente, em 1996, a *Unidad Revolucionária Nacional de Guatemala* e o governo guatemalteco pactuaram o fim de um conflito de 30 anos, sem, no entanto, pactuar como seriam resolvidas as pendências econômicas e sócio-políticas que, outrora, justificaram uma guerra. Ou seja, o istmo saiu das ruínas de conflitos armados para adentrar em uma ordem internacional que exigia uma economia interdependente e globalizada. E percorreu esse abrupto caminho tendo, no poder, governos conservadores e afins a um projeto neoliberal e a um projeto de desenvolvimento que permitia a perpetuação de uma lógica excludente e dependente.

[3] Maquilas ou maquiladoras são empresas dedicadas à montagem de produtos, mediante importação de matéria-prima sem taxação. Na América Latina, o México é o país com maior número de maquilas, sobretudo na área dos têxteis. A América Central, pós 1990, tem enveredado pelo mesmo caminho. Funcionam, majoritariamente, com capital estrangeiro e os produtos montados são vendidos de volta ao país de origem das matérias-primas. Foram apresentadas ao México e à América Central como estratégias para o aumento da oferta de empregos, no entanto, há fortes críticas ao modelo, que vão no sentido de evidenciar a precarização laboral, altas jornadas de trabalho e baixos salários.

É nesse sentido que Gamboa (2007, p. 31) diz que estava em curso uma nova etapa de rearticulação global das sociedades centro-americanas e que esta rearticulação havia sido

> *anticipada por una amplia transición sociopolítica que dejó atrás los sistemas oligárquico-militares para abrir paso al establecimiento de régimenes híbridos. Estos son una mezcla de prácticas autoritaria, aún remanentes, frente a la formación de procesos democráticos asentados en el establecimiento de la ciudadanía civil y política, bajo la garantía formal de las libertades civiles y políticas, entre ellas la de elección de los gobernantes, mediante el sufragio, y la aceptación institucionalizada de la disidencia*[4]*.*

Ou seja, houve ênfase em um sistema institucional de eleições e construção da democracia, enquanto a ideia de cidadania ficou resumida aos direitos políticos, deixando de lado as dimensões civis e sociais. É o que o mesmo Gamboa (2007, p.31) vai chamar de *democracia tutelada*, ou um processo em que houve legitimação das novas e velhas elites centro-americanas, neutralizando as massas populares, tudo isso sob a égide de acordos de paz ou outros aparatos institucionalizantes. "*Podría argumentarse que el saldo de ese proceso derivó en la derrota estratégica de los proyectos de cambio sociopolíticos"*, ainda que esse novo cenário, a partir do vazio de direitos sociais e civis, tenha criado novas frentes de reivindicação da cidadania. É aqui, precisamente, que entram os movimentos transnacionais como importantes fóruns de reivindicação e pressão. E para os efeitos deste trabalho, analisaremos as chamadas organizações de migrantes (*hometown associations,* por seu termo em inglês), consideradas importantes formas de ação coletiva política transnacional, segundo autores como Paul & Gammage (2004), Rocha (2016) e Orozco (2007), figurando como grande desafio para o sistema político tradicional e nacionalista centro-americano.

Do território conhecido como Triângulo Norte, que compreende os Estados de El Salvador, Guatemala e Honduras, origina-se a maior parte dos movimentos

[4] Tradução livre: "antecipada por uma ampla transição sócio-política que deixou para trás o sistema oligárquico-militar para abrir caminho para o estabelecimento de regimes híbridos. Estes são uma mistura de práticas autoritárias ainda remanescentes, frente à construção de processos democráticos assentados no estabelecimento da cidadania civil e política, sob a garantia formal das liberdades civis e políticas, entre elas, a de eleição dos governantes mediante voto e aceitação institucionalizada da dissidência".

migratórios da América Central. São países que não têm demonstrado habilidade no sentido de manter seus cidadãos em território nacional – evidenciado por uma baixa criação de empregos, baixa capacidade de atrair investimentos, baixa capacidade de prover direitos básicos de saúde, educação e previdência – e que Gammage (2005) caracteriza como expulsores de nacionais. Além disso, encaixam-se como *democracias tuteladas* e caracterizam-se por um acentuado neoliberalismo tardio. Neste trabalho, abordaremos alguns desses problemas: a condição periférica, o *maldesarrollo* como evidência de colonialismo interno, a violência estrutural e a migração, que detém um caráter ambíguo (ao passo que é uma estratégia de sobrevivência, é, também, responsável pela desarticulação familiar e solapamento das forças produtivas e da população economicamente ativa).

Entre centro-americanos e centro-americanistas, é muito comum ouvir o termo diáspora quando se referem ao contingente de pessoas emigradas da América Central. O que se pode observar é que, nesse caso, o termo está mais ligado ao número de pessoas que empreendeu viagem e deixou o istmo para trás e não especificamente ao tipo de atuação que têm esses migrantes.

A partir das teorias de diáspora é possível perceber que existem certas características que ajudam a diferenciar um deslocamento migratório de um movimento diaspórico. No entanto, pelo menos no caso centro-americano, essa dimensão conceitual se perde, o que é complicado, já que migração e diáspora são conceitos parecidos, porém bem distantes.

Sheffer (2003) e Cohen (1997) são bastante diretos e enfáticos quando colocam nas diásporas a consciência da capacidade de ação política coletiva, enquanto os migrantes podem nunca chegar a alcançar essa noção ou, simplesmente, podem escolher não atuar como atores sociais que influenciam politicamente em sua terra natal. Com um histórico muito baixo de retornados, a América Central teria formado uma diáspora? Como entender a atuação de centro-americanos emigrados em prol de sua terra natal? Essas foram inquietações iniciais que motivaram a construção dessa pesquisa.

Assim, o que propomos é uma análise empiricamente orientada, utilizando os aportes das teorias de diáspora e do pós-colonialismo, tendo o Triângulo Norte Centro-americano como ponto de partida e os Estados Unidos como ponto de chegada desses migrantes.

Correntemente, a abordagem sobre as migrações tende a reproduzir uma série de estigmas que acaba por colocar na conta dos migrantes certas responsabilidades e culpas. Eles são os indesejáveis – nos países de passo ou de chegada. Também são responsáveis pela vida de quem fica no Istmo – são os *hermanos lejanos,* aqueles que vão embora, mas que devem manter-se próximos para aportar financeiramente ao Estado de nascimento.

Ao analisarmos os relatórios de organismos internacionais, é possível observar a construção de um discurso pretensamente homogeneizador e, por isso mesmo, limitante, mas cuja crítica reside no fato de criar estigmas suaves, que se acoplam facilmente à interpretação sobre o tema e sobre as pessoas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por exemplo, frequentemente aborda a questão migratória centro-americana identificando-a como estratégia de vida – colocando em evidência uma identificação dessas populações com o desarraigo e é como se assumissem que essas pessoas teriam outras escolhas a fazer. Também se diz que eles vão em busca de desenvolvimento – sem informar que desenvolvimento e colocando em suas costas a responsabilidade de mandar remessas para suas famílias. O Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNFPA), por sua vez, chegou a caracterizar os severos deslocamentos populacionais centro-americanos como uma avalanche incontrolável, como se as pessoas fossem forças da natureza, imparáveis e que não obedecem a uma racionalidade.

A cada estigma que se cria, reforça-se a postura dos Estados em não responsabilizar-se por sua própria população. Afinal, frente a uma identidade desarraigada, não haveria suficiência em políticas econômicas, sociais ou de emprego, elas não seriam suficientes para manter centro-americanos na América Central. Frente a decisões pautadas na vivência de situações extremas, não há como os Estados produzirem alternativas de vida viáveis, no curto prazo, elas não

seriam escolhidas. Ademais, os estigmas acabam criando a ideia de migrantes como perigos em potencial e de que a migração será conseguida a qualquer custo, sobretudo pela via indocumentada. Abordaremos mais adiante essas questões, principalmente no que concerne à construção do personagem *hermano lejano,* autenticamente centro-americano e centralizador de tantos significados conflitantes para a diáspora.

Por fim, a crítica possível a essas narrativas é que criam explicações usando uma lógica inversa: focando no sintoma de um construído descontrole estatal e não em suas causas, que, como assumimos aqui, têm uma longa raiz histórica. Ou seja, trata-se os migrantes por suas condições, suas reações à pobreza e à violência, mas não se evidencia o contexto em que esses descontroles foram construídos.

Uma forma de evitar esse tipo de abordagem é a descolonização – nos termos de Mignolo (2005) e Grosfóguel (2008) – das migrações e das diásporas. Por isso foi feita uma abordagem teórica que buscou trazer à tona os limites das teorias de migração e de diáspora, isto é, até o momento em que elas param de responder ao contexto centro-americano, já que são teorias construídas para países centrais, com contextos distintos, padrões migratórios distintos e com causas distintas para os deslocamentos.

De acordo com teóricos pós-coloniais, essa limitação na explicação ocorre quando utilizamos instrumental teórico que não leva em conta, para países periféricos e seus fenômenos sociais, as histórias locais e, no cerne dessa problemática, está o encobrimento do choque colonial, da diferença colonial e do colonialismo vigente mesmo após as independências dos Estados. Encontramos que a padronização do discurso sobre as migrações também obedece a uma lógica de colonialidade do poder, nos termos de Quijano (2005), ou seja, a reprodução das estruturas de poder coloniais seguem vigentes, via colonialismo interno, como diz Casanova (2006), porque vigente segue o interesse de outras elites na hierarquização das relações, na diferenciação entre classes, no espólio de recursos naturais, na precarização laboral, na violência do cotidiano, nas faltas de políticas sociais de educação, moradia e saúde.

Trabalhar com essa perspectiva é, também, reconhecer que o que antes era interessante como objeto de estudo, observado, exotizado e analisado a partir de enfoques que nada tinham a ver com seu contexto, passa agora a funcionar como *locus* de enunciação protagônico, sendo fonte não só do problema, mas das soluções, garantindo abordagens teóricas que levam em conta seu contexto. É reconhecer que a universalidade histórica silenciou atores que precisam, agora, recuperar suas vozes e narrativas. Procede-se então, não à construção de uma nova narrativa, mas de uma outra narrativa que vise recuperar saberes escondidos, por isso também a escolha por privilegiar autores sul-americanos e centro-americanos. Diz Mignolo (2005, p. 52):

> Cada ato locutivo é, ao mesmo tempo um pronunciamento contra e um pronunciamento em direção a. Esse duplo movimento vai adquirir uma dimensão complexa quando considerado na intersecção das histórias locais e dos projetos globais e na intersecção dos solos e subsolos hegemônicos e subalternos.

A partir da necessária fricção entre ambas as fronteiras, a periférica e a central, é que podemos notar como a *colonialidade do poder* cobra seu direito de contestar qualquer outra alternativa "cujo desejo de verdade seja precedido pelo desejo de mudança e de justiça". Nesses termos, Mignolo (2005) advoga que esta outra narrativa – que ele vai chamar de episteme liminar – serve também ao anseio de emancipação dos povos subalternizados, porque apenas pode existir dentro dessa subalternidade e funciona como imprescindível instrumento para a descolonização intelectual, política e econômica.

As histórias locais centro-americanas articulam-se com os projetos globais do colonialismo espanhol e do imperialismo estadunidense, por isso se faz necessário contar a histórica centro-americana relembrando a responsabilidades destas potências na construção de um contexto conturbado e de dependência endêmica. Isso significa dizer que esta região do mundo esteve historicamente secundarizada em relação a este outro ente externo e dominador. Isto posto, não é de se estranhar que o discurso sobre a América Latina, em geral, e sobre a América Central, em específico, parta da narrativa hegemônica. Deveria ser estranho que a história centro-americana seja, ainda hoje, mais bem entendida a partir das ausências.

Sendo assim, apenas a aplicação da teoria de diásporas para interpretar os fenômenos migratórios de Centro-américa, não respondem a contento àquelas que são as grandes perguntas-guia desta pesquisa: existe uma diáspora centro-americana? De que forma ela está articulada e com quem?

1.1 APORTES METODOLÓGICOS: ETAPAS

Para este trabalho, a opção é pelo método qualitativo. De acordo com Richardson (1989), a metodologia qualitativa não é predominante nas ciências sociais porque requerem tempo, maior esforço para que se mantenham claras as metas a serem alcançadas. O método que escolhemos para formular nossas pesquisas diz muito sobre a maneira como encaramos e percebemos o nosso objeto de estudo. Nesse sentido, optar por um método qualitativo tem a ver com a necessidade de afirmar que as experiências humanas – e tomando isso também como fonte de saber – importam. É, em primeira instância, uma tentativa de não perder o elemento humano da vida social.

A investigação qualitativa é indutiva. Constrói-se a partir da definição de conceitos e não recopilando dados para analisar um modelo específico ou hipóteses. Trata-se de um modelo de pesquisa flexível, cujas problemáticas são perguntas mais gerais, para, assim, gerar conhecimento específico. Assim sendo, o objeto é visto como um todo, em uma perspectiva holística. Ou seja, porque os centro-americanos começaram a emigrar? Porque os Estados Unidos como escolha de país acolhedor? Que tipo de relação os emigrados têm com sua terra natal? Existe motivação para manutenção de vínculos com a América Central? Existe ação coletiva organizada por parte de migrantes em seus países de origem? Em última instância: existe uma diáspora consciente de seu papel, agindo como tal?

Como estratégia de pesquisa, admitir-se-á que este trabalho é um estudo de caso, que utilizará uma estratégia diacrônica. Para Gil (2008), o estudo de caso é uma forma de delineamento de pesquisa, onde o caso é estudado como um todo, dentro de um contexto ou período histórico definido. Com este tipo de pesquisa, busca-se o "estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado" (GIL, 2008, pp. 57-58).

O primeiro passo desta pesquisa foi o levantamento e revisão adequada do referencial teórico, a fim de aprofundar, justificar melhor e analisar o caso aqui evidenciado através das teorias de diáspora e da abordagem pós-colonial. O segundo passo foi analisar até que ponto podemos considerar que os aspectos socioeconômicos ainda justificam a ida de tantos centro-americanos para os Estados Unidos e levantar outros possíveis fatores que formem um padrão migratório para a região. Neste caso, verificou-se um novo período de violências rearticulando-se no istmo e isto tem incidido nos novos motivadores para o deslocamento massivo de centro-americanos. O terceiro passo foi verificar os fluxos migratórios centro-americanos, a fim de construir um mapa desse movimento populacional. O quarto passo foi mapear organizações de migrantes centro-americanos, sistematizar suas ações, tipo de mobilização de pessoas e resultado de suas ações coletivas. Buscou-se entender, portanto, como a ação política transnacional pode estar sendo âncora do processo de construção de uma diáspora centro-americana, mas ainda precisamos problematizar o alcance deste conceito – correntemente usado como característica da migração centro-americana. Para os quatro passos, fez-se necessário uma revisão mais centrada na história centro-americana a fim de entender vários dos processos políticos e econômicos iniciados no pós-independência e século XX.

1.2 APORTES METODOLÓGICOS: ESCOLHAS E DELIMITAÇÕES

Existem várias formas de se referir ao território localizado no centro das Américas: América Central, Centro-américa, CA-4, Triângulo Norte Centro-americano. Cada um desses vocábulos diz respeito a um tipo de abordagem a ser dada. Nesta pesquisa, foi feita a escolha pela área conhecida como Triângulo Norte Centro-americano.

Do território conhecido como Triângulo Norte, que compreende os Estados de El Salvador, Guatemala e Honduras, origina-se maior parte dos movimentos migratórios na América Central. São países caracterizados por um baixo desenvolvimento, grandes níveis de pobreza e por Estados com baixas capacidades de resolver seus problemas econômicos e sociais, fazendo difícil a

manutenção de seus cidadãos em território nacional. São chamados também de expulsores de nacionais (GAMMAGE, 2005). Concentra, também, grande parte do que foi o Vice-Reino da Guatemala, no período colonial, de forma que dividem além de história, identidades e um unionismo mal resolvido que se discute hoje dentro do tema da integração centro-americana.

Para os efeitos desta pesquisa, o Triângulo Norte Centro-americano é a porção territorial que se une a partir da emigração massiva, do passado colonial e do presente violento e de realidades socioeconômicas problemáticas. Esses três aspectos são os que se pretende analisar com este trabalho, a fim de entender o processo de formação da chamada diáspora centro-americana.

2. DESAFIOS TEÓRICOS: ENTRE AS TEORIAS DE DIÁSPORA E A DESCOLONIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES

"Com seus pássaros, ou a lembrança dos seus pássaros
Com seus filhos, ou a lembrança dos seus filhos
Com seu povo, ou a lembrança de seu povo
Todos emigram".

(Canto dos Emigrantes | Lira Paes)

A humanidade se desloca desde seus primórdios, mas não todos os deslocamentos formaram diásporas. Então, o que distingue a diáspora de outros movimentos migratórios?

O vocábulo tem um sentido inicial muito simples, o da dispersão, da fuga de pessoas de sua terra natal (BUTLER, 2001, p. 189). E, nesse contexto, as chamadas diásporas clássicas, a saber, a africana e a judaica, se encaixam perfeitamente. Desde os anos 1980, o termo começou a ser usado com tamanha frequência que se fez necessária uma nova reflexão e ressignificação, já que os exemplos clássicos haviam ocorrido há bastante tempo: a diáspora judaica remonta aos tempos bíblicos, observando o período de quarenta anos de peregrinação, provação e retorno à terra prometida. A diáspora africana, por seu turno, remonta ao período de colonização europeia no continente e escravização de seu povo, que, dispersou-se não por vontade, mas, por conta do tráfico de pessoas.

Existem vários motivos que nos ajudam a entender porque os movimentos migratórios autointitulados de diáspora se proliferaram: hoje é mais comum a existência de deslocamentos em massa. No entanto, ser parte de uma diáspora requer algumas ações, como organizar-se para canalizar apoio internacional e influenciar tanto sua terra natal quanto sua comunidade de acolhida. Acudir ao termo tem também remodelado a academia. Desde 1999, temos discussões sobre a emergência de um novo campo de pesquisa: os estudos sobre as diásporas (também chamados de Estudos Diaspóricos).

Segundo Butler (2001), Sheffer (2003) e Cohen (1997), ainda é difícil chegar a um consenso sobre uma forma de conceituar as diásporas. O que historicamente se tem feito é o que Butler chama de aproximação etnográfica, ou seja, nesse caso específico, dar ao conceito características próprias do grupo migrante estudado. Assim, o seu entendimento se modifica sempre e quando o aplicamos a um estudo de caso específico.

Unindo as experiências dos Estudos sobre a Diáspora Africana e sobre a Diáspora Judaica, poucos consensos podem ser encontrados, mas podemos encontrar algumas características comuns, como por exemplo:

- O entendimento de que a subalternidade/subalternização é uma característica dessas dispersões;
- A diáspora deve ter tido mais de um destino antes de chegar ao local de acolhida onde se estabelece, ou seja, é necessária a criação de uma comunidade na acolhida e esta, geralmente, é criada através da união no período da dispersão, quando existe uma aproximação pelo sofrimento;
- Deve haver/manter algum relacionamento com a terra natal, para que haja e se perpetue o desejo de manutenção da própria identidade;
- Deve-se ser consciente de que se partilha identidade com todo um grupo, como diz Butler (2001): *"diasporan communities are consciously part of an ethnonational group".*

As diásporas apresentam uma dupla face dentro do capitalismo tardio/capitalismo global. A divisão internacional do trabalho, a transnacionalização da produção, o deslocamento do capital financeiro, o massivo deslocamento de pessoas por repressão ou por violência, cada um desses aspectos são motores do deslocamento humano. Ora por vontade, ora por serem forçados. As comunidades diaspóricas são constituídas por fluxos de pessoas descontentes ou que sofrem com os processos globalizantes. E, ao mesmo tempo em que constroem estas estruturas migratórias, são identificadas com essa mesma ordem globalizante. A diáspora é, ao mesmo tempo, descontente e promotora da transnacionalidade: *"In*

other words, global capitalism may produce diaspores, but diasporas also write back to power[5]*"* (Braziel, 2008, p. 2).

As migrações estão vinculadas a processos simultâneos de inclusão e exclusão da cidadania, portanto, não é equivocado pensar que existe uma conexão entre cidadania e espaço territorial. Reivindicar uma nova cidadania requer o respeito a certos preceitos, tais como liberdade, igualdade e justiça. A cidadania é entendida como uma relação entre indivíduo e comunidade política e se define na medida em que a este indivíduo lhe seja conferido o direito a adentrar em um novo espaço.

Ao passo em que as migrações criam uma nova interdependência social e territorial, também produz fragmentações sociais, culturais e políticas que neutralizam os avanços na construção de uma nova regionalidade. Essas fragmentações limitam a construção da cidadania, podendo causar o que Gamboa (2007) chama de descidadanização, ou a negação da cidadania para o migrante.

A cidadania desagregada permite que os indivíduos desenvolvam e mantenham lealdades que desconsiderem as fronteiras do Estado-nação e é neste vazio, entre Estado e indivíduo migrante inserido em outra comunidade, que se cria a descidadanização. Nesse contexto, a noção de cidadania também se vê afetada pela transnacionalização, assim como foram afetadas as ideias de identidade e cultura.

E quando tratamos de migrantes marginalizados e até mesmo irregulares, que não chegarão tão facilmente a acessar essa nova cidadania conferida pelo Estado receptor? É perfeitamente possível pensar que a descidadania é um processo que tem resultados que variam segundo os cenários que contextualizam a análise. Nesse cenário, a descidadania representa o rechaço social, a estigmatização. Uma fonte de negação da cidadania é o próprio Estado e não somente o receptor, mas o Estado de origem, que muitas vezes é o mais negligente no resguardo de direitos de sua população, agora, emigrada.

[5] Tradução livre: "Em outras palavras, o capitalismo global pode produzir diásporas, mas as diásporas também reafirmam o poder [do capitalismo]".

2.1 ENTRE MIGRAÇÕES E DIÁSPORAS: A MASSIFICAÇÃO DOS DESLOCAMENTOS HUMANOS

O termo diáspora ajuda a delimitar de que tipo de migrantes estamos falando, pois o termo carrega certas condições e requisitos. Não todos os migrantes fazem parte de uma diáspora transnacional, o são apenas os que se envolvem

> *en actividades que traspasam fronteras durante um período sostenido"*[6]*. E isso quando assumimos que o transnacionalismo vivenciado pelas diásporas são "las ocupaciones y actividades que, para su implementación, requieren contactos sociales regulares y sostenidos en el tiempo a través de las fronteras nacionales"*[7] *(Portes apud Andrade-Eekhoff & Ávalos, 2004, p. 59).*

No caso centro-americano, com as mudanças decorrentes dos deslocamentos populacionais ao longo de várias décadas, o conceito de transnacionalidade se mostra bastante útil, sobretudo na abordagem de algumas problemáticas locais: a recepção e o uso de remessas familiares ou coletivas, a relação entre municipalidades e organizações de migrantes centro-americanos no exterior, são exemplos.

Um argumento que faz com que seja importante admitir a existência de uma diáspora de emigração na América Central é o fato de que é urgente que, nas análises migratórias, saiamos da já desgastada ênfase economicista, pautada na importância das remessas familiares ou no suposto bem-estar econômico dos centro-americanos nos países receptores. Insistir apenas na consideração de uma emigração pressupõe, também, análises pautadas em escolhas individuais. Quando nos dispomos a analisar um movimento diaspórico, estamos falando de um movimento coletivo, em que identidades e etnias importam e a organização de comunidades no exterior tem um papel extremamente significante. Estas, ao passo em que servem como rede de contato com outros compatriotas, servem como movimento de ação política coletiva nas comunidades de acolhida e, por fim, servem como movimento organizado que pode pleitear mudanças em suas comunidades natais.

---

[6] Tradução livre: "em atividades que transpassam as fronteiras, durante um longo período".
[7] Tradução livre: "as ocupações e atividades que, para sua implementação, requerem contatos sociais regulares e contínuos no tempo, através das fronteiras nacionais".

De forma adicional, é preciso também compreender o impacto que causa, para os Estados, assumir que uma população é emigrada de forma voluntária ou forçada (entrando nessa última categoria casos mais extremos de asilo e refúgio). Migrantes continuam sendo de responsabilidade do Estado natal, mas como se entende que o movimento de deslocamento humano é uma escolha, estes Estados frequentemente se eximem de culpa frente a violações de Direitos Humanos de seus nacionais em territórios de passo ou de fronteira, assim como se eximem de responsabilidade por não conseguirem reter seus nacionais. Quando se reconhece que um grupo substancial de nacionais migra por não ter opção em sua terra natal ou têm seus Direitos Humanos violados em território de passo ou, ainda, suas cidadanias são precárias no país receptor, ativam-se normas internacionais que levam à necessidade de responsabilização dos Estados. O reconhecimento da existência de um massivo deslocamento de pessoas que foi forçada a sair de seu país natal, em resumo, é o reconhecimento da falha dos Estados em garantir vida segura e digna.

Os estudiosos das migrações hoje têm buscado novas explicações que vão além da abordagem institucionalista e, também, das abordagens sistêmicas, pois ambas colocam o Estado-nação, a sociedade e a política como esferas dadas e acabadas, não deixando espaço para outros fenômenos que se gestam por fora, como o transnacionalismo e as próprias diásporas.

Segundo Butler (2001), a diáspora sempre surge de um contexto traumático. Visualizamos um pouco dessa afirmação quando repassamos brevemente algumas diásporas clássicas (como a hebraica e a africana) e, também podemos observar a mesma afirmação quando a autora elenca os motivadores de vários tipos de diáspora que ela acredita existir, quais sejam:

- O cativeiro → relacionadas a período de escravidão; movimento involuntário, portanto;
- Diáspora imperial → originada como resultado de conquistas territoriais em que o conquistador impõe sua cultura, seu modo de organização político e econômico;

- O exílio → fruto de colonialismo ou conquistas territoriais em que se impõe o *modus vivendi* do conquistador e busca-se exterminar as formas de convívio locais.

- Exílio forçado involuntário → expulsão da terra natal. O exílio involuntário também aparece sob essa categoria por se admitir que existe a impossibilidade de convivência ou até mesmo de sobrevivência.

- Emigração → resultado da vontade individual, resultado de condições econômicas intoleráveis. Tem caráter definitivo, com pouca possibilidade de retorno.

- Migração → movimento não definitivo, atrelado ao cumprimento de períodos de tempo estabelecidos, com grande possibilidade de retorno.

Em todos esses motivadores, o trauma, o fator expulsor existe. Algumas vezes, o fator expulsor vai ser o medo de uma dominação, de uma perseguição ou até mesmo a insustentabilidade de uma dada situação socioeconômica, como parece ser o caso dos deslocamentos sustentados de centro-americanos para fora do istmo, em direção, majoritariamente, para os Estados Unidos.

Como muitos temas migratórios, quantificar movimentos diaspóricos tem sido um esforço enorme, no entanto, seus resultados ainda não podem ser chamados de objetivos. Muito pelo contrário. Há enorme subjetividade na coleta desses dados e isso ocorre porque as diásporas são um tema que envolve uma série de atores e interesses, desde a terra natal dos migrantes, passando pelos seus governos e chegando no país receptor e grupos étnicos com os quais se divide identidade no novo país de residência. Segundo Sheffer (2003, p. 99),

> *(...) in most cases the problem stems from deliberate policies of homeland and host governments intended to suppress or falsify information about modern diasporism, that is, to conceal its actual impressive magnitude, rapid growth, and emerging significance.*
>
> .

Outro motivo forte que faz com que Estados suprimam informações sobre os migrantes que recebem é quando há uma forte orientação nacionalista de seus

governos. Nesse sentido, governantes se esforçam para apagar ou diluir a presença dos que não são considerados *core members*[8].

Outra razão para a existência de dados imprecisos está ligada a regimes autoritários que se negam a admitir a heterogeneidade dos vários grupos migrantes dentro das fronteiras de seu país. Seria uma tentativa de negar a diversidade. E, mais, há o temor de que esses grupos étnicos, se se reconhece sua importância numérica, podem querer cobrar importância política como grupo e ir em busca de autonomia, benefícios e direitos.

Por fim, podemos ainda verificar outro motivo para a existência de dados imprecisos: a rapidez com que se desenvolvem as diásporas modernas. Isso pode ser evidenciado a partir de fluxos migratórios que se incorporam a diásporas já existentes, como seria o caso dos centro-americanos nos Estados Unidos. Considerando os movimentos migratórios da década de 1980 em diante, pode-se dizer que o atual deslocamento de centro-americanos para os Estados Unidos se soma ao de décadas anteriores. Ainda que cada onda de centro-americanos tenha emigrado por motivos distintos, eles compõem a mesma comunidade.

Estamos aqui falando de fluxos perenes, que se sustentam ao longo do tempo, muitos deles ajudados pelas redes sociais que, de acordo com Arango (2000, p. 41),

> *pueden definirse como conjuntos de relaciones interpersonales que vinculan a los migrantes o migrantes retornados con los parientes, amigos o compatriotas que permanecen em el país de origen. Estos transmiten información, proporcionan ayuda económica y alojamento y dan apoyo de distintas formas*[9].

---

[8] Sheffer (2003), retomando DellaPergola, diz que existe uma categorização entre os componentes de certos grupos étnicos. a) *Core members*: todas as pessoas nascidas dentro de um grupo étnico, que mantém suas identidades e se enxergam tanto como membros de uma comunidade que agem em favor de outro *core member* simplesmente por enxergar nesse outro os mesmos valores que os ligam à terra natal; *members by choice* são todos os descendentes de famílias mistas que, por escolha, identificam-se e participam da vida da diáspora; c) *marginal members* são os que mantém uma identidade comum, mas se mantém distantes da comunidade diaspórica; d) *dorment members* são os que conseguiram assimilar os códigos e tradições do país receptor ou estão integrados à comunidade de acolhida, mas sabem que suas raízes pertencem a outra comunidade, à sua comunidade natal.

[9] Tradução livre: "Podem ser definidas como conjuntos de relações interpessoais que vinculam os migrantes ou migrantes retornados com parentes, amigos ou compatriotas que permanecem no

As redes facilitam a migração no sentido de reduzir as incertezas, também a induzem porque são vitrines de exemplos bem sucedidos. Ademais disso, são identificadas como um dos fatores que explicam a atual migração centro-americana, porque constituem o nível intermediário entre a adoção de uma decisão individual e os fatores macro que determinam a decisão de migrar.

A importância da diáspora cresce na medida em que o número de componentes dela também cresce. O acelerado processo de globalização proporciona tanto a dispersão quanto a própria formação de outros grupos diaspóricos. Sheffer (2003, p. 128), parte do pressuposto que, no geral, a decisão de se incorporar a uma diáspora depende das experiências, necessidades e inclinações individuais. No entanto, essa decisão só é tomada depois de haver contato do migrante com a realidade do país receptor. Isso quer dizer que, mesmo o mais pobre ou mais vulnerável ou com a mais baixa escolaridade, as pessoas não são manipuladas e nem passivas. Essa percepção de Sheffer vem a partir da hipótese de que migrantes são atores sociais e políticos, e é isso que faz com que a diáspora seja resultado de *"relatively autonomous decisions that individuals and small groups make in their host countries"*[10].

Mas, porque migrantes optariam por tornarem-se diaspóricos, pergunta-se Sheffer (2003, p. 26)? A resposta parece estar ligada ao reconhecimento da necessidade de ação política[11] em seus países de origem. O autor sugere duas possibilidades, assumindo que não teria uma resposta cabal e objetiva para uma motivação desse tipo:

---

país de origem. Estes transmitem informação, proporcionam ajuda econômica, alojamento e dão apoio de variadas formas.

[10] Tradução livre: [a diáspora seja resultado de] "decisões relativamente autônomas que indivíduos e pequenos grupos tomam em seus países de acolhida".

[11] A ação política poucas vezes se dá a partir de indivíduos, embora se reconheça que as comunidades diaspóricas têm líderes. O mais comum é que migrantes se reúnam em torno de um projeto político comum, formando organizações de apoio a migrantes. Essas organizações servem, muitas vezes, de primeiro contato do migrante com pessoas que já construíram sua vida no país receptor, mas também, dependendo da maturidade do grupo, costuram-se parcerias com prefeituras e municipalidades para que apoiem projetos em suas terras natais. É nessa dimensão que as remessas coletivas ganham em importância, porque o dinheiro da organização acaba sendo empregado em projetos coletivos, como, por exemplo, construção de escolas e creches, saneamento de bairros, cursos de capacitação, entre outras necessidades de suas comunidades de origem.

- Promover o bem estar e garantir a existência de sua comunidade no país de acolhida;

- Aumentar a capacidade e a possibilidade de brindarem ajuda a sua terra natal e a outras comunidades com as quais compartilhem identidade.

Ou seja, em ambas as alternativas acima, a motivação vem do reconhecimento de que as redes sociais não podem se perder, dado que a afluência de imigrantes não se estancará facilmente E estes, por sua vez, necessitarão apoio, acolhida, adaptar-se, pois. E, nesse sentido, a comunidade é um instrumento importantíssimo que deve ser preservado.

2.2 CONCEITUANDO E DESFAZENDO PROBLEMAS CONCEITUAIS

Fazer a distinção e conceituar é importante para que se dê o sentido mais correto de palavras como diáspora, diasporismo e diaspórico, que serão amplamente utilizadas nessa tese, e vêm sendo aplicadas a uma enorme variedade de fenômenos, o que leva, às vezes, a uma grande confusão e usos equivocados.

Inicialmente, o termo diáspora esteve ligado apenas à dispersão de judeus por Jerusalém. O plural do termo sequer existia, o que passa a ideia de que não haveria outra experiência de dispersão nos moldes bíblicos (TOLOYLAN *apud* SHEFFER, 2003). Com o desenvolvimento dos estudos e o interesse cada vez maior em compreender grandes deslocamentos populacionais, estendeu-se o termo para os casos gregos e africanos. Hoje, existe uma grande variedade desse tipo de deslocamento e é preciso relembrar que os termos diáspora, diasporismo e diaspórico estão ligados às relações étnico-nacionais.

Admitir o componente étnico-nacional, por sua vez, é importante porque muitas vezes se usa o termo diáspora para complementar o sentido de identidades desterritorializadas, ou seja, grupos desgarrados, com identidades híbridas e sem lealdade à terra natal. De acordo com Sheffer (2003), isso estaria equivocado. O segundo motivo pelo qual é importante reconhecer a importância da dimensão étnico-nacional nesta temática é porque se pode observar que, os grupos

dispersados costumam participar politicamente em espaços – países – nos quais se enxerga etnia comum, identidades e afinidades que remontam à terra natal. Ou seja, o elemento étnico-nacional serviria de liga para aproximar a comunidade, criando afinidades e aumentando a solidariedade entre os membros de uma comunidade.

O termo diaspórico, por sua vez, diz respeito às características constitutivas das formações políticas e sociais. Ou seja, indica a partir de que padrões estruturais, organizacionais e comportamentais podemos interpretar um movimento migratório. Nos indica quais barreiras limitam territórios e fazem com que as diásporas adquiram importância, ocupem espaços e funcionem como comunidade.

Já o termo diasporismo indica que, de fato, a diáspora é um fenômeno que pode ser observado, que existe, como sintetiza Sheffer (2003, pp. 12-13), cada diáspora

> *whose historical origins are in different territories, nations, and historical periods, who reside in various host countries controlled by different nations and regimes and who command a range of varying resources – are in fact parts of the same general social and political phenomenon*[12]*.*

Ainda tentando delinear os principais conceitos ligados às diásporas, é preciso também entender a diferença que existe entre diaspóricos e migrantes. Sheffer (2003) advoga que as diásporas constituem o maior e mais sustentado grupo de entrada forçada de migrantes internacionais em um segundo país. No entanto, é comum que muitos grupos de migrantes que vivam há muito tempo fora de sua terra natal sejam apontados como imigrantes ou migrantes. Essa ambiguidade está ligada, em grande medida, ao fator tempo, já que escolhas só podem ser feitas a partir do contato do migrante com o outro país e, muitas vezes, isso pode levar tempo demais.

A diferença entre migrante e diaspórico, portanto, reside na opção por tornar-se um ator político e social, que se reconhece como membro de um certo

[12] Tradução livre: [cada diáspora] "cujas origens históricas estão em diferentes territórios, nações e períodos históricos, que residem em vários países de acolhimento, controlados por diferentes nações e regimes e que comandam uma gama de recursos variados – são, na verdade, parte do mesmo fenómeno social e político".

agrupamento étnico-nacional e, a partir dessa comunidade, incrementa laços e reforça identidade sem ter que deixar a comunidade de acolhida. E mais, como ator político que é, tem consciência da capacidade de ação coletiva que sua comunidade pode ter em sua terra natal. A partir desse entendimento, como age a suposta diáspora centro-americana em relação a seus países de origem? Essa é a informação de base para responder à pergunta de pesquisa que orienta esta tese.

Há limitações das Teorias de Diásporas, nos moldes em que foram construídas, para explicar o caso centro-americano. Os autores desta corrente partem do pressuposto de que há, desde a dispersão, o plano do regresso. É indiferente se os indivíduos tiveram ou não a escolha de sair de seu local de nascimento, mas o elemento identitário parece nem ser questionado, é adicionado à teoria de forma pouco problematizada ou conceitualizada. Há aqui um alargamento bastante grande do sentido de vínculo. Este se confunde com a identidade dos migrantes, ambos são usados como sinônimos em muitos textos e entendidos como sendo a principal ligação das pessoas com sua terra de origem.

É perfeitamente compreensível que esta tenha sido contribuição vinda dos estudos basilares do campo. Quando judeus deixaram Jerusalém em busca da terra prometida, guiados por um líder e inspirados pelo ideal espiritual da redenção e da salvação de suas almas por um messias, o que ocorreu foi o abandono de um território nacional para a criação de um outro, onde os ideais coletivos seriam melhor acolhidos, onde emanaria leite e mel, segundo escritos sagrados. A ideia de Estado-nação existia de forma ainda fragmentada, mas podemos fazer um exercício de transposição: um povo saiu em busca de uma terra onde pudesse instalar suas instituições políticas e onde houvesse um poder exercido de acordo com suas crenças. Os filhos da promessa, os judeus, eram apenas os dispersos, os que passaram pela provação da travessia do deserto e essa era a identidade coletiva do povo. Não haveria vínculo a ser criado, este havia sido reafirmado desde o momento da partida, quando se aceitou estar juntos para que a redenção alcançasse a todo o povo. De fato, não há separação entre o que é identidade e o que seriam vínculos.

No caso centro-americano, como será visto no próximo capítulo, a discussão sobre identidade é bastante complicada e isso está diretamente ligado ao

processo de colonialismo pelo qual passou o istmo. Houve um choque de identidades, de crenças e culturas e, junto a isso, uma tentativa violenta de apagar tudo que se referia aos povos tradicionais encontrados nas Américas. Instalou-se, no período pós-colonial, portanto, a ideia de que negar a tradição e aceitar a modernidade – trazida pelo conquistador europeu – faria mais fácil o processo de inserir-se no sistema mundo capitalista. É a linha de pensamento de Canclini (2008), quando diz que pensar a história latino-americana é pensar em histórias de povos que vivem em constante negação.

No período posterior à colonização, muito das identidades sufocadas não foi recuperado, foi preciso um longo processo de convivência entre duas esferas: o grupo que recebe a herança colonial e permanece no poder, utilizando-se dos mesmos artifícios que os colonizadores; e o grupo subalternizado que adquire o que Du Bois (2011) vai chamar de dupla consciência, ou seja, a capacidade de viver em um contexto opressor, mas utilizar certos códigos do opressor que lhes facilita a vida e a sobrevivência. Fora isso, podemos também incluir aqui a enorme discussão do período imediatamente posterior às independências centro-americanas, sobre o unionismo e a integração, que também será matéria do próximo capítulo.

O ponto central aqui é que, no caso centro-americano, houve uma interferência colonial que não existiu no exemplo clássico da diáspora judia. E ainda hoje a questão identitária acende vários alarmes dentro dos estudos sobre migração apenas quando tratamos de deslocamentos advindos de países periféricos que foram colonializados. Não existe entendimento universal: o racismo e a descriminação, o classismo e a negação de direitos existem e estão localizados sobre os periféricos. Mais uma vez, migrantes emulam comportamentos colonializados: apagam o sotaque, escondem símbolos pátrios, cobrem seus fenótipos, aprendem a separar-se de tudo que são para serem aceitos em uma nova sociedade. Com o tempo, e isso se nota nas comunidades de migração mais antiga, onde já há gerações que já nasceram no país que recebeu seus pais, os vínculos se apagam não por ódio, mas por completa ausência. Quando não há vinculação, como cobrar que essas pessoas cultivem o sonho do retorno? Como

cobrar que essas pessoas compreendam a necessidade de dar suporte aos *pueblos* de uma América Central distante?

2.3 EM TORNO A DESCOLONIZAÇÃO: POR QUE UMA MUDANÇA EPISTEMOLÓGICA?

O movimento decolonial latino-americano foi criado no âmbito dos trabalhos do *Grupo Modernidad/Colonialidad* em meados dos anos 1990, a partir de Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein. Tratava-se, naquele momento, da junção entre um antigo teórico da dependência e o criador da teoria do sistema-mundo, respectivamente, ambos atuando no *Coloniality Working Group*, juntamente a outros proeminentes autores afro-latino-caribenhos, como Sylvia Wynters – escritora afro-caribenha conhecida por seus aportes aos estudos sobre heranças coloniais. Até o fim dos anos 1990, juntaram-se, ainda Edgardo Lander, quem organizou a primeira grande obra de referência do grupo: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, que trazia artigos do próprio Lander, além de Walter Mignolo, Enrique Dussel, dentre outros. A partir desta obra seminal, o grupo agregou ainda mais escritores latino-americanos e começaram a estruturar uma agenda de pesquisas que fosse mais além da construção da teoria.

Chama-se giro decolonial a abordagem latino-americana sobre processos ligados ao período colonial/pós-colonial da história deste subcontinente americano. Diferentemente do pós-colonialismo, que emerge como categoria já bem fundamentada, há diferentes formas de se referir a esse giro decolonial, o que faz, muitas vezes, com que a teoria seja vista mais como movimento do que como escola teórica e essa é justamente uma das críticas feitas pelos intelectuais à prática acadêmica de separar as teorias e os teóricos em caixas cuja principal característica é a falta de comunicação mútua. Seja com o nome giro decolonial, movimento decolonial, o objeto é o mesmo: a decolonialidade.

Chama-se decolonialidade a necessidade haver uma flexão histórico-interpretativa da história latino-americana em que se leve em conta a ferida colonial (ou colonialismo) e como esta não apenas influenciou a construção do chamado novo mundo, mas moldou os limites das relações a fim de que se reproduzisse aqui nas

Américas uma diferença clara entre colônia e metrópole, ou o que os teóricos chamarão de diferença colonial.

Há um natural cuidado com os termos usados por essa abordagem teórica, e isso por algumas questões:

a) Risco de serem incluídos dentro do pós-colonialismo → o ponto de partida do movimento decolonial é justamente o fato de que a América não vive um momento imediatamente posterior ao colonialismo. Teóricos da subalternidade ou pós-coloniais vêm exatamente desta experiência de ruptura bastante característica de países asiáticos e africanos, nos anos 1960 e 1970, do período chamado de descolonização. No entanto, para a América Latina, esse período já é distante e, pode-se dizer, não foi superado. Dois séculos depois das independências do século XIX, a principal reivindicação teórica do movimento decolonial é a de que as estruturas coloniais passaram a ser geridas não mais por forasteiros e estrangeiros, mas pelas elites nacionais dependentes do capital internacional e das relações construídas para a viabilidade de seus países no sistema internacional. É dizer, se assistimos hoje a um recrudescimento da pobreza, dos problemas sociais mais básicos, da precariedade da vida latino-americana, é porque estamos diante de problemas nunca antes atacados, os tais problemas estruturais dos quais muito se fala e pouco se conhece. Dizem Grosfoguel & Castro-Gómez (2007, p. 13):

> *Asistimos, más bien, a una transición del colonialismo moderno a la colonialidad global, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidad, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial*[13].

b) A decolonialidade não é uma vertente, é uma abordagem em si mesma → descolonizar os problemas e a própria história da América Latina interessa para entendermos os processos de formação de desenvolvimento de

[13] Tradução livre: "Assistimos, melhor dito, a uma transição do colonialismo moderno a uma colonialidade global, processo que, certamente, tem transformado as formas de dominação levadas a cabo pela modernidade, mas não [tem transformado] a estrutura das relações centro-periferia em escala mundial".

> territórios, povos e a relação entre estes, criadora de uma espiral de desigualdade, diferenciação e precariedades que vivenciamos até os dias atuais. Ou seja, nem sempre é possível interpretar a América Latina a partir de categorias, conceitos e teorias anglo-saxãs, por exemplo, pelo simples fato de que estas não foram feitas para incluir ou mesmo dar conta da explicação de um contexto feito para ser tão diferente e distante da experiência europeia ou estadunidense. Nesse sentido, a decolonialidade e a noção de diferença colonial são o grande giro epistemológico para a teoria.

Paralelamente às duas questões acima, é preciso pontuar que o ato de descolonizar pressupõe uma nova interpretação dos contextos históricos, que foram contados, em grande medida, pelos impérios e em seus idiomas, objetivando, essencialmente, a conservação de suas estruturas de poder.

Também para Mignolo (2005, p. 10), um instrumento importante para entender as questões relacionadas às periferias do sistema mundo é a noção de diferença colonial, entendida como "o espaço onde emerge a colonialidade do poder", onde se pode visualizar a diferença existente entre as histórias locais – que sofrem influência da colonialidade do poder – e os projetos globais – que são adaptados, integrados ou rejeitados ao sabor dessa mesma coloniadade, que define as necessidades do agora, da modernidade.

No caso latino-americano, a diferença colonial modifica a forma como encaramos e entendemos certos eventos históricos que caracterizam a região. Ou seja, ela emerge nas periferias e vem da periferia e deveria ser utilizada para pensar justamente essa subalternidade. No entanto, a postura acadêmica adotada pelo conjunto dos intelectuais do mundo inteiro, por séculos, se utilizou da racionalidade europeia para pensar as periferias.

Quando se pensa na diferença colonial, começa-se a pensar no que Mignolo (2005, p.11) chama de pensamento liminar. A diferença colonial cria condições de pensarmos (n)as fissuras do sistema mundo, a partir de um lugar subalterno/subalternizado e converte-se em uma "reação ao discurso e à

perspectiva hegemônicas". O pensamento liminar busca colocar em evidência a diferença colonial que a academia, por vários séculos, busca neutralizar. A tônica aqui não é a consideração de uma história – no caso, a Ocidental – como única, é criticar a ideia de existência de um único saber como valor universal. Nesse sentido, é o pensamento liminar uma epistemologia que contempla a diferença colonial, reconhece a subalternidade, sem exotizá-la, e emerge não como uma nova explicação, mas como uma outra explicação possível.

No caso desta tese, será importante entender de que forma podemos pensar conceitos como imperialismo, dado que a América Central acaba debatendo-se entre a colonização pela Espanha, no século XV, e a continuação de um projeto colonial, através de um largo e profundo processo de colonialismo interno levado a cabo por sua elites, mesmo depois de declarada a independência, no século XIX, quando os Estados Unidos substituem o vácuo de poder, em uma posição imperial.

Para explicar melhor o entendimento sobre a episteme liminar, Mignolo recorre a Mundimbe e sua conceituação de *gnosiologia* (ou *gnose*) que este define etimologicamente como herança do grego e que significa "procurar saber, indagar, método de conhecimento, investigação e, mesmo, conhecimento de alguém" (Mundimbe, 1988: IX a*pud* Mignolo, 2005, p. 33). Nesse sentido, episteme e gnosiologia liminar acabam se aproximando bastante em sentido e significado.

A gnosiologia e a episteme são reflexões críticas sobre a construção do conhecimento, a partir tanto das margens internas do sistema mundial colonial/moderno[14], quanto das margens externas[15] (Mignolo, 2005, p. 33-34). Ou seja, a episteme se constitui em diálogo com as teorias dos grandes centros, não se trata de uma negação destas, mas também é imprescindível partir de saberes, conhecimentos e explicações que foram neutralizados em meio aos processos de colonização e descolonização, ou ainda, em meio aos processos coloniais e imperiais.

[14] As margens internas do sistema mundial colonial/moderno referem-se aos conflitos imperiais, às línguas hegemônicas, à direcionalidade de traduções, etc.

[15] As margens externas do sistema mundial colonial/moderno referem-se aos conflitos imperiais com culturas que estão sendo colonizadas, bem como as etapas subsequentes de independência e descolonização.

Trabalhar com essa perspectiva é, também, reconhecer que o que antes era interessante como objeto de estudo, passa agora a funcionar como *locus* de enunciação protagônico. É reconhecer que a universalidade histórica silenciou atores que precisam, agora, recuperar suas vozes e narrativas. Procede-se então, não na construção de uma nova narrativa, mas de uma outra narrativa que vise recuperar saberes escondidos. Diz Mignolo (2005, p. 52):

> Cada ato locutivo é, ao mesmo tempo um pronunciamento contra e um pronunciamento em direção a. Esse duplo movimento vai adquirir uma dimensão complexa quando considerado na intersecção das histórias locais e dos projetos globais e na intersecção dos solos e subsolos hegemônicos e subalternos". A partir da necessária fricção entre ambas as fronteiras, a periférica e a central, é que podemos notar como a colonialidade do poder cobra seu direito de contestar qualquer outra alternativa "cujo desejo de verdade seja precedido pelo desejo de mudança e de justiça.

Nesses termos, Mignolo (2005) advoga que a episteme liminar serve também ao anseio de emancipação dos povos subalternizados, porque apenas pode existir dentro dessa subalternidade e funciona como imprescindível instrumento para a descolonização intelectual, política e econômica.

As histórias locais centro-americanas articulam-se com os projetos globais do colonialismo espanhol e do imperialismo estadunidense. Isso significa dizer que esta região do mundo esteve historicamente secundarizada em relação a este outro ente externo e dominador. Isto posto, não é de se estranhar que o discurso sobre a América Latina, em geral, e sobre a América Central, em específico, seja pronunciado levando em conta, primeiramente, suas vinculações com as grandes potências.

2.3.1 A COLONIALIDADE DO PODER E O COLONIALISMO INTERNO COMO SISTEMAS DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE POVOS LIVRES E SUBALTERNOS

A América foi a primeira estrutura de espaço/tempo de um sistema de poder com vocação mundial. É dizer, o processo de colonização levado a cabo na América Latina, criou as bases para o que seria o mesmo processo no resto do mundo. Foi o início da diferenciação dos povos, da construção de dicotomias que

diferenciavam também o poder: o conquistador/o conquistado; o império/a colônia. Ditas dicotomias estavam assentadas na separação e valoração das raças, neste único traço em que era possível demarcar os nativos dos conquistadores: brancos/indígenas.

Esta dicotomia, que, segundo Quijano (2005) é essencialmente baseada na raça foi fator fundamental para o novo padrão de poder: “uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros”. Às relações não só de poder, mas de dominação que se seguiram após o choque colonial era imprescindível essa criação de uma justificativa definitiva e aparentemente incontestável. Afinal, como dizer que não havia diferença entre as cores de pele? Ou entre os costumes? Sim, havia. A caracterização da inferioridade é que é a própria demonstração desse poder e dessa dominação, muitas vezes imposto pela sabedoria, pela escrita, pela ponta da espada, por fim.

A construção dessas novas categorias raciais, que Quijano (2005) afirma não haver relato anterior à conquista das Américas, criaram novas identidades sociais: índios, negros, mestiços. E estas demarcavam também a diferença entre português, espanhol e, posteriormente, com a diversificação dos conquistadores aqui no continente, europeus. Estes últimos, indicadores de procedência geográfica, quando flexionados com essas novas identidades, adquiriram conotação racial, indicaram hierarquias e podia-se entender o padrão de dominação que se impunha. É representativo que o fenótipo “branco” seja aplicado aos dominadores, não se trata apenas da cor, sociológica e politicamente, o branco representaria a ausência de cor, a não necessidade de ser diferenciado, não são os diferentes, já que o branco era uma não-cor. Nesse mesmo sentido, o negro, o mestiço, o indígena, tinham todos a presença da cor, por isso eram diferentes, por isso o incômodo em demarcar uma classificação, em separar costumes não neutros.

As formas de controle do trabalho também estavam ligadas à distribuição racial feita quando da colonização. Desta forma, a divisão do trabalho foi feita de forma que a raça condicionava o tipo de controle do trabalho. Na América portuguesa, os negros foram reduzidos à escravidão. Na América espanhola, a servidão foi a

maneira de dominar os indígenas, em um sistema de falsas recompensas: a coroa decidiu por não escravizar a população indígena para não levá-la ao desaparecimento. Então, decidiu dividi-los, dando maior importância e menos trabalho àqueles que foram identificados como líderes, religiosos ou não, que tiveram tratamento especial por servirem de mediadores, segundo Quijano (2005), entre eles e a raça dominante.

Criou-se, portanto, uma divisão racial do trabalho, em que espanhóis e portugueses podiam receber salários ou atuar no comércio e na produção de mercadorias. Eram, portanto, geradores de lucro. Apenas os nobres ocupavam postos de poder na administração colonial, civil ou militar. O restante da composição dos estratos de trabalho era preenchido de acordo com o paulatino branqueamento de mestiços (filhos de pessoas escravizadas com povoadores ibéricos), no entanto, estes demoravam mais a ser aceitos, já que havia parentesco com escravos ou servos. De todas as formas, cada tipo de controle do trabalho (pela escravidão, pela servidão, pelo trabalho assalariado) dizia respeito a uma forma de dominação de um grupo em relação a outro. E assim foi durante todo o período colonial nas Américas, de forma que cada tipo de controle tornou-se naturalizado, aceito e praticado sem maiores entraves, dado que a justificativa da dominação era inerente à diferenciação pela cor. Logo, se não havia como nascer de uma cor distinta, não havia como furtar-se do trabalho que se impunha.

A apropriação branca-ibérica do ouro, da prata e demais metais preciosos e recursos extraídos das Américas, produziu uma lenta e gradual monetarização do sistema internacional. A localização privilegiada das Américas facilitava o escoamento de toda a riqueza arrancada por escravos e servos que, outrora, eram donos de uma terra conhecida apenas por eles. A monetarização criou também todo um sistema que se justificava pela necessidade de dominação de uma elite branca por cima de populações com outros traços raciais. Mesmo no oriente, a relação estabelecida foi a mesma: com o tempo, a Europa chegou à Ásia e à África e estabeleceu a mesma organização, fazendo com que a maior parte da mão de obra a sua disposição fosse composta por trabalhadores não assalariados, cabendo apenas aos europeus brancos a troca de trabalho por salário.

A criação dessa divisão racial do trabalho sentou as bases para uma nova geografia do sistema capitalista colonial, localizando as terras de onde viriam a mão-de-obra, as terras a serem conquistadas e colocando a Europa como principal administradora e beneficiada desse sistema. Como diz Quijano (2005, p. 121), não se tratava apenas de dominar o mercado mundial, mas de "impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao sistema-mundo que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder". Desta forma, coube à Europa o controle de todas as formas de vida, o estabelecimento do que depois seriam a África, a Ásia e a Oceania, tomou conta de desenvolvimento político e cultural desses outros continentes e, sobretudo, controlou a produção intelectual. E daqui vem a ideia básica do que Quijano (2005) chama de colonialidade do poder e do saber.

Todo o processo colonial foi pensado de forma a não deixar espaço para a contestação do poder das metrópoles. Primeiro, as expropriações violentas de terra ancestrais, bem como uma primeira classificação para separar os povos mais aptos ao trabalho; Em segundo lugar, veio a repressão de todas as formas de conhecimento encontradas nas colônias, bem como suas cosmovisões e seus padrões de expressar suas subjetividades. Esse foi um padrão mais recorrente e duradouro na colonização ibérica da América Latina, que relegou por séculos qualquer outra cultura diferente da europeia a uma subcategoria subalternizada, formada fora dos contornos da racionalidade iluminista europeia; Por fim, os colonizados foram forçados a aprender todos os códigos culturais e intelectuais dos europeus, como forma de inserirem-se naquele novo momento. A soma dessas três posturas formou não apenas a noção de colonialidade do poder e do saber apresentada por Quijano,(2005) mas a ideia mesma de etnocentrismo, uma vez que se formou uma classificação universal do que era aceitável, normal, melhor, moderna. A própria ideia de modernidade vem no mesmo sentido: a modernidade acabou sendo o momento em que europeus trazem luz aos novos povos, é o momento de saída do obscurantismo em que viviam antes da chegada dos colonizadores, estes que, agora, não apenas traziam a modernidade, mas a criaram e eram, desta, protagonistas.

O colonialismo interno é uma categoria explicativa presente na fronteira entre a sociologia e a política, na medida em que deve levar em conta as fronteiras internas e externas dos Estados e, assim, nos leva a compreender as relações existentes entre os problemas internos e os problemas/condicionantes internacionais. Desta forma, *"el concepto de colonialismo interno ha buscado señalar sobre todo un fenómeno internacional, que se lleva a cabo entre pueblos y naciones distintos"*[16] (CASANOVA, 2006, p. 185).

O colonialismo interno reflete, principalmente, os comportamentos de elites nacionais, daí estar enraizado no interior dos Estados, mas também é reflexo do imperialismo imposto por outros Estados e se perpetua mesmo com as independências, através da reprodução de estruturas coloniais. Ele é produto do processo de independências das antigas colônias, provocou o aparecimento de novos entendimentos sobre a própria independência, que deveria ser integral, e de desenvolvimento, com o Estado-nação sendo responsável pela produção de riquezas no interior dos territórios.

Para entender o conceito de colonialismo interno é preciso ter em perspectiva que se trata de um fenômeno que ocorre simultaneamente nos terrenos econômico, político, social e cultural. Nesse sentido, a estrutura do Estado-nação é como uma engrenagem que, ao não ser modificada, transformada, no sentido de ser mais inclusiva e menos opressora, acaba por reproduzir contextos que perpetuam desigualdade e todo tipo de relação perniciosa que ocorre no interior dos Estados.

O colonialismo interno está ligado sempre a contextos em que houve conquista territorial, instalação de um Estado colonizador e, posteriormente, uma independência formal – via rompimento do Pacto Colonial, transição ao socialismo ou regresso ao neoliberalismo. Com essa assunção (principalmente a do regresso ao neoliberalismo), o que Casanova quer dizer é que, mesmo com uma independência formal do Estado, uma parte considerável da população, marcadamente as porções que não fazem parte das elites nacionais, viveu em condições análogas ao colonialismo, uma vez que permanecem em situação de

[16] Tradução livre: "o conceito de colonialismo interno tem buscado apontar, sobretudo, um fenômeno internacional levado a cabo entre povos e nações distintas.

desigualdade, a administração do território está a cargo de elites, burguesias, oligarquias aliadas ao governo central, sua participação em altos cargos é dificultada. Há, ainda, um componente racial a ser observado: no interior das colônias, a população fora do poder e os que comandavam os governos eram também diferenciados por serem de raças distintas. Essa noção permanece também nos Estados ditos independentes, fazendo com que essa enorme massa alijada dos processos seja facilmente identificada, separada, estigmatizada e exotizada, o que feria parte do discurso democrático nacional.

Com isso, surge a necessidade de técnicos e profissionais, empresários e capital, diz Casanova (2006, p. 186). Então, uma espécie de neocolonialismo emerge, baseado na extinção do binômio dominador estrangeiro e dominado nativo, e dá lugar ao dominador nativo e dominado nativo. Houve grande esforço para, ao longo da história, passar por cima de questões que dividissem os grupos colonizados. A emergência do termo imperialismo, ali pelo século XIX, pode ter acentuado esse movimento, uma vez que se repetiu a homogeneização dos imperialistas e dos subjugados. Nesse sentido, perde-se a análise interseccional, estanca-se na análise de classe e não se aprofunda na análise de gênero ou etnia, por exemplo.

No século XIX, as literaturas indigenistas liberais chamavam a atenção para a substituição dos espanhóis pelos *criollos* e também para a dominação da remanescente população indígena que não se dava pelo controle estrangeiro, mas pelas novas noções de opressão de uma comunidade sobre as outras, que assumem características semelhantes à época anterior à independência. Neste contexto, quem governa e como governa?

Nos Estados americanos nascentes, os militares, o clero e os burocratas, calcados na racionalidade do colonialismo europeu, adotavam o direito divino das pessoas educadas para governar, considerando educação como educação tradicional, erudita e supostamente superior, baseada no racionalismo e no iluminismo. Estava clara a separação entre os que foram considerados cidadãos e os que foram alijados dos processos políticos, sociais e econômicos de formação dos novos Estados.

O termo colonialismo surgiu para designar *"un territorio ocupado por emigrantes de la madre pátria"* (CASANOVA, 2006, p. 189). Esta acepção permaneceu até o século XIX, quando se observou uma mudança significativa: a dominação de um grupo emigrado, sobretudo europeus, sobre populações nativas e indígenas. Contemporaneamente, ao nos remetermos ao colonialismo, permanece a ideia de dominação, com tintes de violência, no entanto, identificar o colonialismo tornou-se uma forma de denúncia – mas, em alguns círculos, também de tabu.

A justificativa para o estabelecimento de Pactos Coloniais, e das colônias em si, foi inicialmente econômica. O objetivo primordial da colônia era garantir negócios mais lucrativos para a metrópole, através, sobretudo, do exclusivismo comercial que proibia qualquer aproximação a outras colônias e a assinatura de acordos com outros países imperialistas. A esta função comercial, adicionaram-se outras, as de âmbito cultural, político e militar, que ampliaram a dominação e construíram o cenário para, nas Américas, uma colonização que durou mais de três séculos e meio. Ou seja, a destruição de terras, substituição de lavouras, sufocamento de línguas e rituais e o próprio genocídio, foram decisões que sustentaram a espoliação das Américas e uma estrutura que neutralizava as possíveis resistências indígenas e nativas.

Alargando mais a análise, o desenvolvimento internacional, que se limitava à experiência europeia, deu-se dentro da estrutura colonial, prezando por espalhar civilização, progresso, valores ocidentais e a evangelização do mundo, ao mesmo tempo em que relações entre desiguais tornam-se a tônica da política internacional e a saída para as crises econômicas europeias, notadamente das crises de Portugal, Espanha e, mais tarde, Inglaterra.

A supremacia europeia imprimiu, portanto, mais uma característica ao colonialismo: o monopólio e o exclusivismo na exploração dos recursos naturais, do trabalho, do mercado de importação e exportação, entre outros. O alcance desse monopólio não era apenas econômico. Cercar a colônia, apoderar-se dela, impedir qualquer contato dela com o exterior foram garantias para a manutenção do controle econômico-cultural. E, após isso, garantiu o domínio militar, político e administrativo. Ao mesmo tempo, temos colonialismo e dependência, um

retroalimentando o outro, como diz Casanova (2006, p. 192): "*en la medida en que ese monopolio se acentúa, se acentúa el coloniaje y viceversa*"[17].

De acordo com Myrdal (*apud* CASANOVA, 2006), a privação do contato da colônia com outras metrópoles e mesmo com outras colônias, possibilitou o aparecimento de certos fenômenos que são característicos de sociedades coloniais, como:

a) Ao integrar-se à economia da metrópole, a colônia se transforma em uma espécie de economia complementar. Toda exploração de recursos naturais se efetiva mediante demanda da metrópole, gerando um desenvolvimento distorcido de certos setores e até mesmo de regiões inteiras;

b) A colônia desenvolve, simultaneamente, vários tipos de dependência, fato que facilita a relação colonial. Ao fechar as fronteiras e o contato externo, o comércio fica restrito a um país, depende apenas de um mercado, de um setor dominante (o agrícola) e de um produto específico (que, no caso americano, variou entre café, açúcar ou algodão). Além da dependência, essa condição cria vulnerabilidades que aumentam o poder de barganha das metrópoles, favorecendo trocas e relações desiguais e assimétricas;

c) A colônia é usada para exploração de trabalho barato;

d) O nível e qualidade de vida são inferiores às da metrópole. O trabalho escravo é uma boa representação disso;

e) A repressão se afirma como única forma de resolução de conflitos;

f) A desigualdade se exacerbava em vários níveis: a internacional, a econômica, a política, a cultural, entre colônia e metrópole, entre metropolitanos e indígenas, entre diferentes castas, raças, etnias. A desigualdade é o cerne da sociedade colonial e se compõe a partir das

[17] Tradução livre: "na medida em que esse monopólio se acentua, se acentua a colonialização e vice-versa".

diferenças irreconciliáveis entre os atores sociais na relação colônia e metrópole;

g) As sociedades coloniais oriundas de colônias de exploração ou de *plantations* tendiam a ser plurais. Casanova (2006) observa que as colônias de povoamento, que ele chama de colônias de migrantes, historicamente tentaram construir situações de igualdade que levaram a uma maior independência política (formal ou potencial). As colônias de exploração foram marcadas por uma acentuada desintegração, marcada pelo agrupamento de diversas etnias, separadas por cores, que formavam vidas separadas dentro de um marco político único.

Em suma, as sociedades coloniais articulavam características que reforçavam as desigualdades e a fragmentação e combinavam antigas relações escravistas e feudais com o advento das empresas capitalistas e certos postos de trabalho assalariado. Desta forma, o racismo e a discriminação aparecem e são cultivados como forma de subjugação de um povo para outro. Estes traços apareceram em todos os processos de conquista na América hispânica, no mundo árabe ou na África. A segregação racial influenciou na configuração do desenvolvimento e cultura coloniais, uma vez que inibia o contato, afastava povos, neutralizava aculturações e intercâmbios. Casanova (2006, p. 195) defende que o racismo e a discriminação *"corresponden a la psicología y la política tipicamente coloniales"*.

A personalidade colonialista consiste em certas atitudes que retratam o trato dispensado aos indivíduos mediante o lugar que ocupam na sociedade: a quem se dirige a cortesia; que rispidez é aceita; que humilhações são naturais. Dos gestos às palavras, o colonialismo se incorpora às vidas. E é assim que se constroem padrões bastante perigosos, como a racionalidade e a erudição, a desumanização do colonizado.

A psicologia colonial que coisifica e desnaturaliza é parte da estratégia colonial, que integra a discriminação ao ordenamento jurídico, educacional, administrativo e linguístico, que aumenta a heterogeneidade e as relações de exploração.

Quando da independência, os novos países não modificaram sua estrutura intranacional e conservaram também o caráter dual das sociedades substituindo a dominação estrangeira pela dominação dos nativos, separados por questões raciais e também econômicas. Governam as novas elites: os mais ricos entre os nativos, com maior ligação com os antigos conquistadores e ávidos por manter afastados do poder os outros, os indígenas, os campesinos, as mulheres e demais minorias. É aqui que se insere o entendimento do colonialismo interno como fonte de perpetuação do projeto colonial, levado a cabo por outros meios, outros atores, mas ainda inserido na dinâmica imperial do mundo, dos grandes projetos globais, nos dizeres de Mignolo (2005).

A hipótese principal de Casanova é que o colonialismo não deve ser apenas tomado como fenômeno exógeno, parte de um projeto internacional de dominação territorial levado a cabo por grandes potências. O colonialismo se instala e permanece por conta das elites nacionais, facilitadoras nesse processo de instalação de um regime colonial. É dizer, existe um vínculo muito estreito entre classes, imperialismo, colonialismo e colonialismo interno, conceito que, ao longo do tempo, criou uma série de mistificações, que passo agora a elencar, em parte, para justificar a importância de sua ressignificação, evidenciada pela retomada desta categoria para pensar o contexto latino-americano, que, muitas vezes, é dito pós-colonial, pelo simples fato de que o período das colônias já está muito distante:

a) Entender que o colonialismo interno não está conectado às classes sociais. Está. E é parte também da luta pela desaparição das relações de exploração. O colonialismo interno é, portanto, parte importante para entender o desenvolvimento capitalista;

b) Não interpretá-lo como projeto efetivo da luta pelo poder de um Estado-nação, que deve ser reconhecido como multiétnico e inclusivo;

c) Uma interpretação do colonialismo como etnicismo, remetendo a uma luta entre etnias que mais isola do que liberta os povos, porque cria um desnecessário clima de competição interétnico, dividindo e enfraquecendo

as parcelas periféricas e fortalecendo, por consequência, o projeto colonial interno.

d) Rechaçar o colonialismo interno ao dar protagonismo à luta de classes, geralmente concebida a partir dos moldes europeus de luta antifeudal. Prioriza-se uma suposta e "*necesaria descampesinización y una supuesta tendencia a la proletarización de carácter determinista que idealiza a una lucha de clases simple*[18]" (Casanova, 2006, p. 417);

e) Se rechaça um problema estrutural, funcional de uma tal sociedade tradicional que se resolverá à medida em que se implementam medidas de modernização ou desenvolvimento. Assume-se erroneamente que o progresso trará salvação a essas porções atrasadas da população. Nesse caso, a resolução do problema passa por um paulatino esmaecimento de culturas minoritárias, já que o termômetro do progresso é o grau de assimilação cultural para a construção de um Estado homogêneo.

Retomar o conceito de colonialismo interno é, portanto, a partir de Mignolo (2005), pensar em possibilidades de construção de uma episteme liminar. Se as lutas por libertação são feitas por povos oprimidos, a luta por autonomia desses mesmos povos deve ser protagonizado por eles próprios. A ideia de liderança política, historicamente, demonstra que, a partir de diferentes graus, tutelou-se a luta por autonomia que ficava à espera da empatia de um Estado pretensamente homogêneo. Nesse sentido, Casanova retoma Mariátegui, que defendia que a impossibilidade de se pensar, em um Estado multiétnico, em uma política alternativa que não leve em conta como atores centrais suas próprias etnias e/ou povos oprimidos, em uma estrutura integrativa, aliada a trabalhadores e outras forças democráticas e sociais. Mariátegui "indianizou" a luta de classes, a luta anti-imperialista e defendeu que essa ideia poderia se estender a todo e qualquer país que houvesse tido um passado colonial. Essa última afirmação casa perfeitamente

[18] Tradução livre: "necessária descampesinização e uma suposta tendência à proletarização de caráter determinista que idealiza uma luta de classes simples.

com a ideia de colonialismo interno, dado que, esses mesmos países com passado colonial, em sua grande maioria, ainda conserva e reforça desigualdades, explorações e diferenciação (ou categorização) de seus povos mediante etnia a que pertencem. A luta de classes aqui, portanto, ganha uma nova conotação, mais particularizada, que diz respeito diretamente à interação existente entre população e Estado.

Casanova (2006), no entanto amplia essa noção, aplicando uma lógica parecida à percepção da possibilidade de dominar o outro em uma região específica. Seria assim, por exemplo, que regiões mais fracas, mais pobres, mais desprotegidas, virariam alvo prioritário para dominação e expansão territorial de impérios. No entanto, algumas questões não se modificam: o outro é analisado a partir das relações de produção que mantém, dos benefícios que pode dar e, também, como sua cultura pode ser atacada para que se enfraqueça seu povo. A criação de estigmas, por exemplo, tem um papel importante nisso: o povo preguiçoso, os de mão leve, os que tendem à desonestidade, os que não possuem alma, todos esses serão os subjugados, serão os outros, serão os impensáveis em uma nova organização do Estado homogêneo. A partir disso, diz Lafebvre (*apud* CASANOVA, p. 422) que a exploração é feita dentro e fora das fronteiras, "*hay un semi-colonialismo metropolitano que subordina a sus centros los elementos campesinos y obreiros extranjeros todos sometidos a uns explotación concentrada y que mantiene la segregación racial*"[19].

O que se depreende a partir das colocações de Casanova é que o colonialismo interno alia-se necessariamente a um colonialismo internacional, a relação é dialética. Não há necessariamente a supremacia de uma categoria sobre a outra, há uma codependência explícita que, na medida em que oprime e diferencia os cidadãos de um Estado, legitimam e ajudam na consolidação do capitalismo e das lógicas imperiais vigentes. Contemporaneamente, a ação que chamamos aqui de dialética, consegue

[19] Tradução livre: "existe um semi-colonialismo metropolitano que subordina a seus centros os elementos camponeses e obreiros estrangeiros, todos submetidos a uma exploração concentrada e que mantém a segregação racial".

> *"realizar expropiaciones y despojos de territorios y propiedades agrarias existentes, y contribuyen a la proletarización o empobrecimiento, por depredación, desempleo y bajos salarios, de la población y los trabajadores de las zonas subyugadas. Al despojo de territorios se añade la creación de territorios colonizados o enclaves coloniales; al despojo de circuitos de distribución se añade la articulación de los recursos con que cuentan las megaempresas y los complejos; a la asfixia y abandono de la producción y los productos locales se agrega el impulso de los trusts extranjeros unidos al gran capital nativo público y privado"* (CASANOVA, 2006, p. 423)[20].

Cria-se, portanto, uma consciência colonizadora entre as diferentes classes, o que acaba levando a uma perda de identidade dos nativos.

Dessa forma, criam-se regiões inteiras que devem sua sobrevivência e viabilidade a uma potência estrangeira ou até mesmo a uma companhia multinacional. Os impactos internos vão desde os baixos salários, trabalhos extenuantes, grandes jornadas de trabalho que atendem a uma produção extensiva, com baixa segurança e salubridade. A precariedade vira modo de vida, e diante disso, os trabalhadores desarticulam-se e se enfraquecem, entrando em uma lógica cruel que recria a ideologia colonial em época de globalização, de mundo moderno. A eficácia do modelo está também na fragilização das pessoas, ou seja, na dominação psicológica, cultural, social, política e até judicial, segundo Casanova (2006). O trabalho precário passa a ser parte de uma escolha racional, tendo dentro do contexto, um Estado privatizado, que se coloca à disposição para a espoliação de seus nacionais em troca de ganhos marginais direcionados às suas elites e um entramado de interesses externos que cooptam e intimidam.

O colonialismo interno não deve ser entendido apenas como fenômeno interno. O ponto para Casanova (2006) não é sobre quem influencia quem (se o interno influencia o internacional ou se o internacional influencia o interno) ou quem nasce primeiro. O colonialismo é parte constitutiva da estrutura do capitalismo e se

[20] Tradução livre: "realizar expropriações e despojos de territórios e propriedades agrárias existentes, e contribuem para a proletarização ou empobrecimento, por depredação, desemprego e baixos salários da população e dos trabalhadores das zonas subjugadas. Ao despojo de territórios se junta a criação de territórios colonizados ou enclaves coloniais; ao despojo de circuitos de distribuição se junta a articulação dos recursos com que as megaempresas contam; à asfixia e abandono da produção e dos produtos locais se agrega o impulso dos trustes estrangeiros unidos ao grande capital nativo, público e privado".

desenvolve, aprofunda e complexifica na mesma medida em que o capitalismo também se desenvolvia, aprofundava e complexificava. Foi parte das estratégias de evolução capitalista, pois colocava em ação diversas estratégias de dominação: outrora a colonização territorial, hoje a articulação do grande capital internacional que se expande através da ação de grandes empresas multi/transnacionais que continuam se utilizando de artimanhas tão antigas quanto o próprio conceito de colonialismo, como a supressão de terras, a precarização do trabalho, o uso da força, a desarticulação, a pretensão do discurso neutro para diferenciação dos povos, a ênfase no trabalho reprodutivo.

2.3.2 NECROPOLÍTICA: OU QUANDO A BIOPOLÍTICA NÃO SE CONFIRMA NAS PERIFERIAS DO SISTEMA-MUNDO

Outra estratégia de dominação ocorrida no interior do sistema-mundo colonial/moderno se verifica a partir do controle dos corpos. O exercício da biopolítica, das políticas da vida, que levam em conta a responsabilidade dos Estados em garantir a vida, direitos, proteção e segurança, não é uma realidade plenamente observável nas periferias subalternizadas do sistema internacional. As guerras, explorações e opressões levadas a cabo nestas porções do globo, não se assemelham ao discurso de uma política do cuidado e da proteção.

Os Estados independentes detêm soberania sobre seus territórios e que as ações tomadas para a sua defesa serão justificadas pelo medo de uma insegurança generalizada. A ação mexicana e a estadunidense em relação aos migrantes centro-americanos poderiam se encaixar nessa premissa: não há cuidado com os migrantes e nem prevenção dos mais diversos crimes praticados nas fronteiras. Escolheu-se um alvo e ele é centro-americano.

Em última instância, soberania significa ter posse da capacidade sobre quem vive e quem pode morrer. Nesse sentido, fazer uso da soberania, exercê-la, é manter o controle sobre a mortalidade, é determinar que a vida é uma manifestação de poder.

Mbembe (2003), ao propor o termo necropolítica para caracterizar esse exercício da soberania, propõe também um contraponto com os termos biopolítica e biopoder, baseados nas obras de Michel Foucault. O prefixo bio- demonstra o domínio da manutenção da vida, aplicando o prefixo aos termos foucaultianos, significaria, então, a manutenção da vida de pessoas que estão sob o domínio de um Estado. Nesse caso, as vidas estão em um local de proteção, uma vez que a concepção moderno-contemporânea de Estado europeu nasce com a prerrogativa de garantir a vida, em uma tentativa de diferenciar este Estado supostamente novo das experiências do período medieval, um período em que mal existia a noção de Estado como conhecemos hoje, muito menos de sua organização territorial, tampouco de suas prerrogativas como guardião das pessoas que estão dentro de suas fronteiras.

Nasce a ideia de Estado como garantidor da vida e da segurança dos cidadãos, em contraposição ao período histórico anterior, cujo poder residia na opressão e subjugação de outros povos conquistados. O chamado Estado moderno aparece com a característica da biopolítica, da política da vida. No entanto, essa concepção se efetiva? A natureza do Estado verdadeiramente se modifica? A existência de guerras e perseguições a resistências mostram que a violência como monopólio do Estado significa a garantia de se exercer o direito de matar ou de deixar morrer.

Legislar sobre os corpos também é uma forma de expressar e exercer soberania. Geralmente, observa-se o limite entre a morte e a vida, e o uso político disso pelos Estados, mais frequentemente, em períodos de exceção e ditaduras. No entanto, as democracias estão compostas também deste mesmo componente, as migrações são exemplos e acrescente-se a isso uma porção generosa de políticas de invisibilidade.

O nazismo foi um dos maiores exemplos de como o Estado pode reivindicar poder sobre as pessoas, definindo sobre quem se aplica o rigor da lei, a pena de morte e os privilégios de classe. Nesse contexto, é extremamente difícil falar, por exemplo, em vida nos campos de concentração, local onde a condição humana, nos dizeres de Hannah Arendt, é negada, aparecendo o que Giogio Agamben (*apud* Mbembe,

2003, p. 12) chama de *conditio inhumana.* Ou seja, como defender a aplicação do biopoder ou da biopolítica como sendo características dos Estados modernos?

O ponto principal é que a soberania se manifesta na produção de regras gerais sobre os corpos – em um determinado *demos* – e o faz livremente, sem contestações, para homens e mulheres detentores de entendimento, consciência e possibilidade de auto-representação. Assim, a biopolítica enquanto instrumento do Estado é um projeto de garantia de autonomia e, também, parte da aceitação entre coletividades, através do reconhecimento e comunicação. E aqui residiria, de acordo com Mbembe (2003) a diferença entre a guerra – o estado de guerra – e a normalidade, entendida como a observação da razão e da falta de razão. Aquilo que possível e imaginável e o que não é possível e nem imaginável. O conceito de biopolítica, nesse sentido, coloca a guerra, a privação de direitos e o exercício da violência pelo Estado como questões impensáveis. Como diz Mbembe (2003, p.13), "*reason is the truth of the subject and politics is the exercise of reason in the public sphere*"[21]. No entanto, essas são acepções extremamente normativas que recebem críticas exatamente pelas falhas e lacunas encontradas na atuação dos Estados frente a seus nacionais e de todos aqueles que residem ou circulam dentro de seu território.

Destas críticas, Mbembe (2003) assume que o papel central dos Estados não seria a garantia de autonomia, mas munir-se de uma generalizada instrumentalização a partir da existência das pessoas e acessar o poder de destruição dos indesejáveis, daqueles que não farão falta. Ou seja, a política, ainda hoje, é sobre quem sobrevive e quem perece, a experiência do campo de concentração é parte desse contexto em que o terror e a desumanização ainda persistem. E isso se traslada à experiência das diásporas contemporâneas, que repetem périplos do passado: são grupos que têm direitos e cidadanias negadas por seu país natal, são forçados à dispersão e, nesse caminho, passam por toda sorte de abusos – ou mesmo o extremo da morte, que é um subproduto nesse sistema, portanto.

[21] Tradução livre: "a razão é a verdade dos sujeitos e política é o exercício da razão na esfera pública".

De acordo com Bataille (*apud* MBEMBE, 2003, p. 15), a morte é o excesso de soberania, uma vez que ambos os termos estão intimamente ligados de duas formas:

1) Morte e soberania podem ser interpretadas como o paroxismo da superabundância. A vida apenas existe em contraposição à morte, em diferença à mesma. A morte, defende Bataille, é "*the putrefaction of life, the stench that is at once the source and the repulsive condition of life".*

2) A vida é o terreno da utilidade e, por isso, é domínio da soberania. A morte é o domínio do excesso, é uma anti-economia.

Seja como for, a morte é a ultrapassagem de todos os limites e excessos enquanto se exerce a soberania, que, por sua vez, também pode ser entendida como o poder de violar a proibição de matar. Assim emerge o sentido de falarmos em uma necropolítica, em políticas de diferenciação, em formas institucionais e até supostamente legais de decidir quem pode morrer.

Há ainda as formas extra-Estado, que estão presentes nas estruturas das sociedades que servem como ferramenta dessa necropolítica, a raça, por exemplo, é uma categoria de diferenciação na medida em que racismos diversos são criados, fomentados e nem sempre combatidos, porque existe lugar para o racismo na economia política do biopoder: "*(...) the function of racism is to regulate the distribution of death and to make possible the murderous functions of the state. It is the condition for acceptability of putting to death". (MBEMBE, 2003, p.17)*[22].

[22] Tradução livre: "A função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. É condição para a aceitação de se colocar em risco".

2.3.3 DESCOLONIZANDO A RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO LATINA E O IMPÉRIO ESTADUNIDENSE

Wallerstein (*apud* GROSFOGUEL, 2008) defende que as elites globais do século XXI seguem a mesma fórmula utilizada pelas aristocracias feudais do século XV: a criação de um sistema histórico e mais pernicioso que o atual para que os privilégios possam ser resguardados. Em contrapartida, movimentos de resistência podem fazer a balança pender para o lado que agrega as maiores porções populacionais. A tese é simples: a transformação é vital nesse momento de transição e os movimentos populacionais no mundo inteiro têm uma enorme importância, pois trazem em seu cerne o germe da mudança de mentalidades e comportamentos através da convivência entre as diferenças (de raça, etnia, gênero, classe, de nacionalidades e das mais variadas expressões da cultura).

O chamado a descolonizar aparece e se justifica por conta justamente das transformações, do que é gerado a partir das interações sociais. Neste cenário, pensar as interações no interior do império estadunidense mais do que simbólico é necessário.

Diz Grosfoguel (2008, pp. 606-607):

> *in the year 2000, non-hispanic whites were a demographic minority in 70% of US cities, while latin@s were the fastest-growing population. Latin@s populations increase 50% between 1990 and 2000. The majority of them are working-class and racialized subjects (Chicanos, Salvadorians,Puerto Ricans, Dominicans, indigenous, afro-latinos, etc.) coming from colonial and neo-colonial experiences in the periphery of the world economy. (…) Today the latin@s population constitutes the largest minority in the United States – around 12,8% of the total population. Conservatives estimates (…) project that by the year 2060 non-hispanic whites will be a demographic minority in the US, and latin@s will be the largest minority in the group (25% of the total population)*[23].

[23] Tradução livre: "Nos anos 2000, os brancos não-hispânicos era uma minoria demográfica em 70% das cidades dos Estados Unidos, enquanto latin@s foram a população que mais cresceu. Populações latinas cresceram 50% entre os anos 1990 e 2000. A maior parte deles são de classe trabalhadora e sujeitos racializados (chicanos, salvadorenhos, porto-riquenhos, dominicanos, indígenas, afro-latinos, etc), vindos de experiências coloniais e neocoloniais na periferia da economia mundial. (...) Hoje, as populações latinas constituem a maior minoria dos Estados Unidos – aproximadamente 12,8% do total da população. Estimativas conservadoras (...) projetam que, para o ano de 2060, brancos não-hispânicos serão uma minoria nos Estados Unidos e latin@s serão a maior minoria demográfica (25% do total da população).

Esse panorama e como lidamos com ele é o centro do grande desafio que emerge, tanto para os Estados Unidos, como também para os demais países latino-americanos. Descolonizar o entendimento sobre as migrações, portanto, deixa de ser uma categoria exótica, para figurar como uma das principais fontes de pensamento crítico quando tratamos da interação norte-sul.

O termo descolonização tem sido usado tradicionalmente quando se remete a períodos históricos muito específicos, indicando a transição da administração colonial para a formação de Estados independentes em regiões periféricas do sistema. Entra, portanto, também em apreciação o mito europeu de que vivemos em uma era pós-colonial. E é mito precisamente porque parte do pressuposto de que em um momento caracterizado como pós já não precisamos compreender o colonialismo, que trata-se de uma transição concluída, em que não faz mais sentido insistir em certas categorias de análise.

Pensar nas migrações a partir da perspectiva de Quijano (2005), de colonialidade do poder, nos leva a diferentes visões sobre as interações e integrações de migrantes em outra sociedade. As pessoas não chegam a territórios neutros, limpos, puros. Na maior parte das vezes, os migrantes chegam a sociedades metropolitanas constituídas a partir de uma história colonial, de um imaginário colonial, com hierarquias de raça/etnia, ou seja, os migrantes estão em um espaço em que as relações de poder já foram constituídas ou influenciadas pela colonialidade. Não há, portanto, incorporação ou integração neutra.

De acordo com Grosfoguel (2008), ao aplicar a lógica da decolonialidade, pode-se observar três tipos de migrantes transnacionais – e note-se a diferença de abordagem quanto à caracterização das diásporas e diaspóricos, conforme abordamos na página 38:

a) Os sujeitos raciais/coloniais do império: são os que estão dentro de impérios como parte de uma longa história colonial, como é o caso de afro-americanos, dos nativos americanos e dos próprios mexicanos. Todo imaginário metropolitano colonial, assim como a hierarquização racial/étnica são frequentemente produzidas em relação a esses grupos. Eles são os diferentes dentro de um contexto que não os pertence.

b) Imigrantes: que são aqueles racializados como brancos (geralmente europeus, ou que tenham origem europeia, como euro-latinos, euro-africanos, euro-australianos) que têm posições sociais mais cômodas ou mesmo passaram por processos de mobilidade social em sua primeira ou segunda geração na Europa e, pelo processo de identificação, utilizam um repertório linguístico metropolitanos, maneirismos e costumes elitizados. Como diz Grosfoguel (2008, p. 609), são brancos ou brancos honorários.
c) Imigrantes coloniais: os que vivem em regiões periféricas que podem nunca ter sido diretamente colonizadas pelo país para onde se vai migrar. Na entrada, em uma nova sociedade, são racializados como sujeitos raciais/coloniais do império. É o caso de porto-riquenhização de dominicanos em Nova York, chicanização de salvadorenhos em Los Angeles. O discurso construído é o de transferir para esses migrantes o preconceito já existente.

Essa outra categorização é um contraponto às teorias de migração e de diásporas clássicas, com viés europeu, que informam certos parâmetros para mensurar o sucesso ou não de certos processos migratórios utilizando o parâmetro europeu como experiência universal. É assim que quando certos grupos não obtêm sucesso (financeiro ou profissional, por exemplo), isto é atribuído a certos problemas culturais daquela comunidade migrante (a preguiça, a desonestidade, a desorganização).

A ideia de transnacionalismo também é desafiada quando se coloca a necessidade de descolonizar as migrações, dado que as formas e comportamentos das travessias diferem nas experiências, rotas, nas escolhas e motivadores e formas de inserção nos principais centros.

Ainda que a abordagem transnacionalista não caia na chamada analogia imigrante[24], por ter um entendimento mais profundo e particularizado dos

[24] *Immigrant analogy*, pelo termo de Grosfoguel (2008), refere-se à postura da academia euro-estadunidense, dentro dos estudos sobre migração, de adotar como parâmetro universal a

deslocamentos, em que raça, gênero e nacionalidade importam, há um certa homogeneização das experiências da periferia, admitindo-se que os migrantes periféricos estão divididos entre dois Estados e, da mesma forma, suas culturas e identidades. A baixa percepção e mesmo aplicação da colonialidade como categoria de análise pode acabar levando a conclusões equivocadas, uma vez que parte do princípio de que assim como a experiência periférica é a mesma, a integração ou incorporação desses migrantes em uma nova sociedade metropolitana se dá da mesma forma. Essa seria uma analogia migrante do sul, que não dá conta da diversidade dos processos migratórios que ocorrem. Ou até dá, mas de forma separada e desvinculando o objeto de sua história, de seus condicionantes.

Uma abordagem decolonial, a partir dos conceitos de colonialidade e, após isso, colonialidade do poder também se mostra imprescindível para que não se recaia, como muitas vezes ocorre na literatura sobre deslocamentos populacionais, a explicações culturalistas que, muitas vezes, incorrem em estigmas.

Dentro dos territórios-metrópole, o racismo é invisível. Trata-se de outro mito do anglo-eurocentrismo: o de que o racismo é um problema das periferias do sistema-mundo. Se estamos falando da migração como experiência efetivada de um novo colonialismo e admitimos que o antigo colonialismo nunca foi terminado (e, por isso, não reconhecemos aqui um contexto pós-colonial), podemos concluir que o racismo continua presente, que cria estigmas e importantes diferenciações sociais que separam migrantes e nacionais e colocam os migrantes como pessoas descidadanizadas – se eles estiverem naquelas categorias de Grosfoguel (2008) de sujeito racial/colonial e de imigrantes coloniais. E isso ocorre porque também no tocante ao racismo/diferenciação, os indivíduos não habitam sociedades neutras, mas sociedades em que a colonialidade do poder está contida.

Usar abordagens culturalistas na migração é falar de racismo, mas sem usar a palavra raça. É um artifício para causar menos incômodo, mas prosseguir com o impacto negativo que encontram as populações ao chegarem num novo país. Elas

---

experiência migratória Europa-Estados Unidos e utilizar esse mesmo parâmetro quando se referem aos processos que vão da periferia para o centro.

continuam, por seus traços, atrasadas, preguiçosas, conflitivas, sujas, mal educadas e tendentes à desonestidade, traços supostamente culturais que demarcam a inferioridade dos povos periféricos. Por isso, ocupariam postos de trabalho com remuneração menor, mais insalubres, nem sempre serão considerados para cargos-chave ou de confiança. E assim o racismo cultural, levando em conta uma cultura da pobreza, reproduz as mesmas estruturas de racismo em uma sociedade de acolhida. Note-se que o problema aqui, a partir do discurso do mérito, continua sendo a pobreza de fora e não o racismo de dentro da sociedade. E reproduzir esse esquema dentro da academia é desastroso.

3. HISTÓRIA COLONIAL E DESCOLONIZAÇÃO

"Centroamérica es un archipiélago imaginario,
un todo fracturado, desconocido, diverso, contradictorio,
arrojado entre dos mares, como ante dos espejos
~encanto y desencanto~, donde todo puede pasar
y todo está pasando".
(Miguel Huezo Mixco)

Pinto (1980) analisando os primeiros indicativos do surgimento do Estado na América Latina, evidencia que o período colonial trouxe certos aparatos que, ao mesmo tempo, fizeram a Coroa Espanhola estabelecer-se na região, também favoreceram o surgimento de oligarquias locais que se apossaram do processo político após a independência, em 1821.

Tanto a colonização como a distribuição desigual de poder e riqueza foram as bases iniciais dos Estados centro-americanos. Neste sentido, à medida em que o processo colonial se afirmava, as desigualdades se aprofundavam, criando um enorme fosso que caracterizava a sociedade do então Reino da Guatemala. As formas de desenvolvimento econômico, na Colônia, se deram também com uma interrupção brusca do anterior sistema de organização dos povos originários, criando instituições de controle e de repressão para assegurar a manutenção do território colonizado.

No antigo Reino da Guatemala, que agrupava, basicamente, tudo que hoje se entende por América Central, a estratégia primordial de manutenção da conquista foi a subjugação dos povos indígenas e a tomada de terras, criando-se um problema irresoluto até os dias de hoje que é a questão fundiária. A conquista da terra simbolizou de forma definitiva a instalação da Coroa e da exploração como forma de sobrevivência do sistema colonial, em geral, e de uma elite parasitária, em específico, como qualifica Pinto (1980). Desta forma, a questão central para entender o processo de dominação colonial centro-americana é observar como se estenderam as novas relações de propriedade.

A criação de meios de subsistência, a criação de gado e a produção para exportação do anil, foram fundamentalmente as três atividades que mantiveram o processo colonial vivo na América Central. Comparando com as atividades de extração de prata e ouro das Províncias do México e do Peru, portanto, Centro-américa aportava pouco, financeiramente falando, para a Coroa. Era considerada pouco produtiva e, por isso, em meados do século XVII, paulatinamente o poder colonial orientou sua atenção para México e Peru, ficando a América Central com uma posição peculiar dentro do sistema de Vice-Reinados da Espanha, criando, precocemente, a figura do latifúndio.

Os latifundiários, em sua maioria, eram os primeiro colonos, que tinham carta branca da Coroa para avançar sobre as terras dos campesinos e indígenas. A terra era o bem mais valioso que a América Central aportaria e foi a grande propriedade a base do domínio das nascentes oligarquias locais.

Quando a Cidade da Guatemala tornou-se a capital colonial, por sua posição central entre os Vice-Reinos da região, gozou de certos privilégios, como dispor da força de trabalho dos indígenas: à época, cerca de setenta etnias viviam na região. Com o monopólio das terras e das pessoas, a Guatemala consolidou-se como centro comercial que abastecia todo o território do Vice-Reinado e, posteriormente, o comércio exterior também passou a ser praticado pela Guatemala a partir do sistema de Porto Único, que consistia em concentrar neste país todo o estoque a ser comercializado e este seria enviado para a Espanha, uma vez ao ano.

Por conta da atividade comercial, as municipalidades guatemaltecas concentraram alguma autonomia e passaram a ter uma função coordenadora para toda a colônia centro-americana, no entanto, os interesses dos comerciantes guatemaltecos foram postos por cima dos interesses comerciais de outras partes do território, criando monopólios. O principal resultado disso foi uma unificação artificial da economia sob a influência hegemônica da Guatemala, que, no fim das contas, era uma hegemonia concedida pela própria Coroa Espanhola, como real dona dos meios de produção e da riqueza – mediante pagamento de altos impostos. Ainda assim, entre o Poder Colonial e a própria Colônia cresceu uma terceira via: uma

oligarquia local que, por sua importância econômica, chegou a ocupar importantes cargos administrativos.

A partir do surgimento dessa terceira via que gozava de uma relativa autonomia, ligada à pouca rentabilidade comercial, cresceu o desinteresse da Espanha em relação a suas colônias mais pobres, sendo o Reino da Guatemala uma delas.

De acordo com Pinto (1980), para explicar o processo de formação dos Estados centro-americanos era preciso partir da análise dos níveis de desenvolvimento alcançados pelos países, contrastando com as classes sociais existentes e quanto elas aportavam nesse processo. Por isso é prudente voltar ao período colonial, porque é onde estão os inícios do desenvolvimento de um colonialismo interno que vige até os dias atuais. A fragmentação do poder durante a colônia influenciou o fraco controle sobre os territórios nacionais. Quando das independências, os Estados herdaram essa fraca capacidade de controle, o que dificultou, por sua vez, a centralização do poder.

As fases posteriores à independência da Espanha, conhecidas como experimentos federais centro-americanos, e que serão abordados na seção seguinte – demonstram que o fraco controle territorial, unido a um desenvolvimento precário e desigual das ex-colônias minou a possibilidade de uma federação no pós-1821. Em troca, o que houve foi um período de conflitos internos, guerras, governos instáveis e suscetíveis a ingerências externas. Particular atenção merece a formação das fronteiras do istmo, colocando neste ponto o início da formação dos Estados a partir de seu elemento territorial.

As fronteiras centro-americanas, assim como seus territórios, não foram traçados arbitrários no fim do período colonial. À primeira vista, poderia parecer que o istmo não encontraria grandes problemas em sua divisão, uma vez que, excetuando-se Belize – antiga possessão britânica – tinham todos o mesmo idioma e uma compartilhada identidade indígena maia, além de uma minoria afro-caribenha. No entanto, em um território que ronda os 540.000 km², Guatemala, Nicarágua e Honduras emergiram como grandes Estados com grandes territórios – em média 100.000 km². Enquanto Belize e El Salvador contariam, em média, com 20.000 km².

De acordo com Musset (1997, p. 160). As divisões territoriais do pós-1821 obedeceram a divisões tácitas levadas a cabo ainda dentro do período colonial pelos próprios conquistadores, "*deseosos de asegurarse un "espacio de vida", a la vez coherente, fácil de explotar y para defenderse de la codicia de sus vecinos: índios rebeldes, ingleses audaces o competidores que, como ellos, venían de la península ibérica*[25]*".*

Desta forma é possível enxergar os contornos territoriais de uma centro-américa que não mudou tanto. No entanto, a herança da terra não garantiu a herança de uma nação ou de uma população que reconhece e compartilha vínculos comuns e baseia nisso a construção de um Estado representante desse ideal homogêneo. Isso é particularmente impossível de ocorrer em ex-colônias, em que a luta entre dominadores e subalternizados continuou após a independência de suas metrópoles. Falar de um Estado homogêneo, portanto, não cabe no caso centro-americano, e mais, admitir a existência de um Estado homogêneo é admitir a existência de um Estado que empenhou-se em construir uma homogeneidade artificial, partindo de princípios perniciosos, como a diferenciação entre etnias e gêneros para justificar subalternizações, criando novos inimigos no imaginário popular, como foram por bastante tempo os indígenas: os não normalizáveis, os não *ladinos*, aqueles que carregam a culpa da não hispanização.

Dito isso, podemos admitir que a noção de Estados centro-americanos não surgiu a partir de uma população que habitava uma região e reclamava, então, o estabelecimento de fronteiras a partir de uma identidade partilhada, pelo contrário: as linhas econômicas e políticas traçadas por uma elite local urbana reclamou o território e não as pessoas, criando uma atmosfera de nacionalismos e patriotismos exacerbados.

Poder-se-ia creditar a essa divisão originariamente elitizada, colonizada e subalternizadora o fracasso das sucessivas experiências de integração ocorridas no século XIX, uma vez que os Estados estavam, ao mesmo tempo, entre o

[25] Tradução livre: "desejosos de assegurar-se um espaço de vida, ao mesmo tempo coerente, fácil de explorar e para defender-se da inveja de seus vizinhos, índios rebeldes, ingleses audazes ou competidores que, como eles, vinham da península ibérica".

sufocamento de etnias e um "*discurso nacionalista y a veces xenófobo que terminó por penetrar en todos los estratos de la sociedade"* (Musset, 1997, p. 161).

3.1 PERÍODO PÓS-COLONIAL: ENTRE UNIÃO E INTEGRAÇÃO COMO SAÍDAS PÓS INDEPENDÊNCIAS CENTRO-AMERICANAS

O istmo centro-americano sempre foi conhecido por sua distinguida posição geográfica. A saída para o Caribe e o acesso ao Oceano Pacífico facilita, desde épocas remotas, o atravessamento de pessoas, mercadorias e frotas estacionadas na região. Para as Américas, serve como corredor entre o Norte e o Sul. Essas condições, segundo Chaves (2014), fizeram com que aquele território fosse habitado por uma profusão de grupos étnicos, que foram substancialmente afetados pelo choque colonial, nos marcos das grandes navegações ibero-americanas do século XV. Com a chegada dos espanhóis, em 1492, começou-se uma violenta e acelerada reinvenção daquelas sociedades, seus costumes, crenças, língua e, também, de sua organização política, aspecto a que iremos nos ater.

A história da América Central colonial é a mesma de tantas outras regiões saqueadas, rendidas, humilhadas e conquistadas, um eufemismo para a dominação. Uma das questões pertinentes neste processo é recordar sempre que o projeto colonial é um projeto levado a cabo por forças desiguais e que presumem a existência de um perdedor e um vencedor. Não por acaso, as ferramentas auxiliares da dominação eram a ponta da espada e os canhões, mas, também, a doutrinação religiosa e cultural, destes últimos surge a ideia de conquista, de passo legitimador da barbárie.

A história oficial nos conta que a independência da região centro-americana, conseguida em 1821, foi o grande marco para pensarmos sobre aspectos como unionismo e integração em um território que, tendo passado mais de três séculos como parte do Reino da Espanha, haveria de se separar, tomar rumos distintos e construir, como se descomplicado fosse, suas identidades nacionais.

No entanto, em 1823, dois anos após a independência, criou-se a República Federal Centro-americana (RFCA), uma escolha, em muitos aspectos, influenciada pelas incertezas e pela pouca experiência dos líderes centro-americanos da época, que deveria organizar os países de acordo com um consenso internacional tácito que impunha certas regras e características para a participação no concerto de Nações ocidentais. A reunificação, *"amparada en el brío centroamericanista"*, segundo Chaves (2014, p.166), se manteve por aproximadamente duas décadas, quando, em 1842, a RFCA se desmanchou, já com uma parca lembrança do centro-americanismo fundador e com diversas contendas econômicas, sendo a principal delas *"la carencia de uma base económica que articulara los intereses económicos de la clase dominante de la región"*. Esse argumento faz transparecer que o unionismo de outrora chocou-se com os interesses das elites políticas e, como as diferenças econômicas eram de caráter eminentemente local, havia maior predisposição ao separatismo. E foi o que ocorreu.

As justificativas econômicas levaram a posições políticas extremamente divergentes, o que causou ainda mais distanciamento, e à criação de relações pautadas na disputa e na discórdia, que levaram a um final de século XIX bastante conturbado e que, em certa medida, prenunciava como viria o século XX.

O choque colonial não apenas criou condições para o desenvolvimento de outra estrutura organizativa no interior da América Central, esta, inclusive, por sua posição privilegiada no mapa geopolítico, sofreu – e ainda hoje sofre – com a presença e ingerência das grandes potências hegemônicas que, de forma rotativa, espalharam suas influências pelo mundo.

No século XV, a América Central esteve sob colonização da Espanha, domínio que se estendeu até 1821. No século XIX, Inglaterra e Estados Unidos disputavam o posto da hegemonia mundial e isso se verificou na América Central com um ingrediente a mais: a radicalização do plano anterior de colonização – que já não podia ser colocado naqueles termos porque se tratavam agora de territórios independentes. O imperialismo surge, então, para renovar a retórica da

dominação, mas com táticas similares à já clássica exploração de recursos. A construção do Canal Interoceânico do Panamá[26], por exemplo, é uma forma de vermos o resultado bem concreto do investimento estadunidense em aproximar-se e obter apoio das elites centro-americanas e, ao mesmo tempo, ter acesso ao território, aos recursos naturais e à mão de obra barata.

O século XX foi marcado pela consolidação de hegemonia dos Estados Unidos e também para a América Central, de uma série de Tratados que pretendiam *"establecer paz duradera y los medios para la conservación de las buenas relaciones* (Saborio *apud* CHAVES, 2014, p.167)[27]. Nesse sentido, um novo impulso integracionista deu-se, uma vez que os acordos e tratados eram atraentes apenas quando negociados com o conjunto de países centro-americanos e não com unidades específicas que, sozinhas, eram demasiado frágeis. Uma primeira mostra disso foi a criação da Corte de Justicia Centroamericana, mediante o Tratado General de Paz y Amistad, de 1907, proposto pelos Estados Unidos, quando se impõe que deve existir uma instância suprema que coordene a Justiça e zele pela paz e pela ordem centro-americanas.

No entanto, cabe relembrar que a escolha centro-americana, desde 1902, não era pelo unionismo ou por posições consensuadas, muito pelo contrário, e o que ocorreu com as assinaturas dos tratados propostos por Washington foram sucessivos fracassos em suas implementações e cada Estado centro-americano optou por não se expor à mediação de terceiros para a resolução de seus problemas, o que tornava a recém criada Corte de Justiça um *nati morto.* A integração, em qualquer sentido, e proposta por quem fosse, não era opção.

---

[26] O Canal começou a ser construído em 1881, pela França, que abandonou o projeto pelos altos custos financeiros e de vidas humanas de trabalhadores que morriam por conta de diversas doenças tropicais. Os Estados Unidos assumiram o projeto em meados de 1904, acreditando que a obra, considerada até hoje das mais ousadas e de difícil planejamento já construída, era a chave para a integração definitiva dos Estados Unidos à economia mundial. Com o Canal do Panamá, reduziu-se o tempo de travessia entre os oceanos Pacífico e Atlântico, evitando que, para escoar a toda a produção da Costa Oeste estadunidense, se fizesse a travessia pelo Cabo Horn, no extremo sul da América do Sul, ou pelo Estreito de Magalhães, este sendo a maior e mais importante passagem natural entre os oceanos Pacífico e Atlântico, também situado no sul da América do Sul. O Canal foi construído com massiva mão de obra centro-americana, inaugurado em 1914 e acaba de fazer, em julho de 2016, sua primeira grande reforma e expansão.

[27] Tradução livre: "estabelecer uma paz duradoura e os meios para a conservação das boas relações".

Após praticamente meio século, em 1951, por iniciativa do então presidente salvadorenho Óscar Osório, que reuniu seus homólogos centro-americanos, voltou a se discutir vias compartilhadas de resolução de problemas, a fim de harmonizar as distintas iniciativas e criar um plano de aproximação entre os países da América Central. Nesse sentido, criou-se, no mesmo ano, a *Organización de Estados Centroamericanos* (ODECA), encarregada de cuidar da integração política e melhorar o conjunto das iniciativas econômicas, criando a ideia de atuação e negociação em bloco, que deu origem posteriormente ao *Mercado Comum Centroamericano* (MCC), em 1966. Todavia, como os esforços novamente recaíram no aspecto econômico, a integração política oscilou de formas bastante bruscas na década de 1970, quando se constatou um severo empobrecimento das populações, o enriquecimento de poucos empresários e a ascensão de governos ditatoriais que fecharam, de uma vez por todas, mais uma vez, o diálogo aberto e ampliado sobre a região. É por isso que Chaves (2014, p. 168) chega a dizer que, na segunda metade do século XX, a região "*sucumbe a una de sus peores y vergonzosas épocas, por lo que era impensable e ilógico hablar de integración*"[28].

Também, a partir da década de 1970, Centro-américa começou a chamar a atenção da comunidade internacional por sua situação crítica e caótica, o que aparentemente, deu cabida para que, externamente, se iniciassem certos movimentos[29] exógenos para resolver a situação da instabilidade da região.

3.2 TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX E A CONTINUIDADE DE INGERÊNCIAS EM BLOCO: MÉXICO E ESTADOS UNIDOS COMO FORÇAS DE CONTROLE DA REGIÃO

[28] Tradução livre: "sucumbe a uma de suas piores e mais vergonhosas épocas, pelo que era impensável e ilógico falar de integração".

[29] Grupo Nassau: propostas para o desenvolvimento econômico e cooperação comercial como motores da estabilidade política; Grupo Contadora: promoção da paz e mediação dos conflitos bélicos; Esquipulas II: pacificação de El Salvador, Guatemala e Nicarágua. O acordo previa que a pacificação seria a porta de entrada para recolocar a integração em pauta e, a parte disso, garantir desenvolvimento político e econômico. Em 1991, como resultado dos acordos de paz pactuados após Esquipulas II, deu-se novos passos no processo de integração e criação, a partir de interesses centro-americanos, de instituições de reforço para o antigo ODECA, como o Conselho de Ministros, o conselho Consultivo, a reativação da Corte Centro-americana de Justiça e o Parlamento Centro-americano.

Toussaint (2007) afirma que o século XX foi o momento histórico em que México e Estados Unidos puderam, entre si, compartilhar disputas por controle e/ou influência na América Central. Durante as primeiras décadas, três negociações de resolução de controvérsias puseram sobre a mesa os posicionamentos mexicano e estadunidense frente a desestabilizações que convulsionavam toda a Meso-américa.

Os casos das Conferências de 1906 e 1907, da Conferência de Washington de 1923 e o Processo de Paz encabeçado pelo Grupo Contadora, durante a década de 1980, foram três exemplos em que se articulou a força estadunidense e a construção do México como potência média regional e apoiador preferencial das políticas estadunidenses para a América Central. Em cada um dos conflitos, o que os liga é seu caráter regional, e isso se deve aos laços históricos, políticos e econômicos entre as elites centro-americanas, o que "*desde la perspectiva norteamericana, se le ubica como una región en que la dependencia y el subdesarrollo unifican ciertos procesos históricos, a pesar de las diferencias nacionales*"[30] (TOUSSAINT, 2007, p. 159). Da mesma forma, a resolução dos conflitos estagnada por uma suposta incapacidade dos atores regionais centro-americanos, acabou fazendo com que México e Estados Unidos tivessem uma atuação ativa na região para que seus interesses naquela que era uma área estratégica para ambos, fossem resguardados: os Estados Unidos como grande articulador da política regional, o México como ferramenta importante para proceder às aproximações com a América Central.

No início do século XX, Manuel Estrada Cabrera, presidente guatemalteco que mantinha seu poder através de um regime autoritário e personalista, e José Santos Zelaya, presidente da Nicarágua que pretendia frear a importância guatemalteca na região e criar outra alternativa unionista, centralizavam as disputas políticas que, ao fim e ao cabo, tinham como objetivo criar um discurso hegemônico que se propagasse em toda a América Central, criando uma atmosfera de coesão para uma posterior negociação com os Estados Unidos

[30] Tradução livre: "a partir da perspectiva norte-americana, caracteriza-se como uma região em que a dependência e o subdesenvolvimento unificam certos processos históricos, apesar das diferenças nacionais".

sobre a construção de um canal interoceânico em condições vantajosas. Cabrera era pró-Estados Unidos e trabalhava contra a integração, o que fez com que, em 1906, um grupo de exilados guatemaltecos, residentes em El Salvador, planejasse a sua deposição, ajudados pelos governos da Nicarágua, de El Salvador e de Honduras.

A revolta foi sufocada, mas José Santos Zelaya e Tomás Regalado, presidente de El Salvador, resolveram invadir o território guatemalteco, o que respondia diretamente aos anseios de Zelaya, de derrotar o único líder – a quem Toussaint (2007) chama de caudilho – que poderia travar sua busca pela obtenção de poder em nível regional. No entanto, as tropas foram vencidas e o presidente salvadorenho assassinado.

Os anos 1920 trouxeram novos problemas regionais, com implicações para a América do Norte: mudanças de governo na Costa Rica, uma guerra civil em Honduras, massivos protestos de rua em El Salvador contra imposições do governo e a chegada ao poder, na Guatemala, do Partido Unionista.

Em 1917, Joaquín Tinoco chegou à presidência da Costa Rica após um golpe de Estado. Em poucos dias, mudanças substanciais foram implementadas, mas o governo dos Estados Unidos, representado por Woodrow Wilson, se negou a reconhecer o governo, dadas as condições em que o mandato foi conseguido. Tinoco denunciou a atitude americana como ingerência nos assuntos internos da Costa Rica, para isso, conseguiu apoio de Honduras, Guatemala e El Salvador, mas debilitou-se em um curto espaço de tempo, principalmente, por falta de recursos para financiamento de projetos nacionais. Paralelamente, e com apoio dos Estados Unidos, formou-se uma junta de governo paralela, baseada na Nicarágua, que proclamou um novo presidente temporário para a Costa Rica: Julio Acosta, que, em 1919, após a derrubada de Tinoco, concorreu a eleições, foi eleito e obteve reconhecimento imediato de seu governo perante os Estados Unidos.

No mesmo ano de 1919, em Honduras, o presidente Francisco Bertrand tentou impor como seu sucessor Nazario Soriano, seu cunhado. E esse foi o estopim de uma guerra civil. O embaixador americano, Sambossa Jones, interveio, pedindo a

renúncia de Bertrand. Com as novas eleições, o militar Rafael López Gutiérrez foi eleito e já inserido em uma espiral de violências incontidas e ingovernabilidade, em um período de intervenções às claras. Paralelamente, em El Salvador, em 1920, Jorge Meléndez, irmão de seu antecessor, foi nomeado presidente em mais uma mostra de promiscuidade entre as elites e as formas que encontraram de ocupar o poder na América Central. Como diz Toussaint (2007, p. 163),

> *la cúpula política no solo imponía sus designios, sino que además extendía sus operaciones al comercio, la agricultura y los capitales norteamericanos vinculados con la construcción de ferrocarriles y puertos*[31].

Por conta do estabelecimento dessas relações desiguais e da desassistência da população por parte do Estado, emergiram vários protestos que pediam por mais participação econômica e política e receberam como resposta a organização da chamada Liga Roja, aparato paramilitar destinado a perseguir a população.

No mesmo período, entre 1919 e 1920, o guatemalteco Estrada Cabrera estava prestes a conseguir mais uma reeleição, quando um novo grupo político surgiu, sendo liderado por personalidades notoriamente contrárias a Cabrera e decididas a terminar com o longo período autoritário. O Partido Unionista conseguiu criar uma enorme convergência em torno a seu programa de governo e, principalmente, contra Cabrera, que já demonstrava claros sinais de cansaço e teve seu mandato interrompido pelo Congresso Nacional, que o declarou incapaz por demência, e o substituiu diretamente por Carlos Herrera, do Partido Unionista, o que conferia às eleições um caráter irregular, que foi relevado para não alimentar mais um conflito na América Central e, por isso, também os Estados Unidos reconheceram o governo unionista.

De todos os modos, com quatro eventos turbulentos em aproximadamente três anos, a aposta de Washington era a de que os conflitos eram sinais de que haveria outras situações ainda mais problemáticas e que os centro-americanos

[31] Tradução livre: “a cúpula política não apenas impunha seus desígnios, ademais, estendia suas operações ao comércio, à agricultura e aos capitais norte-americanos vinculados à construção de ferrovias e portos”.

não estavam preparados para resolvê-los porque muitos mecanismos de resolução de controvérsias estavam debilitados, principalmente, por falta de ratificação de Tratados, alguns dos quais falamos no tópico anterior. Era preciso, então, pressionar os Estados no sentido de internalizar tratados e, até mesmo, criar novos instrumentos que garantissem a estabilidade política e, principalmente, a mediação em caso de eclosão de novos problemas na região.

As oligarquias chegam empoderadas à década de 1970 devido ao período que vai de 1945 a 1970, em que se verificaram grandes passos em direção à industrialização, à urbanização e à reativação do comércio internacional, que levaram a uma relativa expansão capitalista. O aumento do preço do café e a modernização das lavouras de exportação foram responsáveis por garantir maior espaço para os latifundiários na arena política, pois eram vistos como responsáveis pela inserção internacional de Centro-américa.

O Mercado Común Centroamericano e o Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE) foram criados na década de 1960 justamente para dar maior vazão às iniciativas privadas. No âmbito político, também uma série de mudanças ocorreram e estas refletiam principalmente a ascensão de setores liberais e nacionalistas que propunham reformas democráticas mas sem mexer nas bases do modelo capitalista. Foi assim que se iniciou a implementação da previdência social, maior sindicalização, tentativas de reforma agrária e diversificação econômica. No entanto, o endividamento em décadas anteriores levou a cortes nessas reformas, não podendo-se solucionar uma série de problemas estruturais das sociedades do istmo.

A década de 1960 assistiu a um incremento das tensões causadas pela pobreza e a violência. Ao seu final, movimentos de classe, camponeses, estudantes e um movimento guerrilheiro ainda em formação apertaram mais o cerco contra o governo e o que se viu foi um aumento desproporcional da repressão. O clima de Guerra Fria acabou sendo um complicador, dado que imprimiu na América Central a disputa entre liberalismo e comunismo, que encontrou terreno fértil em sociedades tão polarizadas, onde a disputa ideológica rapidamente se instalou e aprofundou ainda mais os conflitos entre governos e movimentos sociais, entrincheirando-os em polos antagônicos irreconciliáveis. Esse contexto impactou

fortemente as guerras civis de El Salvador (1980-1992), Guatemala (1966-1996) e Nicarágua (1970-1979), que, se bem tinham determinantes específicos, convergiam na luta contra a ditadura, a exploração dos povos, o autoritarismo, a militarização e pressionavam por uma reconstrução do tecido social.

O interesse estadunidense na região durante a primeira metade do século XX girou em torno do reconhecimento da América Central como área estratégica, na garantia de acordos que viabilizassem a construção do canal do Panamá e, também, na viabilização dos investimentos e comércio no território. Nestes termos, conflitos generalizados eram extremamente ruins para o plano de Washington que, com vistas a reverter a situação, optou, várias vezes, por apoiar os governos de turno com grandes repasses de dinheiro para armar e modernizar exércitos, treinar tropas e outras atividades de inteligência para que o perigo das guerrilhas fosse minado o mais cedo possível.

O México, visto como aliado natural dos Estados Unidos, também tinha interesse na paz – ou no controle – da região, pois divide com a Guatemala uma enorme fronteira que deveria ser protegida.

Concomitantemente, Washington colocou duas questões como parte de sua politica externa para a região centro-americana: a primeira delas era pressionar por reformas que pudessem construir países autossustentáveis e viáveis (politica e economicamente). Havia na região bastante financiamento e investimentos de empresas norte-americanas, frutos diretos da construção do Canal do Panamá. Esses investimentos acalmaram as elites e injetaram dinheiro nas economias centro-americanas. A segunda, era brindar ajuda e apoio irrestrito aos governos do istmo, ainda que isso significasse apoiar ditaduras ou processos eleitorais fraudulentos, como de fato ocorreu e, muitas vezes, impulsionado pelos Estados Unidos.

Àquele momento, a Aliança para o Progresso garantia alocação de recursos para manter em funcionamento o plano americano e implementar políticas públicas de retoque, que amortizavam algumas demandas feitas pela população. A falha na posta em prática da Aliança para o Progresso na América Central reside no fato de que as oligarquias se opuseram às reformas sociais, ainda que estas fossem

tímidas, e optaram pela radicalização da militarização, canalizando mais dinheiro para os exércitos e para incrementar a repressão no interior dos países. Se bem a Aliança para o Progresso foi um pacote desastroso para a América Latina, na América Central deixou ainda os germes que gestaram forças armadas violentas e uma excessiva criminalização a protestos e reivindicações sociais.

Com as sucessivas ingerências na política interna centro-americana, muitas da quais com resultados questionáveis, havia a ideia de que, pelo menos economicamente a América Central não daria resultados tão relevantes para os Estados Unidos. O bem-estar das oligarquias foi posto à frente da própria ideia de Nação e, tacitamente, os Estados Unidos também apoiavam essa postura quando se observa que, essas mesmas oligarquias que inviabilizaram seus Estados foram resguardadas e tiveram seus cargos assegurados porque valia mais uma América Central sob o controle de uma potência conhecida, do que uma potência distante e hostil, com era o caso da União Soviética, durante a Guerra Fria.

Cuidar da América Central virara questão de manutenção da imagem hegemônica dos Estados Unidos, pois temiam-se novas Cubas e, mais, a humilhação de ver países tão pequenos e frágeis abrirem mão da tutela americana. E foi Ronald Reagan que assumiu a tarefa, que se conhece pejorativamente por arrumar o pátio traseiro da América. A arrumação significava radicalizar o discurso anticomunista, tratando de evitar *"una centroamérica comunista con bases militares adicionales en el continente y la extensión de la subversión comunista hacia el norte y el sur"* (Reagan *apud* TOUSSAINT, 2007, p. 172).

Trata-se da aplicação de um princípio realista básico, considerando o conflito centro-americano como produto da conflitividade da Guerra Fria, não importando a dimensão interna dele. Assim, a ingerência externa foi ficando cada vez mais naturalizada, sendo a política interna centro-americana tratada como adendo da política externa estadunidense. Desse modo, a reversão do triunfo sandinista na Nicarágua, a situação política em El Salvador e as possibilidades de um tratado de paz para Centro-américa figuravam em discussões do Congresso estadunidense, sob a roupagem de estratégias de enfrentamento à Guerra Fria, respondendo ao conflito leste-oeste.

Na década de 1970, apresentou-se uma sucessão de crises estruturais que articularam a dimensão interna e externa. A questão agrária se impôs como um dos principais problemas do período, evidenciando os limites do modelo agroexportador centro-americano que, muito longe de criar condições para o desenvolvimento, criou uma injusta concentração de terras, um ambiente em que prevaleceu o latifúndio, períodos de grande pobreza e focos de violência no campo e na cidade.

Outra questão que se impôs, à época, foi uma profunda polarização política aliada a uma participação política excludente que favorecia a renovação presidencial via golpes de Estado, candidatos títeres e eleições controladas pelos governos de turno. Com o reforço das elites no poder, as oligarquias também radicalizaram sua violência e autoritarismo, com vistas a proteger seus interesses e contavam, para isso, com apoio estadunidense, que ajudava a militarizar os Estados e a consolidar ditaduras (TOUSSAINT, 2007).

3.3 ENTRE O CUIDADO E O ABANDONO: A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA A AMÉRICA CENTRAL

Utilizando os mesmos marcos históricos que Toussaint (2007)[32], Rojas e Solís (1993), afirmam que a relação entre Centro-américa e Estados Unidos desenvolveu-se desde o início do século XX, a partir do seguimento de grandes tendências históricas e obedecem a momentos de aproximação e intervenção e a ruptura como esquecimento e afastamento.

Estas posturas podem ser observadas em vários momentos, como nos primeiros conflitos do século XX na América Central, entre 1906 e 1907, em que se disputavam modelos divergentes de unionismo na região e os Estados Unidos intervieram, puxando para si um papel mediador, exatamente por compreender que a aproximação por via da solidariedade seria a porta de entrada para que as

[32] Períodos observados por Toussaint (2007): início do século XX, para observar as questões relativas às Conferências de 1906 e 1907; Os conflitos e outros distúrbios sociais tidos como antecedentes da Conferência de Washington (1923); Período das Guerras Centro-americanas, passando pelo processo de Esquipulas e culminando do Processo Contadora, na década de 1980.

relações se desenvolvessem a contento e se prolongassem, portanto, apoios que eram imprescindíveis naquele momento em que os Estados Unidos ainda buscavam consolidar sua hegemonia e iniciavam as abordagens à América Latina, cumprindo um papel supostamente cuidador do istmo centro-americano. Com a resolução do conflito, os Estados Unidos iniciaram seu primeiro momento de abandono, ao confiar na aplicação do Pacto de Corinto, que foi seguido pela institucionalização de canais comuns para que Centro-americanos pudessem decidir sobre temas centro-americanos. A inicial eficácia desses outros mecanismos fez o Pacto de Corinto[33] perder um pouco de sua lógica, sendo paulatinamente esquecido ou mesmo não ratificado por alguns Estados.

A paz durou até a década de 1920, quando uma série de outros problemas substancialmente mais graves e mais violentos varreu a América Central. Desta feita, o que se verificou foi uma ação substancialmente mais agressiva dos Estados Unidos, agindo com desenvoltura no tratamento de conflitos internos, reativando o Pacto de Corinto e suas instituições.

Eram ações mais incisivas, condizentes com o momento de fortalecimento de sua hegemonia. Desta vez, a paz dura até a década de 1960, após cerca de quarenta anos de relações baseadas em uma ingerência tácita e uma solidariedade dirigida às elites dominantes e a uma nascente oligarquia, que acaba minando as estabilidades fictícias, assentadas no autoritarismo de governos financiados pelos Estados Unidos. Quando recomeçam os conflitos, a ingerência de fato volta a ocorrer e é nessa época que emergem os novos interesses estadunidenses na região e uma dependência política se consolida a partir do discurso da aliança natural por laços históricos e pela construção de uma atmosfera caótica resolvida apenas através da tutela norte-americana.

Rojas e Solís (1993, p.6) vão mais além e dizem que esses padrões já eram perceptíveis desde a independência centro-americana, em 1821, e que se desenvolveram, inclusive, antes disso,

[33] O Pacto de Corinto previa além da criação da Corte Centro-americana de Justiça, a possibilidade de adoção da mediação para a resolução de conflitos. Naquele contexto, como os Estados Unidos haviam proposto o Pacto, eles também eram o potencial mediador para questões de conflitos centro-americanos.

> *cuando las Trece Colonias iniciaron su ascenso hacia la continentalidad, una de las particularidades de este proceso es su carácter asimétrico, siendo Centroamérica la zona subordinada y los EEUU el centro hegemónico, desde donde la política ha sido impuesta o profundamente condicionada*[34].

Ademais da posição estratégica – inserida na Bacia do Caribe, encravada entre o Norte e o Sul, e natural território de trânsito transoceânico – a carência de recursos estratégicos, a escassa população e o fato de ter baixa prioridade para os investimentos econômicos foram vulnerabilidades identificadas, exploradas e, quando necessárias, acentuadas pelos Estados Unidos. O que Rojas e Solís (1993) estão dizendo, basicamente, é que a América Central parece ter funcionado como uma espécie de laboratório disciplinador para o resto das Américas, ali estavam presentes conceitos contraditórios de solidariedade e cuidado. Os conflitos no istmo foram sempre menos tolerados e tratados praticamente sem exceções, como assuntos de segurança nacional estadunidense, fazendo com que as aproximações tivessem um caráter militar e não necessariamente político. Essa onipresença americana teve repercussões importantes para entender como a América Central desenvolveu seus laços com o mundo exterior: não houve vínculo significativo com outras potências econômicas a partir do século XIX, ou mesmo relações com países médios da região foram limitadas.

Após a Segunda Guerra Mundial, e principalmente, com o desenvolvimentismo dos anos 1960, as intervenções hegemônicas ficaram menos agressivas, não pela força, mas porque foram empregadas novas estratégias, como um discurso renovado que versava sobre a necessidade de construção de democracias viáveis, o que, obviamente, obedecia a modelos e vontades de Washington para a região.

A crise centro-americana dos anos 1980 acabou sendo um desafio para testar a elasticidade das boas intenções dos Estados Unidos para a região: como chegar à

[34] Tradução livre: “quando as treze colônias iniciaram sua ascensão à continentalidade, uma das particularidades deste processo é seu caráter assimétrico, sendo Centro-américa a zona subordinada e os Estados Unidos o centro hegemônico, de onde a política havia sido imposta ou profundamente condicionada.

dosagem ideal entre a imposição da hegemonia e a busca por articulações consensuadas? Neste contexto, tomou-se Centro-américa como um *case test* sobre a percepção internacional dos Estados Unidos e suas ações regionais.

Para Rojas e Solís (1993), os processos negociadores de Esquipulas acabaram reforçando/restaurando a hegemonia norte-americana no istmo[35]. O isolamento da guerrilha da Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), em El Salvador, e da Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca, as perdas eleitorais da Frente Sandinista para la Liberación Nacional (FSLN), na Nicarágua, e a saída da América Central como pauta prioritária da agenda de segurança nacional estadunidense e as mudanças ocorridas no Leste Europeu com o fim da Guerra Fria, permitiram aos Estados Unidos despreocuparem-se por atores extra-regionais, organizar os aliados e enfraquecer os outrora resistentes grupos de esquerda e reformistas do istmo.

No início dos anos 1990, o processo de resolução das guerras centro-americanas, através de articulações políticas principalmente da América Latina, mediadas pela ONU, poderia ter dado à região um primeiro e histórico momento de autonomia e afastamento voluntário dos Estados Unidos. No entanto, a dependência se acentuou e diziam Rojas e Solís (1993) à época que a tendência seria que pequenos países do istmo estariam mais vinculados e em variados aspectos, como o comercial e o tecnológico, por exemplo. Em contrapartida, com a ausência de países que pudessem competir por influência regional, na América Latina, a região passaria a ter uma importância marginal.

[35] Os acordos de Esquipulas foram tentativas de resolução negociada das guerras centro-americanas. Há dois acordos, Esquipulas I (1986) – cujo maior logro foi a reunião de todos os presidentes da região a fim de estabelecer pontos de ação comum e a afirmação de que se trabalharia conjuntamente para criar saídas para a restauração da paz – e Esquipulas II (1987), que estabeleceu passos a serem seguidos ou retomados para uma reconciliação nacional, como eleições democráticas, o fim de grupos paramilitares e esquadrões da morte, controle de armas e assistência a refugiados. Esquipulas II sentou as bases do Acordo de Oslo (1990), negociação preliminar entre a Comissão de Reconciliação Nacional da Guatemala e a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca, levando ao fim trinta anos de um intenso conflito armado, instaurado como resposta à tirania do Estado da Guatemala e às ingerências estadunidenses. Esquipulas II também sentou as bases para o Acordo de Chapultepec (1992), que finalizou a guerra civil em El Salvador, após 12 anos de resistência também contra autoritarismos de Estado e ingerência estadunidense. A solução negociada dos conflitos tende a ser criticada por não ter levado em conta as motivações das guerras, o que se seguir, em períodos de paz, foram reformas nos sistemas judiciais e de polícia, mas as reformas sociais e econômicas ainda hoje seguem como tarefa incompleta e pendente do processo (PARLACEN, 2016).

3.4 ENTRE PONTES E FRONTEIRAS: QUE AMÉRICA CENTRAL?

Há duas formas de se referir ao istmo localizado entre o Norte e o Sul das Américas: América Central e Centro-américa. Ambos os conceitos, quando invocados carregam um significado distinto que vai além da simples localização geográfica.

Entender ontologicamente estes termos seria compreender como se deram os movimentos coloniais que se manifestaram dentro deste território. E, compreendendo, questionar o porquê de tentar imprimir uma identidade única ao conjunto de países que mais se aproximam pela diversidade e pela diferença do que pelo compartilhamento de traços comuns.

É corrente falarmos em América Central/Centro-américa e a partir dai retirar conclusões gerais: a segurança na América Central, a política centro-americana, a população centro-americana, entre outros. É como se não existissem diferenças que justificassem um tratamento mais pormenorizado e mais próximo às características de cada Estado.

Chaverrí (1985), com o icônico artigo *Hacia una definición de Centroamérica*, diz que após a independência da região, em 1821, o primeiro movimento organizativo dos nascentes Estados foi a criação da *Federación Centroamericana*, promulgada por um decreto que descrevia:

> *El escudo de armas de las províncias unidas será um triángulo equilátero. En su base aparecerá la cordillera de cinco volcanes colocados sobre um terreno que se figura bañado por ambos mares: en la parte superior um arco íris que los cubre y bajo el arco, el gorro de la libertad esparciendo luces. En el triángulo y en forma circular se escribirá con letras de oro: Províncias Unidas de Centroamérica (CHAVERRÍ, 1985, p. 59)*[36].

A partir daqui, já se nota a dupla definição que se deu ao território centro-americano: o nome, que se refere à área como uma contínua faixa de terra que está no meio das Américas, aqui Centro-américa é ponte; o escudo de armas, ao

[36] Tradução livre: "O escudo de armas das Províncias Unidas será um triângulo equilátero. Em sua base, aparecerá a cordilheira de cinco vulcões colocados sobre um terreno que figura banhado por ambos os mares: na parte superior um arco-íris que os cobre e abaixo do arco, o *símbolo da liberdade espalhando luzes. No triângulo, em forma circular, se escreverá com letras de ouro: Províncias Unidas de Centroamérica".*

fazer referência à cordilheira de vulcões banhada por dois oceanos, aqui Centro-américa é istmo, fronteira. Na primeira acepção, Centro-américa é ponto de contato, na segunda é espaço interoceânico de transporte.

Figura 1: Nova Hispania, Nova Galicia, Gvatimala (Hessel Gerritsz, 1625)

Fonte: OFFEN, 2011.

Após a transformação dos Estados centro-americanos no fim do século XIX e XX, o território adquiriu muito mais um caráter interoceânico do que intercontinental. Ou seja, com o tempo, outras dúvidas vieram sobre o caráter daquilo que chamamos de América Central. Correntemente, se descreve a área como sendo constituída por aqueles cinco países que, no período colonial, compunham a Capitania Geral da Guatemala (Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e

Costa Rica). Algumas vezes, incluiu-se Panamá e Belize, por entender que fazem parte do istmo. No primeiro caso, privilegia-se a história, no segundo caso, a geografia. Nesse sentido, Chaverrí (1985) pergunta: é o peso da história ainda tão preponderante a ponto de excluir-se Panamá e Belize da América Central? Ou seria a determinação geográfica suficiente para incluí-los?

Figura 2: Repúblicas Unidas (1839)

Fonte: DYM, 2011.

De todas as formas, seja qual for o conceito que se utilize, o importante é que o ponto de partida deve ser o reconhecimento de que se tratam de países extremamente divergentes entre si. Coexistem países com sólida tradição democrática liberal (como a Costa Rica), países com longuíssimas trajetórias autoritárias (como El Salvador) e países com experiência revolucionário-socialista (como a Nicarágua). No campo econômico, há economias essencialmente cafeeiras (como a Guatemala), bananeiras (como Honduras) ou de economias

terciárias (como o Panamá). Culturalmente, pese todo o processo de sufocamento das expressões étnicas e dos genocídios perpetuados, permanecem a herança indígena guatemalteca – não obstante esta ter sido quase completamente destruída em El Salvador e Honduras. O inglês é parte da colonização britânica em Belize e o espanhol nos demais países, com a excepcionalidade da Guatemala e do Panamá, onde as línguas tradicionais são tão ou mais faladas quanto o espanhol.

Centro-américa, como formação social, corresponde à vinculação de temas que remontam à formação dos Estados Nacionais, observando, em específico, as possibilidades de maior ou menor grau de tomada de decisões alcançadas pelas sociedades centro-americanas, tomando isso como expressão coletiva da correlação de forças internas e externas, que competiam entre si. Nesse sentido, a formação da sociedade centro-americana se deu a partir da ruptura do pacto colonial, momento de intensa instabilidade política para o conjunto de países e de criação da Federação Centro-americana como forma de constituição de um poder central que pudesse lidar com o novo momento pós-colonial.

De acordo com Torres (*apud* CHAVERRÍ, 1985), a economia – ou melhor, a escolha que os países fizeram para compor a economia mundial – terminou de moldar as sociedades centro-americanas. As oligarquias coloniais passaram intactas para o novo período de independência, fazendo da cultura do café, inicialmente, o elo de ligação entre o istmo e o comércio internacional, convertendo centro-américa em uma sociedade iminentemente agroexportadora.

> *Los vínculos de dependencia con el mercado mundial se fortalecen y adquieren una nueva dimensión a finales del siglo XIX, con la aparición del enclave bananero, hecho que señala la entrada del capital norteamericano en la escena centroamericana" (CHAVERRÍ, 1985, p. 61).*

É a partir da economia agroexportadora que se consolida uma oligarquia cafeeira-burguesa e uma classe média liberal, ambas com estreita ligação com grupos externos, notadamente, estadunidenses que investiam no lucrativo enclave bananeiro, chegando a controlar os principais serviços de comunicação e

transporte ferroviário. A pujança das primeiras décadas do setor agroexportador deu lugar, na década de 1930, a uma economia

> *convertida en un apéndice agrario de las economías centrales, con grupos dirigentes incapaces y poco deseosos de trascender un status quo cimentado en un orden político autoritario y exclusivista, aliado a los intereses bananeros y al capital norteamericano" (CHAVERRÍ, 1985, p. 61).*

A partir do ponto de vista econômico, dentro da dinâmica do capitalismo moderno, o papel da América Central acabou sendo o de produção de alimentos e matérias primas agrícolas para o mercado externo e, ao mesmo tempo, se transformou em consumidora de bens manufaturados europeus e estadunidenses. O modelo agroexportador, baseado em extensas áreas de monocultura (basicamente de café, banana e, tardiamente, algodão) criou um conjunto de economias frágeis e extremamente vulneráveis às oscilações do mercado internacional. O fato do café e da banana serem gerenciados por empresas transnacionais americanas, como a *United Fuit Company*, também acentua o caráter pouco autônomo da América Central, assim, o resultado dessa combinação foi, de acordo com Chaverrí (1985, p. 65),

> *la creación de sociedades dependientes o, mejor expresado, semicoloniales. Asumiendo aún Centroamérica como cinco países, podemos entonces caracterizarla como semicolonial y agroexportadora*[37]*.*

Em termos de funcionalidade, o território também se transformou entre o período colonial espanhol, a influência inglesa do século XIX e a atual aliança americana. Durante a colonização espanhola, a manutenção do território da Capitania Geral da Guatemala, reconhecidamente uma das menos lucrativas e com escassa mão de obra, de forma geral, justificou-se pela posição estratégica, como ligação à Ásia e, também, como a melhor rota entre a Espanha e o Peru, uma das áreas mais ricas do continente americano à época. O argumento geoestratégico sobrepujou o

[37] Tradução livre: "a criação de sociedades dependentes ou, melhor dito, semicoloniais. Assumindo ainda Centro-américa com cinco países, podemos, então, caracterizá-la como semicolonial e agroexportadora".

argumento econômico, por isso, o interesse maior da Coroa Espanhola foi menos o de incentivar a criação de estruturas de gestão e instituições políticas e mais o de manter a integridade territorial e a ocupação das terras de forma a criar grandes latifúndios nas mãos dos primeiros colonos que constituíram a primeira fase das oligarquias locais.

No caso americano, no século XIX, a escolha de atualização da América Central novamente foi pela via estratégica. Com o Destino Manifesto, de 1840, os governantes estadunidenses se autoproclamaram líderes do continente e se concediam direitos expansionistas. Com o objetivo de consolidar sua posição de recente líder e ampliar sua hegemonia, os Estados Unidos formularam uma política externa com ares globalistas e antieuropeus: controlar Centro-américa era importante, sobretudo com a reativação do projeto de construção do Canal Interoceânico do Panamá para ampliar o escoamento de mercadorias para fora do continente. O ritmo de crescimento do comércio mundial fazia do Canal uma necessidade.

Hoje, o Canal do Panamá serve, em grande medida, para potencializar a circulação interna e externa de mercadorias estadunidenses. Cerca de 70% do tráfego no Canal tem como origem ou destino os Estados Unidos, valendo salientar que as mesmas rotas serviram para o deslocamento militar e abastecimento de tropas em caso de eventualidades que precisassem de intervenção americana. Estes novos papéis, juntamente com a proximidade geográfica, renderam à América Central o depreciativo apelido de quintal americano ou, partindo de versões geopolíticas, perímetro de defesa. E por olhar a América Central praticamente como prolongamento é que as ameaças e crises que vieram no século XX foram tratadas com enorme interesse pelos EUA.

Chaverrí (1985) defende que Centro-américa só pode ser entendida de verdade à medida que sua identidade se revele dialeticamente, nunca isolada, nunca como projeto homogêneo. Em certa medida, o olhar em bloco, padronizado e falsamente único sobre a região favoreceu grandes potências a estabelecerem seus projetos de dominação, ao enxergarem o território como uma extensão de terra que deveria ser mantida unida a todo custo para viabilizar a comunicação, o deslocamento de

pessoas e mercadorias e a ligação a outros continentes. É nesse sentido que Chaverrí (1985, p. 77) diz:

> *Mirada en si misma, la región se muestra diversa, desarticulada, repetitiva, caótica. Comparada en términos económicos y sociales com el resto del mundo, tende a diluirse, a no presentar mayor especificidad. Analizada en términos de su relación a la evolución de sistemas de dominación a nivel mundial, la esencia centroamericana empieza a emerger, a dibujarse con claridad*[38].

E foi assim que Centro-américa, com o Pacto Colonial, foi ponto de contato entre as Américas, foi ponte. Com a substituição do colonialismo pelo imperialismo – em construção – americano, Centro-américa transformou-se em istmo, que é, agora, mais que qualquer outra coisa, componente forte de sua identidade moderna. A América Central é geoestratégica, não por seus recursos naturais, que são escassos, mas por sua localização e situação geográfica: um istmo por onde circularam/circulam planos de domínio, antes, coloniais, hoje, imperiais.

Figura 3: Mapa América Central

Fonte: Zonu.com

[38] Tradução livre: Vista em si mesma, a região se mostra diversa, desarticulada, repetitiva, caótica. Comparada em termos econômicos e sociais com o resto do mundo, tende a diluir-se, a não apresentar maior especificidade. Analizada em termos de sua relação com a evolução de sistemas de dominação mundial, a essência centro-americana começa a emergir, a desenhar-se com claridade.

4. FICAM PARA TRÁS GUATEMALA, HONDURAS E EL SALVADOR: "*UN CORAZÓN DE TIERRA QUE LATE ACELERADO*[39]*".*

(…) atrás quedan los niños y su interrogación,
las manos destrozadas de las maquiladoras
que en un gesto invisible
dicen adiós,
espérenme,
es posible que un día me encarame a un vagón.

(*La bestia: The american way of death* | Daniel Rodríguez Moya)

Contemporaneamente, não é possível entender os processos migratórios a partir de uma teoria unidimensional, em que apenas o lado econômico é levado em conta. A dimensão política – e, com ela, a social – é importante para entendermos que o mundo não é um tipo perfeito e que as escolhas não são motivadas apenas por processos racionais, relacionais e de cálculos de custo-benefício. A adoção de políticas restritivas, por exemplo, reduzem a mobilidade das pessoas ou, pelo menos, as influenciam a buscar outros meios de migrar – regular ou irregularmente – a outros lugares com políticas mais flexíveis. Em casos de migração forçada, no entanto, o deslocamento populacional pode não seguir esta lógica: foge-se para onde parecer mais seguro, o exame da política migratória de um potencial Estado de acolhida não é parâmetro para a escolha do novo lugar.

O Censo 2010 dos Estados Unidos é um exemplo disso. O país possui uma política migratória restritiva há várias décadas, mas segue sendo o principal destino de um número cada vez maior de pessoas que enxergam a América como a *land of dreams*, a América dos sonhos. Ao passo que o trecho acima é reafirmado pelos diferentes governos estadunidenses – a frase é, na verdade, o slogan das propagandas de turismo dos EUA, veiculadas em países da América Latina – existe o esforço de demonstrar as fragilidades econômicas, o risco de

[39] Referência ao poema "La Bestia – the american way of death", de Daniel Rodríguez Moya. A estrofe completa: (…) "atrás quedan los niños y su interrogación/ las manos destrozadas de las maquiladoras/ que en un gesto invisible / dicen adiós, / espérenme,/ es posible que un día me encarame a un vagón./ queda atrás guatemala,/ honduras, nicaragua, el salvador, / un corazón de tierra que late acelerado".

desemprego em uma economia que não conseguirá agregar mais que a seus nacionais. Quando nada disso surte efeito, entram em cena a securitização das fronteiras e uma regulação violenta sobre as entradas no país e o monitoramento das comunidades de migrantes com as batidas policias em bairros de comunidades latinas e asiáticas, em maior parte. Nada disso, porém, fez diminuir a quantidade de latino-americanos nos Estados Unidos.

Figura 4: Propaganda *Discover America* – Ministério do Turismo (2012)[40]

Fonte: Ministério do Turismo EUA (discoveramerica.com)

As políticas migratórias restritivas também não têm impedido a chegada de centro-americanos, na verdade, o que tem ocorrido é o incremento no número de migração irregular, criando uma realidade paralela à oficial, que não é contabilizada, acompanhada, onde direitos são negados e as cidadanias se perdem. O caso hondurenho é revelador e corrobora a afirmação anterior: apesar de ser o grupo mais visado pelas autoridades migratórias, por conta do mais

[40] Fotografia do vídeo publicitário veiculado em países latino-americanos, a partir do ano de 2012. No clipe, Rosanne Cash, com uma banda que representa a diversidade da população estadunidense, apresenta uma série de atividades culturais advindas de uma extensa herança de povos que adotaram os Estados Unidos como lar e canta a música Land of Dreams, cujo refrão diz: "Land of dreams, land of dreams / Come and find your land of dreams / And it's closer than it seems / Come and find your land of dreams". Em português: Terra dos sonhos, terra dos sonhos / Venha e encontre sua terra dos sonhos / Ela está mais próxima do que parece / Venha e encontre sua terra dos sonhos.

recente contexto de violência generalizada no país, foi o grupo centro-americano que mais cresceu proporcionalmente em presença nos Estados Unidos no período 2000-2010. Aliás, a escolha dos Estados Unidos como local de observação das ações da diáspora centro-americana, se deu justamente por este país ser a principal escolha desta população ao migrar. Os dados abaixo, retirados do Censo 2010, mostram o incremento de centro-americanos nos Estados Unidos. Importante notar que estes são dados oficiais, mas que tentam fazer uma aproximação ao número de migrantes total (incluindo a possibilidade de pessoas com status irregular ou que estavam sob o regime de *status* de proteção temporária – TPS):

Tabela 1: Migrantes do TNCA protegidos por TPS

País	2000	2010	Diferença
América Central	1.686.937	3.998.280	2.311.343
El Salvador	655.165	1.648.968	993.803
Guatemala	372.487	1.044.209	671.722
Honduras	217.569	633.401	415.832

Fonte: US Census Bureau (2010)

Desde os anos 1970, a América Central é a maior expulsora de nacionais para os Estados Unidos. Durante o quinquênio 1985-1990, a região foi também a que mais população perdeu: uma taxa de 4,2 por mil nacionais ia embora para outros países. De 1990 a 1995, a taxa caiu a 3,1 por mil, mas apenas a título comparativo, de 1985 a 1995, a taxa mundial de emigração internacional era de 0,5 por mil habitantes.

De acordo com Puerta (2005), existe um argumento demográfico-econômico para entender esse desajuste entre a necessidade de população economicamente ativa e altos níveis de emigração: diferentemente de outras regiões do mundo que também passam por processos de integração, na América Central, os países de maior território não são os mais viáveis economicamente e os que possuem economias em melhores condições são muito pequenos. Claro está que este argumento precisa de mais alguns elementos para ser validado. O papel das redes sociais nas migrações centro-americanas parece ter sido esquecido pelo autor. Ou seja, os migrantes que foram antes, ao associar-se em comunidades

latinas, criam verdadeiras redes de apoio a imigrantes recém chegados e acabam sendo incentivos para a migração de amigos ou familiares. Nesse sentido, os países que mais expulsam nacionais não o fazem porque seu território é menor ou há menor população economicamente ativa – fazendo com que o desenvolvimento nacional seja comprometido. Existem outras causas mais profundas e estas são as que, correntemente, estão escondidas por falta de informações.

Outro ponto importante para explicar a migração centro-americana é entender a dinâmica da reprodução do modo de produção capitalista dos países centrais para os países periféricos e, logo, incorporando novas regiões a uma economia cada vez mais unificada. Arango (2000) cita como exemplo desse processo as dinâmicas de empresas multinacionais de países desenvolvidos quando se trasladam a países subdesenvolvidos. A penetração em outro território, transportando uma suposta modernização – para qual não houve preparação -, substituindo práticas tradicionais de trabalho manual e agrícola por protocolos capitalistas, acabaram produzindo uma série de alterações que, com o tempo, entre outras coisas, forçou o descolamento de uma série de trabalhadores que não tinham os requisitos necessários para serem absorvidos pelas multinacionais. Essa massa de trabalhadores forçados ao desarraigo, então, movimenta-se para os países do centro para ocupar posições em setores que se apoiam na mão de obra barata. E é nesse sentido que Sassen (*apud* ARANGO, 2000, p. 41) diz que "*la migración funciona, por tanto, como un sistema mundial de suministro de mano de obra*"[41]

As relações de dependência continuam sendo pautadas e exemplo delas podem ser observados nos países do Triângulo Norte Centro-americano, países que têm um longo histórico de relações coloniais/colonializadas e de dependência econômica: antes dos espanhóis, hoje dos Estados Unidos. Não necessitam dos Estados Unidos apenas para vender suas *commodities*, precisam dos empréstimos de instituições financeiras para empreender algum intento de melhora na vida de seus nacionais. Precisam dos Estados Unidos para negociar a

[41] Tradução livre: "a migração funciona, portanto, como um sistema mundial de distribuição de mão de obra".

permanência de seus nacionais naquele país através do TPS[42], a fim de garantir o envio de remessas para as famílias que já não contam com a capacidade de seus governos de garantir melhores condições de vida.

O intercâmbio desigual entre os Estados Unidos e a América Central produziu um nível de dependência que excede a esfera econômica e adentra na esfera política. O que se verifica não são apenas economias vulneráveis, mas Estados desmantelados que vêm perdendo, progressivamente, a capacidade de conduzir, de maneira autônoma, suas políticas. No entanto, isso não deve gerar o entendimento de que a América Central chegou a este ponto por conta das relações assimétricas com o centro capitalista desenvolvido, ao contrário, essas relações foram assim construídas porque a dependência e a vulnerabilidade já existiam antes. Como diz Marini (2000): "não é porque se cometeram abusos contra nações não industrializadas que estas tornaram-se economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas", essa afirmação pode ser tranquilamente trasladada para a política. A insustentável situação de dependência e instabilidade que vive a América Central justifica as altas taxas de migração de sua gente para os centros desenvolvidos do sistema-mundo capitalista.

Nas últimas três décadas do século XX, a migração internacional tornou-se mais complexa, heterogênea e adquiriu ares globais. Não apenas a Europa deixara de ser a principal região de origem de migrantes, mas as políticas migratórias começaram a ficar cada vez mais restritivas, ocasionando o aumento da imigração forçada e irregular e dos crimes relacionados ao tráfico humano, como a corrupção e a formação de redes de prostituição, principalmente nos países de passo dos migrantes (ARANGO, 2000).

O volume de pessoas que, hoje, muda de residência habitual é tão grande que não se pode inferir se esses são movimentos induzidos ou espontâneos, Assim,

[42] Sigla para *Temporary Protect Status,* que garante a possibilidade de residência temporária e permissão temporária para trabalhar por um período que varia entre seis e dezoito meses. Esses períodos podem ser renovados, mas não garantem direitos permanentes de viver e trabalhar nos EUA. A cada ano, presidentes centro-americanos, marcadamente os do Triângulo Norte Centro-americano, integram comitivas de negociação com o governo estadunidense a fim de prolongarem a proteção a seus nacionais.

dizer que as pessoas sempre migraram não explica o que ocorre contemporaneamente. Kurz (*apud* Milesi, 2003) é enfático ao dizer que também é uma equivocação assumir que as pessoas migram em busca de algo, como se fosse um processo decorrente de livre escolha:

> É um processo coativo. Os pobres são livres para vender sua mão de obra, porém, fazem isso porque não tem condições de controlar a sua existência. A transformação da sociedade capitalista em âmbito mundial produziu uma sociedade de exclusão.

4.1 A POBREZA COMO PRINCIPAL FATOR MOTIVADOR DA MIGRAÇÃO CENTRO-AMERICANA

Diversos autores consideravam que a pobreza era uma condição imposta e não superável, pois haveria sempre a diferenciação entre quem detinha o conhecimento e a tecnologia e quem não. Desta forma, a pobreza era fruto direto da diferença de classes e de educação. No século XVIII é que se começou a formar a percepção de que é possível superar a pobreza, dado que o progresso técnico-científico começa a tornar-se evidente e, portanto, haveria maiores possibilidades para o incremento da quantidade de bens e serviços disponíveis para usufruto das pessoas. Emergem também nesse período as análises de economistas liberais, para os quais a produção de riqueza era fator fundamental para o desenvolvimento e a paz, pois não haveria possibilidade de se alcançar a felicidade em uma sociedade cuja maior parcela é de pobres e miseráveis.

Ainda que a pobreza seja algo presente desde épocas muito remotas, o conceito, enquanto categoria de análise é mais recente, data de final do século XIX, com as pesquisas de Booth e Rowntree, segundo Dubois (2005). Eles foram os primeiros a colocarem o tema não apenas como parte das desgraças dos sistemas econômicos e políticos, mas como objeto de estudo científico. Booth e Rowntree tornaram-se referência quando criaram a ideia de umbral de pobreza, afirmando a necessidade de criar certos padrões de análise, mas chamando a atenção para o fato de que serão as especificidades de cada local que darão insumos definitivos para um diagnóstico sobre as condições de vida de sua população. Por isso mesmo é que este é um conceito sempre em transformação – pois responde às

oscilações de tempo e espaço – e que se adapta ao contexto social e às mudanças de mentalidade de cada sociedade.

Em meados do século XX, por um recrudescimento da miséria no chamado Terceiro Mundo, novamente o tema voltou à ordem do dia e, desta vez, trazia severos questionamentos sobre as causas da pobreza – e não apenas a pobreza propriamente dita – como forma de problematizar, agora, não apenas o contexto interno dos países, mas também as relações de assimetria e dependência que se verificavam entre o conjunto de Estados do sistema internacional.

Essas intermitências na trajetória dos Estados sobre a pobreza – que ora abundam e ora minguam – respondem a supostos períodos de prosperidade ou tentativas de novos modelos – sobretudo econômicos – em que se poderia verificar mudanças não somente na quantidade de pobres, mas também novos padrões e motivadores que surgem devido às mudanças de contexto, de mentalidades que trazem à tona novas dimensões do problema dos quais não se era consciente.

Os estudos sobre o desenvolvimento, em sua maioria levados a cabo por acadêmicos dos grandes centros, analisando as formas de superação da pobreza em países ricos no pós-Segunda Guerra Mundial, colocavam a questão como prestes a ser eliminada e essa percepção foi derivada dos impactos da extensão e aprofundamento do estado de bem estar social, que, através de investimento massivo em políticas sociais, fez com que setores mais empobrecidos tivessem tido acesso menos limitado a direitos e à própria cidadania. Nesse sentido, como comenta Dubois (2005), superar a pobreza era questão de tempo.

Nos países subdesenvolvidos, todavia, as explicações sobre a miséria obedeciam a uma lógica distinta: a persistência de delicadas situações se devia à história, ao clima, e até mesmo por diferenças culturais, o que fazia necessário que a promoção do desenvolvimento substituísse a pobreza na agenda dos Estados desenvolvidos. Ou seja, o desenvolvimento viria através da cooperação internacional, que se veria mais eficaz quando a relação estabelecida fosse uma em que o Norte desenvolvido repassasse dinheiro, recursos materiais e

capacitação técnica a fim de diminuir, sobretudo, a lacuna tecnológica, responsável por uma futura equiparação entre economias.

O que se colocava em evidência era uma pretensa neutralidade da técnica, no entanto, o que acabou se gerando foram imensos bolsões de pobreza e o aprofundamento da desigualdade e da exclusão social, por duas razões: a) os empregos mais bem remunerados continuavam na órbita das classes mais ricas, porque melhor educadas e também porque eram as próprias elites econômicas a negociar certos investimentos; b) as elites internacionais, afins à ideologia capitalista, não deixaram de lucrar com as relações desiguais que se reproduziam no sistema internacional.

Nesse caso, a acumulação de riqueza por quem já tinha riqueza, obviamente, não se traduziu em transformação, antes, se acentuou a desigualdade. Com isso, há uma paulatina tomada de consciência sobre as limitações impostas à periferia pela internacionalização do trabalho.

4.2 MOTIVAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DA EMIGRAÇÃO NO TRIÂNGULO NORTE CENTRO-AMERICANO

Para pensar a migração centro-americana mais recente, tomamos em conta três marcos históricos: a) o período das guerras e conflitos internos, todos parte do contexto de Guerra Fria e que chegaram ao fim nos anos 1990; b) O período pós-guerra, marcado ainda por grandes crises políticas e ajustes econômicos, partes do processo de pacificação do istmo; c) O ano de 1998, quando o Furacão Mitch devastou vários países centro-americanos, alguns dos quais ainda em reconstrução após o período de guerra, como foram os casos de El Salvador e Guatemala.

Analisar os dados disponíveis em qualquer um desses três marcos mencionados anteriormente significa dizer que estaríamos observando apenas a migração documentada, ou seja, o movimento migratório de pessoas que, ao entrar em outro país, contavam com documentação mínima exigida para que sua entrada fosse autorizada. O problema disso é que nesta categoria são computados

> *los turistas con visa permanente concedida por un Consulado norteamericano; extranjeros en Estados Unidos con residencia norteamericana permanente (portadores del Green Card, o tarjeta verde); naturalizados con ciudadanía y portadores de un pasaporte norteamericano; refugiados, asilados y otros con visas especiales, entre éstas, humanitarias, estudiantes, extranjeros, inmigrantes auspiciados por familias norteamericanas o trabajadores con permisos temporales de un empleador norteamericano legalmente establecido" (PUERTA, 2005, p. 69)*[43].

Para fins de comparação e de como os dados oficiais e as estimativas sobre emigração irregular são distantes, basta observar como o governo hondurenho trata os dados disponíveis em seus escritórios de migração. Existem três marcos para situar os deslocamentos hondurenhos que Puerta (2005) qualifica como momentos de baixa, média e alta migração, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 2: Incipientes deslocamentos de hondurenhos documentados

Período	Qualificação	Hondurenhos indo para os Estados Unidos	
		Maior pico	**Menor pico**
1970-1988	Baixa	4300	4700
1989-1991	Alta	10356	12024
1992 – presente	Média	6217	

Fonte: Elaboração própria a partir de Puerta, 2005.

O período classificado por Puerta (2005) como de baixa migração, estava conformado por uma elite empresarial ligada às grandes empresas bananeiras, o que responde justamente ao período em que Honduras era conhecida como o enclave bananeiro da América Latina e a *United Fruit Company* tinha, neste país, alto interesse comercial. O período caracterizado como de alta migração corresponde a períodos de acirramento de conflitos internos na região, sobretudo

[43] Tradução livre: "os turistas com visto permanente concedido por um consulado norte-americano; estrangeiros nos Estados Unidos com residência norte-americana permanente (portadores de *Green Card); naturalizados com cidadania e portadores de um passaporte norte-americano; refugiados, asilados e outros com vistos especiais, entre estes, [vistos] humanitários, estudantes, estrangeiros, imigrantes sustentados por famílias norte-americanas ou trabalhadores com permissão temporária de um empregador norte-americano legalmente estabelecido (PUERTA, 2005, p. 69).*

à migração salvadorenha para os Estados Unidos, o que leva a crer que muitos hondurenhos e guatemaltecos utilizaram-se de documentos falsos salvadorenhos para migrar para os Estados Unidos, aproveitando que havia maior abertura para a recepção de emigrados salvadorenhos. Ainda, especula-se que os migrantes que foram antes, armaram redes sociais e garantiram segurança aos que foram depois, por isso o aumento tão contundente. Por fim, o período de média migração é o de maior tempo observado, já que se acredita que, de 1992 em diante não se ultrapassaram os picos vistos no período de alta migração.

Vale salientar que o artigo de Puerta é de 2005 e não contempla, portanto, dados da migração mais recente de hondurenhos que têm ido embora por causa de violência extrema e das novas crises político-econômicas. Mesmo assim, os dados não batem com as estimações de outros autores que consideram em suas análises as aproximações feitas sobre migração indocumentada. Recinos (2011), por exemplo, um dos maiores especialistas em migração indocumentada hondurenha, estima que a presença hondurenha nos Estados Unidos já tenha ultrapassado a marca de 1 milhão de pessoas.

Na análise das migrações hondurenhas predomina a falta de dados. Este é o desafio mais comum da demografia e dos estudos sobre migração em contextos extremos: acabamos nos limitando a tratar de dados com lacunas enormes e, portanto, caímos na armadilha de refletir sobre contextos artificiais, criamos explicações que nem sempre irão refletir a realidade problemática que se buscava colocar em evidência.

No caso hondurenho, de acordo com o UNFPA (2009), existe uma relação de causalidade entre pobreza e migração, em um contexto onde não existe vontade política para frear a migração internacional, tampouco para promover o chamado uso produtivo das remessas familiares que chegam ao país, fortalecendo um cruel vínculo de dependência. Honduras é o segundo país mais pobre da América Central, sofre, historicamente, com uma brutal desigualdade na distribuição de riquezas e com altas taxas de desemprego. Metade das atividades econômicas do país está ligada aos Estados Unidos, para onde se destinam 30% das exportações. As remessas, majoritariamente, vindas dos Estados Unidos,

compõem 16% do PIB hondurenho, que é de US$ 15, 35 bilhões, arrecadado para uma população de 8,1 milhões de pessoas (CIA, 2015).

91% dos hondurenhos indicam que a principal motivação em emigrar é a busca por melhores trabalhos, fator intimamente relacionado com o limitado marco de oportunidades sociais e econômicas que enfrenta a população desse país, já que, como na maioria dos países do istmo centro-americano, existe grande dificuldade da economia nacional de gerar ingressos que cubram as necessidades e expectativas da população.

Os salários de hondurenhos e hondurenhas no exterior são 13 vezes maiores que os salários de seus compatriotas que vivem em Honduras, fazendo com que a ajuda enviada para casa, na figura das remessas familiares, seja um aporte importante tanto para a sobrevivência de suas famílias quanto para a economia do país. No ano 2000, o país contabilizou a entrada de 400 milhões de dólares. Em 2015, o envio de remessas chegou a 3,7 bilhões, 16% do PIB (UNFPA, 2009; BCH-Honduras, 2016).

A Guatemala é o país mais populoso da América Central, no entanto, seu PIB *per capita* representa apenas metade da média do PIB per capita da América Latina e Caribe, fazendo deste um dos países mais pobres do continente americano. A pobreza entre os indígenas, que formam 30% da população, chega a 76% em um país onde a porcentagem total de pessoas vivendo na pobreza extrema é de 26%. A Guatemala é, também, o maior receptor de remessas da América Central. Com um PIB de $41 bilhões, a Guatemala tem uma população de 13,8 milhões de pessoas, 2 milhões de emigrados e uma força de trabalho de 4,2 milhões de pessoas, das quais mais de 60% atuam no setor de serviços do país (CIA, 2010).

De acordo com Rodríguez (2008, p. 6), dois fatos construíram e alimentaram a migração guatemalteca no século XX: o esgotamento dos pequenos cultivos como meio de subsistência e a cruenta guerra civil guatemalteca. Ambos, aliados ao que foi a década de 1980 na América Central – cheia de recessões econômicas e com um clima político violento – organizaram o caos da migração dessas populações.

Para compreender a ainda vigente pobreza na Guatemala, retomar o período colonial é importante, porque vêm daí as raízes da pobreza indígena (que forma a maior parte da população) e as polarizações econômicas e políticas, uma vez que a elite governante manteve o poder econômico e político e estendeu uma ponte para um novo colonialismo aliado a setores empresariais estadunidenses, sendo talvez a relação mais simbólica a que se estabeleceu com o *United Fruit Company*.

O período de 1944 a 1954 foi a única ruptura política guatemalteca: dez anos em que se implementaram reformas educacionais, trabalhistas e agrária. Foram reformas tímidas, mas que guardavam uma audácia nunca antes vista: a tentativa de modificar uma sociedade desigual e com sérios problemas de concentração de renda. Diz Rodríguez (2008, p. 7):

> *A finales de 1954, Guatemala contaba con una población de 3 millones de habitantes. El 5% de ellos captaba el 80% de los ingresos, y el 80% de la población captaba el 15% de los ingresos. De las tierras cultivables, el 70% pertenecía a tan solo 2% de la población*[44].

Com a derrubada de Jacob Arbens, presidente guatemalteco em 1954, por ação direta da CIA, iniciou-se uma sucessão de governos militares que eliminaram líderes de oposição. Com a via político-institucional travada, o levante armado, que teve sua maior expressão nos movimentos guerrilheiros, foi praticamente a única forma de criar uma distensão entre os vários setores sociais. A guerra guatemalteca iniciou-se em 1966, reduziu-se nos anos 1970, esteve em seu auge e violência nos anos 1980 e acabou apenas em 1996 e ocorria paralelamente a outros conflitos armados na região centro-americana, como Nicarágua e El Salvador, o que produziu um deslocamento populacional de 2 a 3 milhões de pessoas (em uma região que, à época, tinha 20 milhões de habitantes). A maior parte dos migrantes e refugiados guatemaltecos eram indígenas maias, 83% dos que morreram na guerra também eram de etnia maia. Os trinta anos de guerra, finalizados com um acordo de paz, firmado em 1996 pelo governo e as guerrilhas

[44] Tradução livre: "No final de 1954, a Guatemala contava com uma população de 3 milhões de habitantes. 5% deles captava 80% dos ingressos, enquanto 80% da população captava 15%. Das terras cultiváveis, 70% pertencia a apenas 2% da população".

de esquerda para proteger o direito dos indígenas, geraram 150.000 mortos, 50.000 desaparecidos, 440 aldeias arrasadas (Cruz Burguete, 2000 *apud* RODRÍGUEZ, 2008).

As migrações surgidas deste contexto de guerra na Guatemala foram direcionadas majoritariamente ao Canadá e aos Estados Unidos, ao norte, ao México, à Costa Rica e à Belize, ainda na região latino-americana, o que acaba sendo caracterizado como migração intra-regional. O contexto socioeconômico e político na Guatemala – na verdade, em toda Centro-américa – não permite separar com facilidade o que é migração socioeconômica e o que precisa ser tratado como refúgio. Mesmo no período da guerra, por conta do severo contexto econômico e de pobreza generalizada, o mesmo ocorria.

Nos Estados Unidos, a política interna se interpunha às condições postas para recepção de refugiados. O anticomunismo, até mais do que as justificativas econômicas, deram a tônica do tratamento. No caso guatemalteco, havia, por parte dos Estados Unidos, apoio aos governos ditatoriais e isso fez com que não se reconhecesse como refugiados os guatemaltecos que lá chegaram fugidos do conflito armado. Em 1980, ainda na administração Carter, foi promulgada a Lei de Refugiados,

> *donde se estableció una política federal humanitaria de refugiados, el derecho al asilo en la ley estadunidense, e institucionalizó la asistencia de repatriación de refugiados (la cual sería pagada en parte por el Gobierno Federal). Esta política elevó la ley estadounidense a los estándares internacionales" (RODRÍGUEZ, 2008, pp. 13-14)*[45].

Em 1981, no entanto, com o início do governo Reagan (1981-1989) essa orientação da legislação modificou-se e a aplicação da neutralidade como princípio da Lei de Refugiados foi abandonada completamente e recrudesceu o anticomunismo como tônica. Guatemaltecos e salvadorenhos voltaram a ser menos aceitos, enquanto nicaraguenses foram amplamente recebidos e

[45] Tradução livre: "onde se estabeleceu uma política federal humanitária de refugiados, o direito de asilo na lei estadunidense e institucionalizou a assistência à repatriação de refugiados (que seria paga, em parte, pelo Governo Federal). Esta política elevou a lei estadunidense a patamares internacionais".

reconhecidos como refugiados (esta última medida foi uma das formas de deslegitimar e denunciar o governo sandinista que havia deposto o ditador Somoza, este, aliado dos EUA). Neste período, apenas para que se compare a utilização do anticomunismo como princípio, 25% dos pedidos de refúgio de nicaraguenses foram atendidos, frente a 2,6% dos salvadorenhos e 1,8% dos guatemaltecos. O que importava, portanto, era mostrar que, sob o governo sandinista havia se produzido mais refugiados e sob as ditaduras aliadas da Guatemala e El Salvador, a situação da guerra estava controlada.

Também se utilizou a detenção de centro-americanos em acampamentos de beira de estrada ou de fronteira, hotéis e outros lugares em território estadunidense. A ideia aqui era forçar que os migrantes tivessem em suas fichas um antecedente penal - que dificultava a aprovação de refúgio – e, também, fazer com que a experiência da detenção – que foi ficando mais violenta e traumática – dissuadisse os migrantes de tentar migrar novamente. A expectativa era de que após as deportações, os fluxos iriam paulatinamente diminuir, o que não ocorreu.

Sendo a última fronteira que separa o sul do norte do continente americano, a Guatemala é um país que tem sua dinâmica populacional influenciada pelas constantes entradas e saídas de estrangeiros, que chegam ao país para cruzar a fronteira para o lado Norte do continente e, também, pela saída de seus nacionais que fazem o mesmo caminho que os estrangeiros que por ali transitam. É, portanto, um país expulsor de nacionais e um território de origem, trânsito e destino/retorno de uma população emigrada que vai, em sua maioria, para os Estados Unidos. Cruzar a fronteira tem sido a principal estratégia de sobrevivência utilizada por um amplo número de uma população empobrecida e sem perspectiva de vida digna em seu país.

A população de emigrados guatemaltecos residentes nos Estados Unidos cresceu aceleradamente a partir do ano 2000. A causa principal é que emigraram em busca de melhores condições de vida, fugindo de um país desmantelado e destroçado por uma guerra civil que durou trinta anos, de 1966 a 1996. De acordo com o Censo estadunidense do ano 2000, existiam 480,665 guatemaltecos nos Estados Unidos. Para 2007, a OIM estimou a existência de 1,4 milhão de

guatemaltecos em território estadunidense, o que representa 10% da população total da Guatemala (PALMA & DARDÓN, 2008).

A dependência da migração e o impacto que esta tem causado ao país, modificaram substancialmente sua composição econômica, que coloca, segundo Palma & Dardón (2008), a atividade econômica micro como relevante, o aporte periférico e rural na dinâmica da economia nacional e a emergência dos povos indígenas como consumidores. Todos os aspectos levantados por Palma e Dardón (2008) estão ligados ao volume de envio de remessas familiares que os emigrados guatemaltecos, sobretudos os radicados nos Estados Unidos, enviam ao seu país de origem. Para 2007, o Banco de Guatemala estimou a chegada de 4,3 bilhões de dólares, cifra recorde até aquele momento. Para 2015, novo recorde, 6,3 bilhões de dólares foram aportados à economia guatemalteca por seus emigrados (BANGUAT, 2016).

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM *apud* PALMA & DARDÓN, 2008) a população receptora de remessas na Guatemala é de mais de 3,7 milhões de pessoas, quase 30% da população depende de renda extra vinda de fora do país.

El Salvador é o menor, porém, o mais populoso país da América Central, e terceira maior economia do istmo, com um PIB de 21,7 bilhões. Com uma população de pouco menos de 6,7 milhões, estima-se que mais de 25% de seu povo emigrou por causa de conflitos políticos e outras causas. Aproximadamente 2,5 milhões de pessoas vivem e trabalham nos Estados Unidos (GAMMAGE, 2005).

Correntemente, quando se estudam as dinâmicas migratórias em El Salvador, costuma-se ligar o tema ao período da guerra civil, que durou de 1980 a 1992. No entanto, assim como ocorre na América Central, o que Segundo Montes (*apud* RUIZ, 2011) chama de “tradição migratória salvadorenha” foi construída a partir do processo de modernização da economia. Tratava-se de um movimento interno, ocasionado pela ampliação das relações de produção capitalistas, marcadamente da lavoura de café para exportação. Outra parte da mão-de-obra foi atraída do exterior na época das bananeiras hondurenhas ou para construção do Canal do Panamá.

No livro *Dividing the isthmus*, de Ana Patricia Rodriguez (2009), a autora resgata um trecho do livro "*The Salvadoran Americans*", de Carlos Córdova, que elenca, pelo menos, seis ondas de imigração salvadorenha para os Estados Unidos:

1. Século XIX, quando membros da elite salvadorenha, dissidentes políticos e trabalhadores em companhias transnacionais deixaram El Salvador para mudar-se, sobretudo, para as cidades de San Francisco, New Orleans e New York;

2. Décadas de 1930 – 1940, quando homens e mulheres do meio urbano e da classe média salvadorenha, com alto nível educacional. Intelectuais, professores, dissidentes políticos e militares que não estavam de acordo com o truculento governo do ditador Maximiliano Hernández;

3. Década de 1940, esta terceira onda migratória foi motivada por conta da aguda escassez, sobretudo no período da II Guerra Mundial, de trabalhadores nos estaleiros navais e outras indústrias estadunidenses. Neste período, as mulheres começaram a migrar em maior número, especialmente, para o trabalho das indústrias têxteis;

4. Décadas de 1960 – 1970. Da onda migratória passada, muitos regressaram ao país quando do fim dos trabalhos nos estaleiros e indústrias estadunidenses. Mas, foi naquele período que começaram a criar vínculos extraterritoriais. Justamente o estabelecimento dessas redes de contato facilitou a quarta onda migratória salvadorenha entre os anos 1960 e 1970;

5. As décadas de 1970-1980 compõem a quinta onda migratória identificada por Carlos Córdova. Trata-se de um grande movimento de massas populacionais que saíram da América Central, sobretudo El Salvador, Guatemala e Nicarágua, países imersos em grandes conflitos armados e intensas crises políticas e econômicas. Estima-se, hoje, que a metade dos centro-americanos que ainda vivem nos Estados Unidos, chegou ao país na década de 1980, documentados ou indocumentados, a pedir asilo no país que, paradoxalmente, era o grande responsável pelas intervenções políticas e militares na América Central.

6. A sexta e última onda migratória é da década de 1990, causada pela desestabilização econômica e falta de empregos. Já nessa época havia

estimativas de que 800 mil salvadorenhos viviam em Los Angeles, mais de 400 mil em São Francisco e 150 mil na área metropolitana de Washington.

Se um contingente tão grande de salvadorenhos já migrou e outras centenas se vão todos os dias, o que esperar do futuro do país? Até quando os vínculos entre nacionais e emigrados perdurarão?

Imaginemos uma nação como sendo um espaço geral de interação entre indivíduos. Um espaço que gera ações e sentimentos compartilhados entre seus nacionais e esses, por sua vez, cultivam sentimentos e os transmitem como valores comuns que os identificam. As recordações permitem que os migrantes sigam identificando-se com seus compatriotas. Tendo dito isso, como fazer essa engrenagem funcionar se, em um contexto de migração, a nação e parcelas de sua população não estão mais contidas uma na outra? A nação fica atrelada às fronteiras e os migrantes encontram-se com outras culturas e formas de vida que também passam a ser suas, mas em um contexto transnacional.

Existem análises que dizem que aos salvadorenhos lhes falta identidade. E, em sentido mais amplo, existe um pobre sentimento de pertença a um país. A migração teria sido um fator que agudizou este processo de perda (RUIZ, 2011).

Esta ideia fragmentada de nação e identidade é produto tardio na composição da salvadorenidade. O que hoje chamamos de El Salvador, independizou-se no começo do século XIX, juntamente com outros territórios demarcados pelo sistema colonial da época. Era parte do Reino da Guatemala - que compreendia os territórios das repúblicas centro-americanas e Chiapas – que se havia dividido. O que surgiu posteriormente foram as Províncias Unidas da América Central, cujas relações fragmentadas provocaram o fracasso da união daqueles países, que entraram em disputas violentas até a sua dissolução. No meio do caminho, na tentativa de salvar as províncias, veio a anexação pelo México, aprovada por todos os países, menos El Salvador, que teve sua capital invadida e, para resolver o conflito, enviou uma missão a Washington para negociar sua união aos Estados Unidos.

Vem daquela época a situação de desigualdade social, política e econômica. É nesse sentido que a CEPAL (2004, p.23) afirma que "*los salvadoreños vivieron el*

periodo postcolonial bajo una especie de estado de excepción permanente"[46]. Sem contar que períodos de guerra e extrema violência seguiram acontecendo durante o século XIX (guerras coloniais e pós-coloniais, defesa do território e da independência de El Salvador, enquanto república), no século XX (guerras entre grupos políticos rivais, como o Massacre de 32 e a guerra civil dos anos 80) e no século XXI, as maras, produto da guerra civil que açoita toda a região centro-americana.

A enorme massa de emigrados é, ao mesmo tempo, reprodutora da cultura salvadorenha nos Estados Unidos e reprodutora de seu ambiente estadunidense em El Salvador. Já no século XIX os Estados Unidos tornaram-se parte do imaginário salvadorenho. Nos últimos trinta anos, uma parte da população mais pobre tem visto os Estados Unidos como única saída de sua situação de pobreza.

Os emigrados salvadorenhos já foram explicitamente tratados como mercadoria pelo governo direitista da Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), quando chegou-se a declarar que os salvadorenhos no exterior eram a *commodity* mais valiosa do país. As remessas familiares enviadas por eles correspondem a 16% do PIB. Qualquer sinal de endurecimento nas políticas migratórias ou crises econômicas internacionais afetam não apenas o núcleo familiar, mas a economia do país como um todo. Acaba existindo aqui uma dependência indireta à outros países. Em torno de 26% dos lares salvadorenhos declaram receber ajuda de familiares residentes no exterior (BID, 2007; RODRÍGUEZ,2009).

De forma geral, podemos admitir que para os países que conformam o Triângulo Norte Centro-americano, as condições de vida depois dos conturbados anos de conflitos armados não mostraram melhora para grande parte da população. A paz não teve o impacto esperado e milhares de migrantes juntaram-se ao já enorme contingente de refugiados para inserirem-se no mercado de trabalho, sobretudo, estadounidense. Hoje, os Estados centro-americanos encontram-se fortemente dependentes das remessas familiares enviadas pelos centro-americanos emigrados. Em El Salvador, Guatemala e Honduras, as remessas configuram

[46] Tradução livre: "os salvadorenhos viveram o período pós-colonial sob uma espécie de estado de exceção permanente".

entre 10% e 16% do PIB, aproximadamente, e um terço das famílias nesses três países se declaram receptoras de remessas, que são as grandes responsáveis por paliar a situação de pobreza e desemprego a qual estão submetidas essas populações. Verifica-se, portanto, uma dependência em dois níveis: familiar (a remessa como salário, como aposentadoria) e estatal (a remessa como estratégia de desenvolvimento). Além da dependência, foi construída, ao longo das sucessivas décadas de emigração para os Estados Unidos, a percepção de que o sonho americano era a saída para o sofrimento centro-americano.

Nas Américas, os Estados Unidos seguem sendo o país principal de destino dos migrantes. Em 2010, 43 milhões de estrangeiros viviam naquele país, onde os hispanos já são 16,3% da população, a maior minoria étnica dos Estados Unidos.

4.3 A VIOLÊNCIA COMO NOVO FATOR MOTIVADOR DA EMIGRAÇÃO NO TRIÂNGULO NORTE CENTRO-AMERICANO

Desde a metade dos anos 2000, a violência tem recrudescido no Triângulo Norte e isso tem feito o padrão migratório começar a mudar. Somada à fuga por falta de condições de desenvolvimento social e econômico está a fuga por medo da violência ou acosso do crime organizado. Ainda que este último ainda seja considerado uma novidade, é preciso reconhecer que é um fenômeno crescente. O assunto já começou a despertar a atenção de algumas instituições internacionais, tais como Banco Mundial, PNUD e UNODOC (a Agência das Nações Unidas para o Crime e as Drogas).

O crime organizado tranversalizou esses países a partir de uma perspectiva que afeta a dinâmica da mobilidade humana, que está diretamente ligada à violência e à falta de segurança e proteção. O Triângulo Norte tornou-se caminho para escoamento de drogas, armas, sequestro de migrantes e tráfico de pessoas.

Há uma nova modalidade migratória, ainda pouco explorada pela academia: os deslocados por violência de gangues. De acordo com o *Internal Desplacement Monitoring Centre,* em 2011, mais de 5 milhões de pessoas eram consideradas

deslocadas internas, somente nas Américas[47]. Entre as principais causas desse movimento populacional, estão os conflitos armados, a violência criminal e violações de Direitos Humanos, que atingem em maior medida a Colômbia, México e Guatemala. Essas cifras são imprecisas. Existe ainda dúvida sobre a caracterização do fenômeno, que tem, inicialmente, ares internos; mas, em lugares como a América Central, onde a migração transfronteiriça é corriqueira, pode adquirir o status de migração internacional, incrementando ainda mais a dispersão centro-americana. Se isso ocorre, quais as implicações? Uma das primeiras respostas a essa pergunta deriva do entendimento de que o reconhecimento do deslocamento por violência é também o reconhecimento de que o istmo vive um novo período de insegurança. É o reconhecimento de que os Estados, por si só, não têm conseguido desfazer a atmosfera de caos. Antes, cabe, inclusive, a reflexão de se os Estados não têm sido, eles mesmos, promotores da manutenção de um *status quo* que lhes saiu do controle.

Ainda que seja um problema com reconhecimento recente, existe a possibilidade de pedido de refúgio no país receptor. No entanto, poucas pessoas têm recorrido a esta medida. De acordo com a ACNUR (2010), em 2009, 17 mil centro-americanos, entre refugiados e solicitantes de refúgio, fugiram do istmo. Em 2010 apenas, perto de 8 mil pessoas solicitaram status de refugiado, mas por conta da especificidade do fenômeno a concessão do status é ainda muito difícil, fica em torno de 10 a 15% apenas.

Segundo Cheng (2011, p. 36), dentre as solicitações de asilo nos Estados Unidos, encontram-se pedidos de homens e mulheres que foram ameaçados ou, de fato, já sofreram algum tipo de violência por parte das gangues. Há também grande número de jovens, do sexo masculino majoritariamente, que descrevem sua

[47] Apenas a fim de demonstrar a diferença entre o mapeamento de deslocados por violência e os que notificam as autoridades, solicitando asilo ou refúgio: encontra-se que, dos países do CA-4, apenas 17 mil pedidos de refúgio foram solicitados até hoje. Uma questão que subjaz a essa informação é o baixo percentual de requerimentos aprovados, que fica entre 10% e 15%. Um dos motivadores desse baixo índice de acolhida é o não reconhecimento da perseguição *pandilleril* ou do crime organizado como gerador de deslocamento forçado. Nesse sentido, a Acnur tem impulsionado formas de sensibilização acerca dos novos desafios relacionados com a proteção humana. ***Vide*** Nota de Orientação sobre a Solicitação da Condição de Refugiado Relacionado com as Vítimas de Pandillas Organizadas (ACNUR, 2010).

suscetibilidade ante os recrutamentos forçados nas comunidades dominadas, além de ex membros desses mesmos agrupamentos. Em sentido geral,

> *sus peticiones conforman una letanía de aflicciones y temores que tienden a seguir un patrón - repetidas amenazas y casos de brutalidad, familiares desaparecidos o asesinados, etc.- que describe una vida imbuida en el terror y la violencia en estos países*[48].

A influência do crime organizado transnacional na América Central intensifica-se a partir de 2009, ano marco para várias instituições internacionais de Direitos Humanos, como a própria ACNUR, quando inicia-se um ciclo de aumento nos índices de criminalidade e homicídios, principalmente em Honduras e El Salvador. Com novas estruturas trabalhando ora paralelamente, ora com a ajuda das *pandillas*[49], a resposta estatal tem permanecido insuficiente e ineficaz.

Tabela 3: Taxas de homicídios – TNCA (2008-2015)

EL SALVADOR		GUATEMALA		HONDURAS	
Ano	Taxa/100 mil habitantes	Ano	Taxa/100 mil habitantes	Ano	Taxa/100mil habitantes
2008	51,9	2008	-	2008	57,9
2009	71,2	2009	46,4	2009	66,8
2010	64,7	2010	41,5	2010	77,5
2011	70,1	2011	38,6	2011	86,5
2012	41,2	2012	34,2	2012	85,5
2013	39,4	2013	40	2013	79
2014	61,1	2014	31	2014	66
2015	103	2015	30	2015	57

Fontes: InsightCrime (2015); FundaUngo (2013a, 2013b, 2014); UNODOC (2014)

[48] Tradução livre: “suas petições formam um conjunto de aflições e temores que tendem a seguir um padrão – ameaças recorrentes e casos de brutalidade, familiares desaparecidos ou assassinados, etc – que descreve uma vida encharcada do terror e da violência nesses países”.

[49] As *pandillas* (ou *maras*, como são conhecidas em El Salvador) são gangues urbanas que atuam no istmo centro-americano, no entanto, sua criação remonta a meados da década de 1940, nos subúrbios de Los Angeles, sendo a *Pandilla Barrio 18* o primeiro agrupamento a ser identificado como essencialmente centro-americano, seguido da *Mara Salvatrucha – 13*, que apareceria trinta anos mais tarde, formada inicialmente por salvadorenho. Hoje, a MS-13 é considerada um dos agrupamentos criminosos mais perigosos do mundo. Membros das duas gangues chegaram à América Central no início dos anos 1990, em várias levas de deportação massiva de presos levadas a cabo durante a administração do presidente George H. Bush.

A presença do Estado tem sido menor do que a presença do crime organizado nas regiões mais vulneráveis (CIDEHUM, 2012). A incapacidade dos Estados centro-americanos estaria, portanto, em última instância, influenciando vítimas de violência a migrarem de maneira irregular, muitas vezes, confundindo-se com os outros migrantes socioeconômicos que cruzam o território mexicano rumo aos Estados Unidos. O medo é um elemento chave para entender a opção pela migração irregular e, também, a não solicitação de proteção internacional, por temor de que saia à luz sua identidade e sua localização.

O não reconhecimento dos deslocamentos por violência como "*situación real y emergente*", acaba por dar maiores chances para que o crime organizado continue impune e gere ainda mais desproteção *"ante la falta de políticas públicas y legislaciones nacionales y regionales, que estén acordes a los instrumentos internacionales ratificados por los países centroamericanos*[50]*"* (CIDEHUM, 2012, p. 7).

O Unodoc (2014) afirma que, durante todo o ano de 2012, 437 mil pessoas foram assassinadas no mundo, 38% destas mortes ocorreram nas Américas. Para aquele ano, a taxa média de homicídios no mundo era de 6,2 por mil habitantes, a taxa centro-americana foi de 25/100 mil habitantes, o que a situava, como segunda região sem guerra mais violenta do mundo. Em 2015, esta taxa subiu para 54/100 mil habitantes, colocando a América Central como a região mais violenta do mundo.

A emigração massiva, que já leva décadas, tem sido a saída para a sobrevivência de milhares de pessoas. Esse movimento populacional intenso, penoso e sustentado possui contornos de uma diáspora, no sentido clássico da palavra, o da dispersão. Mas precisamos analisar melhor esses fenômenos e os desdobramentos que ele traz.

[50] Tradução livre: "Diante da falta de políticas públicas e legislações nacionais e regionais que estejam de acordo com os instrumentos internacionais ratificados pelos países centro-americanos".

4.4 POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO MIGRANTE

Antes de passarmos ao próximo capítulo, é importante fazer uma última ressalva sobre a forma como os Estados centro-americanos têm se comportado com sua população internamente e quais têm sido suas posturas quando se tratam de temas relacionados à dispersão centro-americana.

Durante todo o trabalho, mais do que evidenciar como a influência das ingerências externas na organização da vida política centro-americana criaram problemas estruturais severos, ainda hoje não resolvidos, tratamos de situar também qual tem sido o papel dos Estados do Triângulo Norte, que poderíamos resumir em uma frequente postura de lavar mãos e colocar como sendo imperiosa e paralisante a falta de recursos.

É simbólico o tipo de informação que se consegue quando pesquisamos sobre quais tipos de políticas internas têm sido oferecidas à população migrante deportada – aqueles que já tentaram migrar e, por algum motivo, não atingiram seu objetivo: existe uma orientação para fora. Ou seja, se tenta instrumentalizar as pessoas para que voltem a migrar em condições diferentes da vez anterior. Atenção: em condições diferentes, não melhores.

El Salvador possui o Serviço de Atenção a Repatriados, que fica a cargo da Dirección General de Migración y Extranjería (DGME) e oferece dois serviços a essa população:

I. A recepção de repatriados: em que a DGME e outras instituições da sociedade civil dedicadas ao trabalho com migrantes, para *"minimizar el impacto físico y psicológico que sufren los salvadoreños durante su repatriación"*[52] (DGME-SV, 2012). Neste espaço, inicia-se o Programa Bienvenido a Casa, a primeira abordagem em território nacional, onde se oferece comida, primeiros socorros e medicação básica, além de palestras sobre apoio migratório. Após esse primeiro contato, envia-se

[52] Tradução livre: "minimizar o impacto físico e psicológico que sofrem os salvadorenhos durante sua repatriação".

os repatriados aos principais terminais de ônibus de San Salvador para que se transladem até suas casas.

II. O *Centro de Asistencia a Repatriados*: é também um programa que fica a cargo da DGME-SV e tem como objetivo administrar os projetos de benefício aos salvadorenhos retornados que decidem, a partir desses projetos, reinserir-se em atividades produtivas. Há quatro modalidades disponíveis: A Assistência Laboral, que consiste basicamente em disponibilizar catálogos de empregos do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a partir dos quais podem entrar em contato com empresas já predispostas a contratá-los; A Assistência Médica, que consiste em facilitar o acesso a unidades de saúde, com atendimento prioritário; A Assistência Psicológica, que disponibiliza psicólogos para tratar certos traumas ou pressões sofridas pelos migrantes na tentativa de migrar ou no retorno ao país; e a Assistência Educativa, que organiza a realização de cursos de capacitação, com apoio do Ministério da Educação (Mined), para que os migrantes possam melhorar suas capacidades e nível educativo. Os cursos mais ministrados são os de computação básica, cosmetologia, unhas acrílicas e corte e costura.

Desde agosto de 2014, quando se instalou a chamada crise das crianças migrantes, a DGME-SV e a OIM têm trabalhado com maior proximidade para melhorar o atendimento à população retornada – que hoje está conformada por crianças e adultos. Nesse sentido, a parceria, materializada com o *Programa de Asistencia Integral a Famílias Retornadas y Niños no Acompañados en el Triangulo Norte de Centroamérica*, que mobilizou a quantia de US$ 7,5 milhões vinda da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, por sua sigla em inglês), prevê a reconstrução do Centro de Atenção ao Migrante, a fim de melhorar o atendimento presencial aos repatriados por via aérea – que vêm dos Estados Unidos – e ampliar o atendimento também aos retornados por via terrestre – que vêm do México e da Guatemala.

Outra questão que aparece como motivadora da cooperação EUA e El Salvador na melhora dos serviços a retornados é a necessidade de atualizar informações sobre o fluxo migratório salvadorenho atual. Uma das formas de reunir essa informação é fichando os que já tentaram atravessar as fronteiras e foram deportados, há pouca transparência sobre o uso que se faz dessas informações e a sociedade civil seguidamente chama a atenção para a possibilidade de criar, paralelamente, um arquivo que criminalize os salvadorenhos.

A Guatemala, por sua vez, constituiu o *Consejo Nacional de Atención al Migrante de Guatemala* (Conamigua) para atendimento exclusivamente de migrantes guatemaltecos. Apenas para comparação, em El Salvador, os serviços de atenção ao migrante também cuidam de casos de imigrantes estrangeiros em situação irregular ou em busca de assessoria para a manutenção de seu status migratório.

Na Guatemala, a atenção recai exclusivamente nos cidadãos guatemaltecos que migram/migraram. Como o país tem uma localização privilegiada, sendo a última fronteira ao Norte, converteu-se em um território com intenso fluxo migratório não permanente que, antes de enveredar-se na travessia do México, estacionam na primeira grande prova de fogo que é a fronteira Guatemala-México. É perfeitamente compreensível que o país não tenha condições de atender a essa demanda de pessoas que é, em parte, inesperada, mas sempre crescente. Nesse sentido, a escolha por proteger e garantir a segurança, dignidade e integridade apenas de guatemaltecos – nas palavras do próprio Conamigua (2015) é uma escolha político-estratégica.

O Conamigua também tem outra particularidade: a atenção ao migrante também é selecionada, trata-se apenas do emigrante, não há em seus estatutos a mínima menção da figura do retornado, ainda que a Guatemala, juntamente com Honduras, lidere em número de pessoas deportadas a cada ano. Em 2013, dez associações de familiares de migrantes retornados foram constituídas na Guatemala, mas apenas com apoio simbólico do Estado, via Conamigua, não há dotação de recursos, projetos conjuntos, treinamento de funcionários ou qualquer outra ação que torne eficaz esse apoio, o que evidencia, mais uma vez, a importância secundária dada ao tema dos retornados.

A página web www.conamigua.gob.gt é uma mostra perfeita da leitura distorcida e da postura míope do Estado guatemalteco no tocante ao tratamento do tema das migrações, que, por exemplo, é definida como o movimento de pessoas a outro Estado e é causada muito mais por questões externas[53] do que por questões internas[54]. Ora, a partir dessa leitura, justifica-se o empenho em fomentar a migração, afinal o mundo além das fronteiras parece mesmo muito mais dinâmico, atrativo e inclusivo e, nessa escolha, a Guatemala contenta-se em ser uma provedora de mão de obra que supre as supostas necessidades de um sistema de globalização neoliberal.

Em Honduras não há programas específicos para tratar dos migrantes retornados. Recai sobre o *Comisionado Nacional de los Derechos Humanos* (Conadeh) apreciar questões referentes a processos migratórios.

O governo estima que, anualmente, saem de Honduras 100 mil pessoas indocumentadas rumo aos Estados Unidos, prioritariamente, e marginalmente para o Canadá, Espanha e Itália. Em 2014, foram deportados 45.674 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, um aumento de 89% em comparação a 2013, sendo o país centro-americano que mais recebeu de volta seus nacionais e esteve no centro da problemática sobre as crianças migrantes.

O Estado Hondurenho, através do Conadeh, em informe ao Congresso Nacional em março de 2015, invocou a responsabilidade compartilhada de centro-américa para tratar, de forma mais apropriada, as massivas migrações e, em específico, o caso das crianças. Além disso, admite que "*en Honduras las políticas gubernamentales no son apropiadas, y las existentes, atienden aspectos temporales, que no hacen frente a las causas estructurales*"[55] (CONADEH, 2015, p.81).

[53] A página enumera como causas externas: a globalização, a integração regional, o desenvolvimento dos sistemas de comunicação, o envelhecimento da mão de obra dos países receptores, a atração que exercem os países mais desenvolvidos e os desastres naturais.
[54] Como causas internas, aparecem: o desemprego ou a falta de oportunidades dos países de origem e os conflitos armados internos.
[55] Tradução livre: "em Honduras, as políticas governamentais não são apropriadas e as existentes atendem a aspectos temporários que não resolvem as causas estruturais.

5. A DISPERSÃO: IDENTIDADES, PRECARIEDADE E OS PAPÉIS DE MÉXICO E ESTADOS UNIDOS NA MIGRAÇÃO CENTRO-AMERICANA.

"nadie duerme en el tren,
sobre el tren.
agarrados al tren
todos buscan llegar a una frontera,
a un sueño dibujado como un mapa
con líneas de colores:
una larga y azul que brilla como un río
que ahoga como un pozo".

(La Bestia – the american way of death | Daniel Rodríguez Moya)

O pós-guerra centro-americano caracterizou-se por situações de reacomodação política e econômica para praticamente toda a região. De forma brusca, países que enfrentaram severas guerras civis, mergulharam direto em uma globalização radicalizada e no neoliberalismo que varria toda a região. Economias fragilizadas e uma população ainda acurralada eram componentes de uma equação que não trabalhava para o ideal funcionamento daqueles Estados, que também tiveram de esforçar-se para a organização completa da vida política e social.

Tabela 4: População em situação de pobreza – TNCA

El Salvador		Guatemala		Honduras	
2000	**2013**	**2002**	**2011**	**2001**	**2010**
47,8%	40,9%	54,3%	29,1%	68,9%	45,6%

Fonte: Calderón (2015)

Tabela 5: IDH e IDH ajustado por igualdade

País	IDH	IDH ajustado
El Salvador	0,674	0,495
Guatemala	0,625	0,427
Honduras	0,574	0,393

Fonte: Calderón (2015)

O deslocamento populacional já fazia parte da dinâmica centro-americana. Nos anos de conflito bélico, milhões fugiram para salvar-se. A expectativa era que, com o fim das guerras, o fluxo migratório diminuísse. Além disso, era preciso reter essas pessoas no istmo, se se pensava, realmente, na refundação dos países. No entanto, as práticas e políticas neoliberais tiveram um impacto pernicioso para as pessoas. Criaram-se os náufragos da globalização, como dizia Eduardo Galeano (2004) daqueles que *"peregrinan inventando caminhos, queriendo casa, golpeando puertas"*[56] que se abrem com o dinheiro, mas que se fecham às pessoas.

O momento em que a dispersão começa é durante a travessia, depois de tomar a decisão de migrar, milhares de centro-americanos precisam enfrentar as provações do caminho até os Estados Unidos. A migração centro-americana tem a característica de ser, em maior parte, indocumentada. Muitas vezes porque as pessoas precisam escolher entre deixar documentação em ordem ou pagar um coiote, que cobra cerca de 5 mil dólares para indicar e acompanhar migrantes durante parte do caminho para os Estados Unidos; Ou porque a mudança ocorre sem muito planejamento e não há recursos nem para documentos e nem para os coiotes; Ou, ainda, elas viajam, sim, com documentação suficiente, mas, ao encarar os perigos da travessia – assaltos, confiscos e sequestros – os documentos acabam perdidos.

Figura 5: Notas de Campo – Migrantes dizem I

"Se sufre para entrar, ya no está como antes. Antes le daba la chance la migración porque eran pocos los emigrantes que habían cuidando la frontera y ahorita no".

Ex migrante, sobre la dificultad de cruzar de forma irregular a Estados Unidos.

Penjamillo, Michoacán, 2012.

Fonte: Observatório Regional de las Migraciones (2016)

[56] Tradução livre: "peregrinam inventando caminhos, querendo casa, batendo em portas".

A Figura 6 mostra as diferentes rotas utilizadas por centro-americanos para cruzar o México. São mais de 3000 quilômetros de fronteira entre os Estados Unidos e o México, por onde os migrantes têm contato, na maior parte das vezes, com os estados de Arizona, Califórnia, Novo México e Texas. Da Guatemala até o México, o caminho é feito a nado, por terrenos montanhosos ou por desertos. Do México aos Estados Unidos, a diversidade de caminhos se repete, mas com muito mais vigilância e perigo de serem capturados pela Patrulha de Fronteira.

Figura 6: Rotas mais utilizadas na migração centro-americana em território mexicano

As rotas centro-americanas são tidas como as mais perigosas da América Latina, pois atravessam territórios com alta atividade do crime organizado mexicano e das gangues centro-americanas. Nas regiões das fronteiras, grupos rivais lutam pela ocupação e expansão de zonas de influência, pois se tratam de territórios muito próximos a desertos e descampados com pouca presença do Estado, cuja preocupação principal tem sido o monitoramento dos migrantes e não o combate ao tráfico de drogas. O México é um conhecido corredor de escoamento de drogas para os Estados Unidos e Europa, a ausência do Estado nesses locais não apenas deixa de prevenir as várias violações de Direitos Humanos dos migrantes, como também deixa de prevenir crimes transnacionais. Não por acaso, estas

mesmas fronteiras são cobiçadas por vários cartéis de droga, como os Beltrán Leyva, o Cartel do Golfo, Los Zetas e os Cartéis de Juárez e Sinaloa.

Ao revisar relatos de migrantes em diversos informes da sociedade civil e outros movimentos de apoio aos migrantes, nota-se que o único cálculo possível para a viagem é o da quantidade de dinheiro suficiente para chegar aos Estados Unidos. Existe bastante tensão na travessia, que é tida como o ponto crucial do plano de chegar aos Estados Unidos. Existe ciência de que o caminho é cheio de riscos, mas estes riscos não têm feito os centro-americanos desistirem de empreender caminhadas exaustivas pelos desertos mexicanos, as travessias a nado pelo Rio Grande e as viagens sobre *La Bestia,* que talvez seja o maior símbolo da migração centro-americana para os Estados Unidos e imagem mais recorrente sobre esse movimento populacional.

De acordo com o REDODEM (2015, p. 16), A Besta, trem de cargas que habita o imaginário migrante centro-americano

> *es una pieza clave para entender las condiciones de precariedad y vulnerabilidad de los migrantes. Su uso es una reacción a las políticas de corte restrictivo que buscan contener los flujos migratorios con destino a Estados Unidos, promoviendo de esta forma una migración irregular caracterizada por los riesgos que supone*[57]*.*

Mas, porque se assume que o meio de transporte carrega essa simbologia? O detalhe está no fato de que o sistema de ferrovias mexicanas foi desincorporado da gestão estatal e entregue, de forma parcial, a concessionárias privadas. Desta forma, o Estado detém a posse da infraestrutura – que se resume basicamente às linhas férreas – e empresas privadas se encarregam do transporte de mercadorias e pessoas, com seus próprios trens de cargas ou de passageiros. Desde os anos 2000, a medida de segurança do governo – já que pode apenas limitar o acesso às linhas férreas – tem sido a construção de muralhas de concreto ou emaranhados de arame farpado e estacas ao longo do caminho para impedir que

[57] Tradução livre: "é uma peça chave para entender as condições de precariedade e vulnerabilidade dos migrantes. Seu uso é uma reação às políticas restritivas que buscam conter os fluxos migratórios com destino aos Estados Unidos, promovendo, desta forma, uma migração irregular, caracterizada pelos riscos que isso supõe.

migrantes peguem carona ou desçam dos trens dentro do território. A medida foi extremamente criticada porque seus efeitos continuaram com uma situação já insuportável, mas agora há mais mortes e mutilações, estas ocasionadas por acidentes durante o percurso ou mesmo trepidações que causam a queda de pessoas no fosso entre o trem e as paredes de concreto. Não há preocupação com a vida dos migrantes e nem com as violações de direitos sofridas, antes, o Estado se encarrega de promover o clima de perigo e mortes, em uma tentativa que há muito se mostra ineficaz, de frear a passagem de centro-americanos indocumentados pelo México.

Figura 7: *La Bestia: m*igrantes centro-americanos em travessia pelo México

Fonte: La Voz Migrante – Arizona

Sendo a migração indocumentada uma característica dos que atravessam o México, criou-se um novo nicho de exploração de pessoas. Surgiram os chamados coiotes, que, na Meso-américa, são mais conhecidos como *polleros*, termo criado pelo trabalho que desempenham: o recrutamento de *pollos* – frango, em espanhol – para fazer a travessia. Os dois termos utilizados simbolizam o tipo de tratamento dado aos migrantes: a desumanização, o transporte descuidado que se assemelha ao de galos e galinhas em gaiolas nas traseiras de caminhonetes e a utilização das pessoas como mercadorias.

Como existe muito mais oferta de *pollos* do que de *polleros,* a atividade tornou-se extremamente lucrativa. Os valores pagos pela travessia variam pelo caminho que se escolhe fazer: quanto mais perigoso o caminho, mais caro o valor do serviço. Embora seja um trabalho ilegal, não existe muita movimentação dos governos no sentido de coibir a prática, inclusive, é bastante comum encontrar anúncios de *polleros* em jornais, informando número de contato ou ponto de encontro para que grupos se juntem e eles possam escolher a quem levar na viagem.

São comuns os casos de migrantes que não suportam as jornadas extenuantes da travessia e ficam pelo caminho. O serviço do *pollero* não prevê nenhum tipo de assistência a essas pessoas, que restam abandonadas pelas rotas, dentro de um território que lhes é desconhecido e de difícil exploração quando sozinhos e debilitados. Também são reportados por organizações da sociedade civil casos de migrantes que são vendidos ao crime organizado e passam a trabalhar para o tráfico, no caso de homens, ou são forçadas a virar prostitutas, no caso de mulheres.

São bastante comuns os relatos de pessoas que não conseguem chegar aos Estados Unidos, mas que decidem fazer quantas tentativas forem necessárias até alcançarem o objetivo. A narrativa centro-americana, aliás, evidencia esses casos, ao contrário do que se poderia imaginar. Utilizam-se os casos de insucesso e reinício do périplo como indicativo da força e da persistência centro-americanas, mas, também, como justificativa de que o contexto social e econômico no istmo tem sido tão desesperador que enfrentar o território mexicano é apenas um percalço.

De acordo com a Anistia Internacional (AI), nove em cada dez migrantes que empreendem, por via terrestre, a travessia do território mexicano, em direção aos Estados Unidos, são centro-americanos. A maioria sem permissão legal de entrar ao país, mas todos com a esperança da construção de uma vida longe da pobreza, do desemprego, da fome, da exclusão, da violência (AI, 2010).

5.1 MIGRANTES INVISÍVEIS, VIOLÊNCIA TANGÍVEL

No processo de fuga da América Central, o México figura como o caminho inevitável a atravessar. Desde o fim dos anos 1990, este país tem elaborado políticas migratórias a fim de limitar o acesso daquele que era ainda um deslocamento subestimado: o de centro-americanos, que, segundo expectativas da época das guerras, deveriam parar de migrar tão logo a paz voltasse ao istmo. A repressão às migrações, no entanto, iniciou-se ainda no início dos anos 1990, a partir da justificativa do combate ao crime organizado transfronteiriço – principalmente por conta da ação dos cartéis de droga colombianos – e articulava a migração como tema de segurança nacional. O resultado obtido foi menos combate ao crime e mais criminalização da população migrante através da *Operación Sellamiento*[58], com atuação específica na fronteira sul mexicana.

Em 2001, foi implementado o *Plan Sur,* considerado um divisor de águas na política de segurança mexicana. Tratava-se de um plano que articulava diversos setores dos três níveis do governo do México, além de constituir o *Centro de Investigaciones de Seguridad Nacional,* responsável por recolher, sistematizar e analisar dados sobre o deslocamento de pessoas em território mexicano. Ditos dados eram usados para melhorar as ações de detenção da população migrante indocumentada que adentrava o país através de sua fronteira sul. Posteriormente, a área coberta pelo plano estendeu-se até o istmo de Tehuantepec.

O *11 de setembro de 2001*, que acabou redefinindo vários pontos da agenda política regional das Américas, referendou o enfoque securitário dado às migrações, tanto que a temática foi retomada com um acirramento ainda maior da perseguição, com a incorporação do discurso do combate ao terrorismo ao já conhecido combate às drogas e ao crime organizado.

[58] Nome mais conhecido do *Plan Sellamiento de la Frontera Sur*, iniciativa conjunta do exército, procuradoria geral da república e da polícia federal preventiva, todas instituições mexicanas, iniciado em 1998, e que tinha como objetivo vedar a fronteira México-Guatemala, e, assim, evitar que o país se tornasse uma rota de passagem de migrantes com destino aos Estados Unidos. O departamento de Chiapas foi o grande centro de operações deste plano, pois é a maior fronteira compartilhada com a Guatemala, 960 km. As ações previstas eram de vigilância ostensiva e armada da fronteira sul, o que se traduziu principalmente em deportação de centro-americanos (LARRINAGA, 2003).

Complementariamente, o *Instituto Nacional de Migración,* em 2005, passou a fazer parte das instâncias de segurança nacional, inicialmente, como forma de colaborar com o aporte de informações que ajudavam a controlar o fluxo de indocumentados. Com os resultados iniciais da cooperação indicando a diminuição do crime transfronteiriço, abriu-se caminho para que as ações dos entes governamentais começassem a cometer atos de violação aos direitos humanos dos migrantes de forma inquestionada.

Figura 8: Notas de Campo – Migrantes Dizem II

“En el camino, dos camionetas nos siguieron, eran ICE. Nos dijo que teníamos que estar en nuestro país de origen”.

Fonte: Iniciativa Kino para La Frontera (2016)

Neste contexto de elevada securitização do território mexicano, a Iniciativa Mérida, acordo entre Estados Unidos e México, deixou a segurança mexicana ainda mais sofisticada por conta da transferência de recursos para as Forças Armadas, implicadas quase totalmente no combate ao crime que, neste momento, ganhou o pomposo nome de Guerra às Drogas.

Agora com apoio estadunidense, mais uma vez, o controle de fronteiras se acirrou, mas, agora, com tecnologia de ponta e treinamento militar de alto nível. A essa altura, cristalizou-se a ideia da migração como problema urgente a ser erradicado, no entanto, os fluxos haviam se desenvolvido de tal maneira que fez com que a Iniciativa tivesse, desde o início, parecido falha. A partir dessa primeira ruptura dos sucessos, uma espiral de problemas se desenvolveu: aumento da migração indocumentada, o crime transfronteiriço retomou seu espaço e o tráfico de

pessoas somou-se à já enorme lista de violações e violências cometidas contra migrantes.

Desde então, sucessivos massacres contra pessoas em deslocamento tem sido reportados, como se pode ver a seguir:

O Massacre de Tamaulipas, em 2010[59] – quando foram torturados e assassinados 72 migrantes, dos quais 51 centro-americanos.

Figura 9: Massacre de Tamaulipas – fragmento de editorial de jornal salvadorenho

MIGRACIÓN

Publicado el 29 de agosto de 2010

La masacre de Tamaulipas

El Faro

Los muertos de Tamaulipas son un grito, parte de un coro reiterado que por fin llegó a los oídos de todos. No es el primer crimen de este tipo; sino el más reciente de un largo eslabón de secuestros y asesinatos de migrantes por parte de grupos de crimen organizado en México.

En las páginas de este periódico se ha repetido constantemente desde 2008. Es un fenómeno tan patente y tan sistemático que desde 2007, cuando iniciamos el diseño del proyecto En El Camino para cubrir la ruta de los migrantes, decidimos hacerlo desde la perspectiva de la migración y la crisis de seguridad en México, porque desde entonces ya sabíamos que los migrantes son las víctimas más indefensas en México. Porque a nadie le importan.

Fonte: Periódico El Faro | www.elfaro.net

O Massacre de San Fernando, onde foram encontrados os corpos de 193 pessoas, enterradas em fossas clandestinas.

[59] Referência ao Massacre de 2010, na cidade de San Fernando, Departamento de Tamaulipas. A ressalva é pertinente porque, desde então, sucessivos massacres tem ocorrido na localidade. O mais recente sendo em 2016, quando se reportou a morte de mais 16 migrantes centro-americanos.

Figura 10: Massacre de San Fernando

Fonte: Periodistas de a pie

Com o tempo, os crimes começaram não apenas a sair do controle do Estado mexicano, mas também se tornaram mais cruéis, como no caso dos 49 troncos humanos abandonados em um terreno baldio, em Nueva León, em 2012.

Figura 11: Massacre de Nueva León

Fonte: BBC Mundo (2012)

O descontrole acabou levando os grupos criminosos a aproveitarem o período para recorrentes, sucessivas e sangrentas demonstrações de força e de controle

dos territórios – sobretudo os fronteiriços – utilizando os migrantes como alvo principal das matanças.

A escolha dessa estratégia não é aleatória: não existe controle de saída dos migrantes centro-americanos de seus países, uma vez que muitos fogem em horas da madrugada ou se aproveitam de horários em que a fiscalização de fronteira está mais relaxada para não correrem o risco de serem fichados. Dentre os migrantes, os indocumentados são os mais vulneráveis, os mais invisibilizados, serão os corpos que não serão reclamados por nenhum Estado e, por isso, são iscas perfeitas para serem jogadas na competição México *versus* crime organizado.

Apenas com a recorrência dos massacres e outras violações aos migrantes, levadas a conhecimento público e internacional pela sociedade civil e por redes de defensores de Direitos Humanos, é que se pode conhecer a ineficácia das políticas migratórias restritivas e outras falhas do governo mexicano, recorrentemente acusado, desde então, de negligência e encobrimento de casos a fim de não colocar em xeque nem sua política migratória nem as instituições encarregadas de levá-la a cabo.

Figura 12: Notas de Campo – Migrantes Dizem III

"Los agentes de migración se reían y burlaban de mí, mientras yo estaba sin poder moverme en el piso y ellos me pateaban".

Mujer, 35 años, Guatemala

Detenida en el Centro de Detención para Migrantes de Tapachula, Chiapas, México.

Fonte: Servicio Jesuita para Migrantes – México (2016)

Só em 2011 o México aprovou uma Lei de Migração. Esta apresentava certos avanços no tocante à proteção dos Direitos Humanos, pois passou a considerar a instância irregular (ou indocumentada, pois trata-se de não apresentar documento de identidade quando abordado) uma falta administrativa e não um crime, uma vez que o migrante podia inclusive ter sido despojado de seus pertences após a entrada no México. É exatamente neste último ponto, no entanto, que se criam problemas: como comprovar os porquês da falta de documentação? Ou seja, há uma seletividade na prática da aplicação da lei: não contempla o migrante pobre, que são os que recorrem à travessia da forma mais perigosa e vulnerável e necessitaria de melhor cobertura do governo para sua segurança. Trata-se de um perfil socioeconômico indesejado: pobre, baixa escolaridade e que, na medida em que a travessia se torna mais cruel, acaba escolhendo permanecer em solo mexicano. Esse é, na verdade, o padrão dos deportados pelo México, que tornou-se, por sua vez, uma grande peneira que retém aqueles que querem chegar aos Estados Unidos. Esse, inclusive, tem sido apontado como um dos interesses estadunidenses em cooperar com a militarização da fronteira sul mexicana.

Pese a toda ineficiência do enfoque securitário dado à temática, justificado por sua eficácia e eficiência, ainda não é possível observar qualquer mudança significativa em seu tratamento. Desde 2012, o *Instituto Mexicano de Migración* exacerbou seu perfil policialesco e sua falta de estratégia definida de atuação: as batidas policiais para a captura de migrantes acabaram sendo alçadas à categoria de política pública de Estado, sendo efetuadas em quase todo o país, com um objetivo bem explícito, o de *"asegurar y deportar a la mayor cantidad posible de migrantes"*[60] (REDODEM, 2015, p. 12).

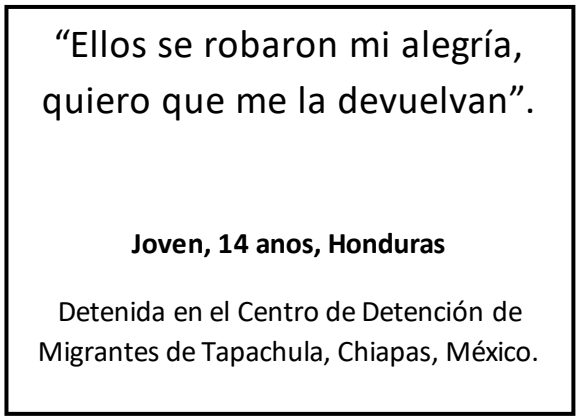
A situação atual não difere da de 2012, há aumento de violência, cobrança de extorsões, assassinatos, estupros, sequestros, tráfico de pessoas e uma crescente e talvez até naturalizada indiferença mexicana em relação aos migrantes. A situação manteve-se morna até meados de 2014, quando se midiatizou o que foi chamado, à época, de crise das crianças migrantes centro-americanas.

[60] Tradução livre: "reter e deportar a maior quantidade possível de migrantes".

Até metade de 2014, os Estados Unidos haviam retido cerca de 50 mil crianças menores de idade não acompanhadas, em sua maioria centro-americanas, vindas do Triângulo Norte[61]. A tal crise rapidamente foi ventilada como grave problema humanitário, evidenciando a incapacidade centro-americana de resolver seus problemas internos, especialmente a pobreza e a violência, principais responsáveis por esta verdadeira peregrinação que praticamente passou despercebida pelo território mexicano e foi notada apenas em sua chegada à fronteira dos Estados Unidos. Qual o problema neste conto?

Como as crianças vinham de países que não compartilhavam fronteira com os Estados Unidos, pois eram nacionais de El Salvador, Guatemala e Honduras, em sua maioria, elas não poderiam ser deportadas automaticamente, devendo-lhes ser concedido o direito de permanecer nos Estados Unidos por tempo determinado, o que lhes garantia tempo para apresentarem-se, sem estar violando qualquer lei, a um juizado para solicitar um visto humanitário ou um pedido de asilo por violência de gangues.

Figura 13: Notas de Campo – Migrantes Dizem IV



Fonte: Servicio Jesuita a Migrantes – México (2016)

[61] Houve também informações de deportação na fronteira mexicana, embora em número menor. Em 2013, foram deportadas, de janeiro a novembro, 7.738 crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos. Em 2014, esse número saltou para 21.574 crianças entre 0 e 11 anos de idade, das quais 43% eram hondurenhas, 34% guatemaltecas, 22% salvadorenhas e 1% nicaraguenses (REDODEM, 2015).

A resposta inicial do Executivo estadunidense foi solicitar uma verba de emergência – que chegou a US$ 2 bilhões – para armar ainda mais a já extremamente vigiada fronteira estadunidense. Paralelamente, foram chamadas reuniões regionais conjuntas com os governos do Triângulo Norte Centro-americano, México e Estados Unidos, a fim de traçar novas estratégias de contenção da população migrante, em especial as crianças. Apresentou-se, para tal, o *Programa Integral Frontera Sur,* que tem como objetivos principais os três pontos elencados abaixo (REDODEM, 2015, p. 14):

> *a) Evitar que los migrantes se pongan en riesgo al usar el tren de carga; b) el desarrollo de estrategias para garantizar la seguridad y la protección de los migrantes y; c) combatir y erradicar a los grupos criminales que asedian y vulneran los derechos de los migrantes*[62]*.*

Estes objetivos viriam acompanhados de algumas medidas para garantir a retomada dos territórios de fronteira pelo Estado, dos quais se destaca o aumento de efetivo policial e de forças armadas – o que seria insistir na mesma estratégia falha de outras experiências mexicanas – mas adiciona na fórmula a busca por maior articulação com consulados de países centro-americanos. No tocante a esta última medida, desde julho de 2014, guatemaltecos e belizenhos conseguem expedir um cartão de visitante regional, graças a acordos firmados entre as chancelarias.

Desde a implementação do *Programa Frontera Sur* e o aumento das batidas policiais nas vias ferroviárias, houve uma diminuição de cerca de 50% da afluência de migrantes que abordam *A Besta* para complementar a travessia do território mexicano. Isso quer dizer que, com isso, o Programa mostra eficácia? A partir de uma avaliação quantitativa, sim. Todavia, uma série de albergues[63] de atenção a migrantes, localizados nos desertos mexicanos, atestam que os migrantes agora

[62] Tradução livre: "a) evitar que os migrantes se ponham em risco ao usar o trem de carga; b) o desenvolvimento de estratégias para garantir a segurança e a proteção dos migrantes e; c) combater e erradicar os grupos criminosos que assediam e vulneram os direitos dos migrantes".

[63] Os albergues são estruturas da sociedade civil. No caso mexicano, geralmente estão localizados ao longo das ferrovias e outras rotas que compõem os trajetos migratórios mais conhecidos. Suas tarefas se concentram em dois eixos: a) auxílio jurídico a indocumentados e pessoas que sofreram alguma violência; b) cuidados básicos de saúde: descanso, higiene, tratamento inicial a casos de desidratação.

buscam outras alternativas – tão arriscadas quanto subir em um trem de carga – como: longas caminhadas, de dias e até mesmo de semanas, por caminhos desérticos, de bruscas e intensas variações de temperatura; ou travessias por alto mar, sem embarcações adequadas e, muitas vezes, à nado e longe das costas. Os novos caminhos, no geral pouco habitados, fazem com que não haja condições mínimas de descanso ou tratamento adequado de saúde, onde, não raro, pessoas agonizam ao lado de restos mortais de outros que por ali tentaram passar antes.

A situação de abandono dessas rotas favorece, também, a impunidade. Pois continua sendo fácil o acesso de grupos criminosos aos migrantes e com assédios ocorrendo em locais inóspitos, potencializa-se a vulnerabilidade de quem está no caminho. Muitos migrantes, dados os riscos que se potencializaram com o tempo, começaram a interromper a travessia e ficar no México.

Figura 14: Violência com Plan Frontera Sur

Fonte: Observatório de Legislação e Política Migratória

Em janeiro de 2015, foi apresentado o *Programa Temporal de Regularización Migratória*, que visa regularizar a situação de estrangeiros que optem por viver temporariamente em território mexicano. Reacende-se em relação a esse programa a crítica sobre o perfil de estrangeiros que conseguirá recorrer a este

instrumento: o custo da expedição de documentos é alto, 9 mil pesos mexicanos, algo entre 550 e 600 dólares.

É necessário lembrar que, anteriormente, se disse que o *Programa Frontera Sur* foi apresentado para conter a crise de crianças migrantes de 2014, pois verificou-se a obrigatoriedade dos Estados Unidos não deportarem as crianças.

Tabela 6: Deportações por terra - Estados Unidos e México

Estados Unidos		México	
Ano	**Pessoas**	**Ano**	**Pessoas**
2013	51.157	2013	72.692
2014	50.221	2014	114.009
2015	23.755	2015	118.001[64]

Fonte: Observatório de Legislação e Política Migratória

Note-se que o Programa não resolve o problema, mas promove um verdadeiro alargamento da fronteira México-Estados Unidos, dado que as maiores taxas de contenção têm se verificado, agora, no México. Porque, aí sim, como o México compartilha fronteira com a América Central, este pode deportar centro-americanos, impedindo-os de concluir a travessia. E o México, cumprindo sua função de auxiliar na execução da política migratória americana, funcionando como um grande e violento tampão do fluxo migratório tem divulgado seu maior orgulho: o incremento de mais de 50% no número de deportações em 2014, comparado a 2013[65].

Se a política migratória tem feito esse caminho em direção a formas cada vez mais restritivas, porque migram os centro-americanos? Migram os que precisam e arriscam-se por melhores condições de vida, uma vez que as oportunidades de desenvolvimento humano encontram-se em um estágio bastante desanimador. Migram os que precisam fugir da violência estrutural do Triângulo Norte Centro-americano. Migram aqueles que se converteram em vítimas de Estados fracos/fragilizados que não tem capacidade – ou nem mesmo vontade – de proteger a seus nacionais. Dessa forma, a resposta para ações mais eficazes

[64] Refere-se ao período janeiro a setembro de 2015
[65] De acordo com o Redodem (2015), em 2013 foram deportados 77,395 centro-americanos. Em 2014, foram deportados 107,200 centro-americanos.

dentro da temática do controle migratório passa por olhar um pouco mais ao sul da fronteira mexicana, realmente, observando que as condições precárias de vida dos centro-americanos existem antes mesmo destes chegarem, como indesejáveis, à fronteira mexicana ou estadunidense.

Figura 15: Estados para sobreviver

Fonte: Observatório de Legislação e Política Migratória

5.2 OUTRA RESPOSTA À CRISE MIGRATÓRIA DE 2014: *PLAN DE LA ALIANZA PARA LA PROSPERIDAD DEL TRIANGULO NORTE DE CENTROAMÉRICA*

Em setembro de 2014, menos de dois meses depois da crise das crianças migrantes, outra resposta ao fenômeno foi apresentada, vindo também dos Estados Unidos, como fórmula, e adotado por países centro-americanos: o *Plan de la Alianza para la Prosperidad del Triangulo Norte de Centroamérica* (PAPTNCA). A literatura sobre migrações centro-americanas reiteradamente chama a atenção para a persistência de problemas estruturais que seguiram aparecendo mesmo após o fim das guerras no istmo. Ao comparar os motivadores

da guerra em El Salvador e na Guatemala com o momento atual, o que se observa é que existe uma eterna agenda pendente que se reforça e resiste no pós-guerra, criando novas situações, como a presente mutação das violências das gangues, e aprofundando velhos problemas, como a falta de empregos e a precariedade laboral.

Apostar pela migração foi a estratégia encontrada por milhões de centro-americanos e, com o tempo, também pelos governos, que, mandato após mandato, não conseguiam resolver as questões mais urgentes no interior de seus países. A adoção de políticas econômicas neoliberais por Estados ainda fragilizados acabou por forçar a América Central a criar soluções que pouco levaram em conta as condições de sua economia, a qualificação de sua força de trabalho e nem as reais necessidades da população. O resultado disso foi um rápido esgotamento do modelo produtivo e um baixo e pouco inclusivo crescimento econômico que não gerou os empregos necessários para absorver, naquela época, uma população crescente. A baixa capacidade de criação de empregos acabou criando, no pós-guerra centro-americano, uma concentração substancial de pessoas no setor informal da economia e no subemprego. A OIT (2012) chega a afirmar que o maior problema centro-americano não é o desemprego, mas o subemprego (ocupação de 34,7% de salvadorenhos e 30,3% de hondurenhos) e o mercado informal (onde estão, em média, 40% da população do TNCA).

Tabela 7: Desemprego 1990 – 2014

País	1990	1995	2000	2005	2010	2014
El Salvador	10%	7%	6,7%	7,3%	6,8%	6,7%
Guatemala	-	-	2,9%	3,2%	4,8%	4%
Honduras	7,8%	5,6%	-	6,1%	6,4%	7,5%

Fonte: CepalStat (2016)

Das privatizações ao endividamento em um lapso curto de tempo, as economias centro-americanas não conseguiram se dinamizar tanto quanto se requeria em um contexto de globalização tardia – e, por isso mesmo, mais acirrada –, e o baixo

desempenho levou também a baixos níveis de investimento externo e a uma – percebida como – baixa competitividade que tornava o istmo pouco atrativo para os negócios e o comércio internacional.

Afora as escolhas econômicas, persistiram uma limitada oferta e qualidade na educação e na saúde, descuidou-se a segurança e a soberania alimentares da região, que também neste quesito é uma das mais inseguras do mundo, pondo em risco a nutrição e o desenvolvimento das crianças e jovens, que acabaram convertendo-se em adultos privados de suas necessidades e direitos mais básicos, desejando outro sonho americano.

Tabela 8: IDH E IDH ajustado

País	IDH	IDH ajustado
El Salvador	0,674	0,495
Guatemala	0,625	0,427
Honduras	0,574	0,393

Fonte: Calderón (2015)

Tabela 9: Outros fatores sociais – Analfabetismo e Subnutrição

País	Analfabetismo
El Salvador	17%
Guatemala	25%
Honduras	19%

País	Taxa de subnutrição
El Salvador	9%
Guatemala	22%
Honduras	12%

Fonte: Calderón (2015)

Tabela 10 : Gasto Público Social (saúde, educação, previdência e habitação)

País	Gasto 1	Gasto 1
El Salvador	12% (2004)	15% (2012)
Guatemala	7% (2001)	7% (2013)
Honduras	7% (2000)	12% (2010)

Fonte: Calderón (2015)

Os governos centro-americanos sempre diluíram suas responsabilidades como motivadores do fluxo migratório do pós-guerra e negam a pecha de expulsores. No

entanto, em meados de 2014, na emergência humanitária das crianças migrantes, uma série de reuniões entre os governos do Triângulo Norte Centro-americano (TNCA), México e Estados Unidos, convocadas por este último, forçou um discurso sensivelmente distinto por parte do TNCA e uma reiterada ênfase em algo que foi chamado de responsabilidade compartilhada, que pode ser entendida como admissão de culpas e incapacidades – por parte da América Central e do México – e uma demonstração de solidariedade e pan-americanismo por parte dos Estados Unidos, que se apresentou como a parte mais afetada da crise.

A solidariedade estadunidense se materializou de duas maneiras: com o reforço da militarização mexicana, através do Plano Fronteira Sul e nas políticas de contenção de migrantes centro-americanos, através do Plano da Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte Centro-americano.

O diagnóstico sobre a situação destes países é bastante assertivo quando expõe uma série de deficiências históricas que ainda vigem e forçam a migração:

> *aunque hemos logrado cierto avance en mejorar la calidad de vida de nuestros habitantes nuestros esfuerzos han sido insuficientes para generar un cambio sustancial en la oferta de oportunidades y de progreso para nuestra población y ofrecerles una mejor calidad de vida que permita revertir el patrón demográfico de migración (PAPPTNCA, 2014, p. i)*[66].

A declaração conjunta ainda demarca que

> *La falta de oportunidades para las generaciones presentes y futuras no ha dejado otras alternativas a nuestra población que migrar, continuar sumidos en los círculos de pobreza o vincularse, en el peor de los casos, a actividades ilícitas. Nuestros desafíos económicos y sociales se han agravado con el desbordamiento de los niveles de violencia e inseguridad y el impacto de los desastres naturales que hemos sufrido. Así mismo, es innegable que la capacidad financiera y de gestión de nuestros Estados se ha visto seriamente restringida por un espacio fiscal limitado, causado por los bajos ingresos tributarios y un gasto público de bajo impacto así como el peso creciente de la deuda pública (PAPPTNCA, 2014, p.4)*[67].

---

[66] Tradução livre: “apesar de termos conseguido certas melhoras na qualidade de vida de nossos habitantes, nossos esforços têm sido insuficientes para gerar uma mudança substancial na oferta de oportunidades e progresso para nossa população e oferecer-lhes uma melhor qualidade de vida que permita reverter o padrão demográfico da migração”.

[67] Tradução livre: “A falta de oportunidades para as gerações presentes e futuras não tem deixado outras alternativas a nossa população a não ser migrar, continuar ocultos nos ciclos de pobreza ou vincular-se, no pior dos casos, a atividades ilícitas. Nossos desafios econômicos e sociais agravaram-se com o aumento dos níveis de violência e insegurança e o impacto dos desastres

Guatemala, Honduras e El Salvador, no calor da crise e correndo contra o tempo para dar respostas ao problema, concordaram que a saída para a situação vivida está presente na Aliança para a Prosperidade, que apresenta quatro linhas estratégicas para a criação de melhores condições de desenvolvimento:

1. Dinamizar o setor produtivo para criar oportunidades econômicas

Que se materializaria a partir: a) da promoção de setores estratégicos, observando as particularidades de cada país, mas sabendo-se de antemão que a indústria têxtil, a agroindústria e o turismo seriam áreas contempladas por um histórico já da região, devendo-se proceder, então, a um novo enfoque que permita uma melhor inserção das empresas nas cadeias globais de valor. Este é um objetivo que está diretamente ligado à iniciativa privada e a questão aqui é como não cair na armadilha de priorizar as grandes empresas e continuar atravancando o acesso ao crédito às micro e pequenas empresas que, no geral, estão mais espalhadas pelo território e teriam mais chance de levar crescimento econômico às cidades menores e mais afastadas da capital. O que se espera, com a ampliação do crédito e a articulação de um novo conjunto de empresas constituído é a posterior criação de zonas econômicas especiais, a fim de que se consolide "*un mercado ampliado que permita al sector productivo lograr mayores economias de escala y aceder a redes de producción regional*"[68] (PAPPTNCA, 2014, p.11); b) Redução de custos de energia e confiabilidade do setor elétrico com a criação de um Mercado Elétrico Regional que, além de produzir energia mais barata, se empenhe em atender à totalidade da demanda por energia no interior dos países. O grande objetivo dessa meta é reduzir os valores cobrados por energia para as pessoas, mas, sobretudo, para a indústria, com vistas a facilitar o desenvolvimento industrial. Além disso, há interesse também na diversificação da matriz energética, dando prioridade à introdução do gás natural na região; c) Modernizar e expandir a

naturais que sofremos. Assim, é inegável que a capacidade financeira e de gestão de nossos Estados foram seriamente restringidos por um orçamento limitado, causado por baixos ingressos tributários e um gasto público de baixo impacto, assim como o peso crescente da dívida pública".

[68] Tradução livre: "um mercado ampliado que permita ao setor produtivo alcançar maiores economias de escala e acessar redes de produção regional".

infraestrutura e os corredores logísticos com a diversificação dos modais de transporte, a fim de que se fortaleça a integração regional, via comércio internacional e intra-bloco[69]; d) Gestão coordenada de fronteiras, que facilite o escoamento de mercadorias através de uma rede interligada, confiável, de menor custo e com melhores condições sanitárias e de segurança.

2. Desenvolver oportunidades para o capital humano

Posto em prática a partir de: a) estreitar vínculos entre a oferta de trabalho e a demanda das empresas, permitindo uma inserção laboral mais efetiva e permanente, principalmente para jovens e mulheres. Esta meta, no entanto, pode esbarrar na deficiente qualificação da mão de obra, ou seja, sua efetivação passa mais por investimento substancial na oferta e qualidade educativa do que propriamente por apenas saber quais são as necessidades das empresas. Ademais, urge facilitar a mobilidade de trabalhadores dentro do istmo centro-americano – pensando na hipótese de esta meta se desenvolver satisfatoriamente – pois poderá ser uma forma de manter a população migrante dentro da América Central; b) Acumulação de capital humano, a partir da ampliação e melhora da qualidade da educação secundária, implementação de estratégias para diminuir a evasão escolar no ensino médio, melhora da nutrição e acesso a serviços de saúde para mães e filhos, melhorar as condições de moradia e saneamento básico.

3. Melhorar a segurança cidadã e o acesso à justiça

A partir do: a) reforço dos programas de prevenção da violência, a fim de neutralizar riscos e prover proteção dos núcleos familiares, escolas e

[69] O projeto prevê a modernização de nove corredores logísticos estratégicos: Corredor Pacífico (que une o México à América Central), o Corredor Bioceánico (entre Puerto Quetzal e Puerto Barrios/Santo Tomás de Castilla), o Corredor Acajutla (entre San Salvador, San Pedro Sula e Puerto Cortés), o Ramal San Salvador ao Corredor Bioceánico, o Corredor Puerto Quetzal (Ciudad de Guatemala a San Pedro Sula), o Corredor Acajutla-San Salvador-Tegucigalpa, o Corredor Atlántico (entre Manágua, Tegucigalpa e Puerto Cortés), o Corredor Atlántico (entre Belize e o Corredor Bioceánico) e o Corredor Agrícola Tegucigalpa-Juticalpa-Puerto Castilla (PAPPTNCA, 2014).

comunidades. As escolas centro-americanas têm se tornado, nos últimos anos, locais de recrutamento das gangues, fato que também tem impacto significativo na evasão escolar, em primeira instância, pensando o abandono escolar como afastamento do perigo oferecido pelas gangues, e, em última instância, na própria migração, cada vez mais cedo dos jovens que, ao negar-se a fazer parte de um grupo criminoso, acabam perseguidos e correndo risco de morte em suas comunidades; b) fortalecimento das instituições de segurança cidadã para combate ao narcotráfico, crime organizado e o tráfico de pessoas. Por fortalecimento, entenda-se formação, capacitação, profissionalização e modernização de equipamentos. O entendimento sobre segurança cidadã não é contemplado no plano, já que o que se explicita é um fortalecimento direcionado para polícias e outros serviços coercitivos que, se espera, possam cooperar para recuperar a confiança dos cidadãos e melhorar a percepção sobre a violência. A modernização do sistema de justiça também deverá ser contemplada através do acesso geral aos serviços, concomitantemente à agilização dos casos para melhorar a percepção sobre a impunidade no interior dos Estados.

4. Fortalecer as instituições para aumentar a confiança da população em seu Estado natal

Que será implementado com: a) o fortalecimento da capacidade financeira do Estado, que passa por aprimorar os sistemas tributários e a sua administração. Nesta meta há o desafio da construção de mecanismos de transparência na arrecadação e aplicação de recursos, dados os numerosos casos de corrupção na América Central justamente nos setores onde se indica que são prioritárias essas modificações para o aumento da receita dos Estados, como aduanas e outras instituições fiscais. A detecção e a prevenção de lavagem de dinheiro, também aparece como possibilidade de aumentar a base monetária dos Estados, neste caso, o impulso à bancarização seria o mecanismo principal para aproximar as transações comerciais de órgãos oficiais que tenham controle sobre a atividade financeira realizada.

Os Estados têm apostado na parceria público-privada para articular um orçamento suficiente que permita um planejamento de médio prazo. A dificuldade de implementação do Plano reside no fato de que as metas estabelecidas, por sua complexidade e profundidade, excedem a capacidade financeira dos Estados centro-americanos, motivo pelo qual a cooperação com outros países e instituições internacionais se converte na principal forma de financiamento.

Em julho de 2015, o Conselheiro do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Thomas Shannon visitou os países do Triângulo Norte para respaldar o Plano da Aliança para a Prosperidade e confirmar o interesse estadunidense em aportar financeiramente para a implementação do Plano: o valor solicitado pelo Presidente Barack Obama ao Congresso da República foi de US$ 1 bilhão.

Figura 16: Financiamento externo para segurança do TNCA

Fonte: La tribuna – Honduras

Se observarmos atentamente os pilares da Aliança para a Prosperidade, notaremos que eles dizem respeito a três questões: livre comércio, monitoramento de fronteiras e promoção de uma segurança armada na região. A prosperidade advém exatamente da liberalização ainda mais acirrada – e agora vigiada e financiada diretamente pelo governo estadunidense.

Thomas Shannon já havia feito outras incursões centro-americanas no início dos anos 2000, juntamente com Robert Zoellick, também alto funcionário do governo estadunidense, para negociar com as elites políticas da região o Acordo de Livre Comércio com Centro-américa e República Dominicana (Cafta-RD). À época, a sociedade civil articulou massivos protestos de rechaço aos termos do acordo, visto como abusivo e, sobretudo, como mostra de uma imposição cujos parâmetros não levavam em conta as necessidades das camadas mais empobrecidas da América Central. A prosperidade era para poucos.

Quando da negociação do Cafta-RD, Zoellick chegou a caracterizar o acordo como uma mostra do interesse e do cuidado estadunidense em relação à América Central, uma volta a históricas posturas estadunidenses de rememorar o apreço e cuidado por Centro-américa. Em uma comunicação oficial, divulgada pelo conjunto de Embaixadas dos Estados Unidos na América Latina, ele recorda o período das insurgências, etiquetando o governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) da Nicarágua como "*una dictadura comunista bautizada con el nombre del General Sandino*", que "*había secuestrado en 1979 una revolución democrática contra los Somoza*"[70] e que, durante dez anos perseguiu opositores, confiscou bens e destruiu a economia da Nicarágua. Esta mesma ditadura só foi parada com a ação dos Contras, armados e treinados pelos EUA, que lutavam para reaver a liberdade e a democracia. Zoellick também recorda como a "*democracia incipiente de El Salvador batallaba con revolucionarios que contaban con apoyo cubano y soviético*". Pontuando que a "*prolongada guerra civil de Guatemala continuaba en medio de la represión y las violaciones de derechos humanos*"[71] (US EMBASSY, 2005).

A retórica do comunicado vai no sentido de evidenciar como os Estados Unidos estavam pendentes da situação centro-americana e exerceu sua solidariedade armando a democracia salvadorenha, os contras nicaraguenses, chegando a

[70] Tradução livre: "uma ditadura comunista batizada com o nome de General Sandino" que "tinha sequestrado, em 1979, uma revolução democrática contra os Somoza"

[71] Tradução livre: "democracia incipiente de El Salvador batalhava com revolucionários que contavam com apoio cubano e soviético". Pontuando que a "prolongada guerra civil da Guatemala continuava, em meio à repressão e as violações de Direitos Humanos".

afirmar que em 1989, por fim, esquecendo de todos os esforços diplomáticos latino-americanos do Grupo Contadora e do Processo de Esquipulas II, o Acordo Bipartidário (estadunidense) para a América Central acabou com as guerras internas no istmo. Zoellick diz que a participação dos Estados Unidos nos assuntos internos da América Central obedece aos perigos vividos pela região e se intercala com longos períodos de descuido, "*simplemente para que la región haga outra vez erupción en las portadas de nuestros periódicos*"[72] (US EMBASSY, 2005)

Fica evidente que a posição estadunidense é a de se apresentar como grande tutelador do destino centro-americano, infantilizando-os, quando os descreve como um conjunto de países dependentes que precisam de proteção, primeiro para conhecer, depois para resgatar e, por último, para manter suas democracias e liberdades, forjadas por suas elites políticas com os auspícios de elites internacionais. É o destino manifesto mais uma vez?

Quando o Cafta-RD foi apresentado e negociado, o discurso era o mesmo de sempre: o da manutenção da democracia, da paz e das liberdades mediante a criação de uma extensa janela de oportunidades para a produção de riqueza e desenvolvimento. Interessante fazer o paralelo da anterior proposta de acordo de livre comércio e notar que a Aliança para a Prosperidade é uma versão resumida de poucos pontos que já eram previstos antes e que nunca chegaram a se efetivar, seja pela oposição que se tinha ao Cafta-RD ou por uma implementação frouxa e pouco monitorada dos termos do acordo.

Ora, não era o Cafta-RD a saída para manter a América Central no caminho da prosperidade? De 2005 a 2015, o que se viu foi um aprofundamento de crises e problemas internos, tendo passado por períodos de perigo de desabastecimento por conta de sucessivas perdas de produção alimentícia, desemprego crônico e um crescimento desgovernado da economia informal, baixos salários, fortalecimento das maquilas como meio de vida para mulheres pobres, aumento das migrações, desintegração familiar e uma espiral de violências que se

[72] Tradução livre: "simplesmente para que a região apareça novamente nas capas de nossos jornais".

encontra, possivelmente, em seu momento mais complexo e profundo desde o pós-guerra. E foi exatamente essa situação limite que fez a América Central voltar aos noticiários estadunidenses.

A adoção da Aliança para a Prosperidade, portanto, representa duas coisas: o reposicionamento dos Estados Unidos na América Central – para tutelá-la outra vez e apresentando-se como principal afetado pelos problemas causados pela migração e pela violência; e a retomada e aprofundamento do Cafta-RD, agora em um contexto de fragilidade e comoção da população centro-americana que é açoitada pelos problemas da região e entende que os Estados já não conseguem, sozinhos, fazer frente às crises.

Ramírez (2015) diz que a ação estadunidense na América Central nada tem de ingênua ou desprovida de pensamento estratégico,

> Tudo responde a um roteiro por meio do qual se executam os planos estratégicos de Washington, em curto, médio e longo prazo. E, ainda que, em determinados momentos, esse planejamento falhe, ou encontre obstáculos, produtos das resistências sociais, das revoluções, das lideranças emergentes ou de seus próprios erros de cálculo e de leitura diplomática, o certo é que as linhas mestras se mantêm praticamente invariáveis: expansionismo, ingerência sobre os assuntos internos dos países para protegerem seus interesses específicos, apropriação de recursos naturais, investimento de capitais, segurança nacional e, em resumo, reprodução de sua hegemonia a todo custo.

Um dos argumentos da sociedade civil centro-americana para que se rechaçasse o Cafta-RD era o temor de que se repetisse a mesma receita do Nafta e que os efeitos disso pudessem acentuar e não resolver os problemas econômicos e torná-los ainda mais dependentes dos EUA. O Nafta também foi uma demonstração de hegemonia americana, bem como exemplo de comércio desigual feito sob bases desiguais e que aprofundam as diferenças entre seus sócios. Representou também o alargamento das fronteiras dos EUA para o sul das Américas, da mesma forma que o Plan Puebla-Panamá[73], o Plan Colombia,[74] o Plan Mérida[75] e,

[73] Plano cujo objetivo era impedir a intensificação da imigração indocumentada e o tráfico de drogas precedentes da América Central, passando pelo México, com destino final sendo os Estados Unidos (MANAUT, S/D)

[74] Plano de ajuda Estados Unidos-Colômbia para o enfrentamento do narcotráfico, em específico aos Cartéis de Cali e Medellín e, posteriormente, as guerrilhas das Forças Armadas

agora, ao que parece, a Alianza para la Prosperidad del Triangulo Norte de Centroamérica.

5.3 NECROPOLÍTICA E AUSÊNCIAS: IDENTIDADES OCULTADAS E PRECARIEDADE COMO CARACTERÍSTICAS DA IMIGRAÇÃO IRREGULAR

É sabido que o México é a parte mais longa e perigosa da travessia em direção aos Estados Unidos. Desde o final das guerras centro-americanas, enfrentar os desertos, ferrovias e o crime organizado voltou a habitar o imaginário de pessoas que creem que encontrarão a recompensa de uma vida melhor se conseguirem vencer a provação da travessia e chegar com vida aos Estados Unidos.

Neste processo, volta-se à primitividade: o instinto de sobrevivência é invocado em diversas ocasiões e se efetiva de diversas formas, da decisão de migrar até ocultar-se em meio à vegetação esturricada do deserto mexicano quando escondem-se dos oficiais de migração, passando também pela fuga de assaltos e sequestros a que se submetem em uma viagem clandestina. Trata-se de salvar a vida apenas, para depois ganhá-la em território americano.

Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). A partir dos anos 2000, a Colômbia passou a receber dotações financeiras anuais, estima-se que 75% do orçamento seja direcionado para apoio e treinamento militar e policial. Se bem houve o desmantelamento de Cali e Medellín, aprofundou-se, por outro lado, a violência social, o número de deslocados internos e a miséria nas cidades onde as operações se concentravam (SADER & JENKINGS, 2012).

[75] Considerado uma prolongação do Plan Colombia e reconhecimento do México como território de atuação do crime organizado transnacional. A Iniciativa Mérida é outro capítulo da Guerra contra as Drogas, encampada pelos Estados Unidos, e tem como objetivo evitar o tráfico de drogas do México para os Estados Unidos e o de armas dos Estados Unidos para o México. Da mesma forma que os demais planos, prevê essencialmente ajuda militar e aparatos de segurança, o que transformou a fronteira México-Estados Unidos na fronteira mais bem equipada do mundo (MANAUT, S/D).

Figura 17: Notas de Campo – Migrantes Dizem V

"Injusticias migratorias. Gritos, sáquenme de aquí. Sácame de aquí, tengo hambre. Las estancias llenas. Los pasillos, lo peor, una pesadilla, un terror. Sin lujo de barbarie, sin sangre, pero te están matando lentamente.

Basta de maltratos sobre los migrantes!

Hombre, 37 años, El Salvador

Detenido en el Centro de Detención de Tapachula, Chiapas, México.

Fonte: Servicio Jesuita a Migrantes (2016)

A naturalização da violência sofrida por migrantes explica um pouco a insistência característica dessa população que quer ir embora a qualquer custo: também em seus países elas já estão submetidas a uma estrutura que garante já vulnerabilidades e violência.

A América Central é uma região complexa de se entender quando se está fora dela. Não se aceita que a barbárie esteja instalada no Ocidente, essa problematização é feita por teóricos decoloniais como Mignolo (2005) que observam a contradição de um continente inteiro sendo colonizado dentro de um território – o Ocidente – dominado pela racionalidade da Europa colonizadora. É como se a América Latina fosse a exceção do mundo ocidental, por isso lhe é negada a possibilidade de uma história autônoma e, ao mesmo, tempo, fez-se um enorme esforço em diferenciá-la do resto do Ocidente: éramos os de cor, os desavergonhados despidos, os preguiçosos e com tendência ao crime, por isso precisávamos de constantes castigos.

A história de violências centro-americanas é correntemente ocultada pela via da naturalização e é, talvez, daqui de onde se poderia depreender melhores explicações sobre o que se passa ainda hoje. O choque colonial e, posteriormente, o colonialismo interno, podem nos dar várias pistas sobre a composição dessa região ainda tão pouco problematizada.

Descolonizar as migrações também passa por reconstruir o papel desenvolvido pelo México na região: o México não é apenas um aliado dos Estados Unidos, hoje, o país tem sido o principal executor da política migratória dos Estados Unidos para a América Central. De 2013 até 2015, o aumento das deportações deu-se, sobretudo, pela implementação do Plan Frontera Sur e pelo esforço em promover a Aliança para o Progresso do Triângulo Norte Centro-americano, ambas iniciativas dos EUA. A ação mexicana na região é essencialmente a de um colonialismo interno alargado, cujas ações não têm impactos apenas para sua população interna, mas para as populações centro-americanas.

O México assumiu acriticamente o papel do império estadunidense de vigiar, punir e deportar, e o faz com a justificativa da segurança regional que, contraditoriamente, não é impactada pela passagem de migrantes por seu território, mas pela ação do crime organizado e do narcotráfico. É também simbólico que se coloque migrantes e narcotraficantes dentro da mesma estratégia de segurança, o que demonstra que o que tem ocorrido é uma forte criminalização da migração centro-americana. Nesse sentido, o México é tão nocivo quanto os Estados Unidos. Deste modo, as análises sobre os percalços da migração centro-americana devem, cada vez mais, incluir o México como problema.

Figura 18: Notas de Campo – Migrantes Dizem VI

Eran cinco policías, yo les decía "no me peguen que no soy animal". Pero ellos me pegaban y me insultaban. Después me entraron a la fuerza ahí en el calabozo, me jalaron y me metieron como que si fuera animal. Desde entonces yo ya no soy el mismo... me cambiaron.

Joven, 16 años, Honduras

Detenido en el Centro de Detenciones para Migrantes de Tapachula, Chiapas, México.

Fonte: Servicio Jesuita a Migrantes (2016)

A experiência centro-americana pode figurar como ilustradora da percepção sobre a morte ou sobre os perigos dela: a passagem pelo México, a indocumentação, a suscetibilidade de roubos, estupros e sequestros, a vista grossa das autoridades policiais mexicanas e, muitas vezes, violações perpetradas pelos próprios funcionários oficiais, são ações largamente conhecidas, mas nunca resolvidas. O aumento da violência nos territórios de passagem evidenciam que o cuidado aos migrantes não será um indicativo da política de Estado mexicano, que se recusa a admitir que existe uma crise migratória dentro de seu território. Enquanto isso, aumentam, paralelamente, o estigma em torno aos migrantes, o preconceito e a xenofobia por parte de mexicanos que começam a identificar nos migrantes os verdadeiros problemas de violência do México. Estas práticas abrem caminho para a aplicação de políticas racistas e assassinas por parte de um Estado igualmente racista e assassino.

Com essas características, os massacres se tornam apenas uma forma de lidar com os indesejáveis, os excedentes, os que não contam, aqueles que não farão falta. Essa percepção se torna sensivelmente visível quando o Estado opta por massacrá-los em grupo ou permitir que outros possam massacrar sabendo que haverá impunidade, sem o menor cuidado com identificações posteriores. A morte em série se torna algo puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido. Esta desnaturalização e crueldade, por sua vez, são frutos do racismo, da discriminação pela diferenciação promovida pelo Estado e que encontra, em certos contextos, terreno fértil para se arraigar na sociedade.

Mbembe (2003) diz que a história da humanidade foi, em essência, construída a partir do binômio contraditório vida e morte. Desta forma, podemos alargar esses conceitos e observar que essa dualidade se efetiva no conflito entre quem compete por dominar a verdade histórica, por contar a história. Nesse sentido, o colonialismo europeu aparece como parte dessa estratégia de dominar a versão contada da história em que a escravidão, a colonização e o estabelecimento de impérios se trasvestem de universalidade e racionalização. No caso centro-americano, os Estados Unidos assumiram esse papel logo após a independência dos Estados centro-americanos, utilizando o discurso do cuidado e da

solidariedade, que demonstraram-se, na verdade, engodos históricos para a manipulação de territórios e populações.

O necropoder e a necropolítica conformam a parte dos subalternizados dentro desses movimentos de suposta racionalização e civilidade. A violência, em um contexto de instalação e reforço de impérios, é a forma conhecida pela qual se garante direitos. Neste caso, direitos dos conquistadores, daqueles que dominam. Enquanto a exceção e a exclusão provêm a estrutura constitutiva da soberania, o colonialismo propriamente dito é um instrumento para delimitar e exercer controle sobre uma área, geralmente distante, desconhecida e diferente, em que essas três características são usadas como justificativa para conquistar, para a harmonização, para o controle.

A diferença torna-se justificativa para o uso da violência – simbólica ou não – e, a partir disso, a hierarquização das relações, a discriminação como elemento classificatório, a destruição de culturas, identidades e tradições como suporte para o domínio transformam-se na tônica das relações desiguais construídas na colonialidade e que, hoje, precisam passar pelo filtro da decolonialidade.

A partir dos anos 2000, a natureza das migrações adquiriu novos contornos. As viagens da esperança, nos dizeres de Gianni (2014, p. 106) sobrepujaram as outrora bem situadas academicamente literaturas do exílio. A mudança de natureza não é apenas estético-conceitual, a ressignificação do termo sugere a ressignificação também do fenômeno do deslocamento de pessoas. O fator socioeconômico foi primordial nesse sentido, pois agregou ao entendimento sobre os deslocamentos a dimensão da escolha individual, deixando de levar em conta apenas aqueles casos em que a saída é forçada.

A categoria socioeconômica das migrações além de ampliar a identificação das necessidades de quem migra, porque é verdade que nem sempre se migra por fome e pobreza, amplia também o debate sobre a identidade migrante. Ou seja, saber se a identidade também viaja juntamente com as pessoas.

Agregar a migração ao tema da identidade ou da cidadania é problematizar uma noção tradicional, historicamente entendida como autônoma, coerente, única e que não admite influência externa em suas conformações. Esse primeiro

entendimento situa a identidade ao que se assimila no local de origem e está vinculado a outros conceitos como o de etnia e cultura, por exemplo, que também acabam sendo repensados dentro dos territórios globalizados.

Quando tratamos das migrações em período de mundo globalizado, é imperativo tratar dos indocumentados, sobretudo porque estes vivem em um submundo, com suas sub identidades e exercendo suas sub cidadanias. Aqui as teorias e conceitos falham, não há interação social, nem sempre há manutenção de vínculos. Ser indocumentado pode não ser um estado permanente, mas não é passageiro. Estar sem documentos é o mesmo que desaparecer, diluir-se em uma população inteira e essa é uma condição de suas normalidades. A identidade aqui é vivida como ausência.

Ausência de documentos, em resumo. Mas o suficiente para que se atrele a essa população certos *status* negativos e punitivos, como são os de ilegais, sem papéis, clandestinos. As relações de poder e de perpetuação de desigualdades apoia-se firmemente nessas categorias que, sim, são discursivas, mas produzem efeitos políticos e sociais diversos. A descidadania é um desses efeitos, a despersonificação e invizibilização são outros, a noção de que esses corpos foram feitos para a exploração é um terceiro efeito.

Nesse sentido, viver a identidade seria viver uma constante ausência, caracterizada por uma vida de impossibilidades, já que as possibilidades se abrem apenas aos que existem. Se há ausência e invisibilidade, não há existência de fato, suas vidas não importam.

Quando pensamos na enorme massa de indocumentados centro-americanos, é preciso resgatar esse sentido da invisibilidade e da descidadania, das impossibilidades e das ausências. Ou seja, falamos de um grupo que abre mão de suas identidades, de sua identificação, de seus vínculos ancestrais e coloca-se enquanto ausente e invisível em uma nova sociedade que, por sua vez, constrói um imaginário negativo em torno dessas comunidades.

Gianni (2014, p. 108) diz que:

> *una vida tiene valor solo si su pérdida tiene importancia: nos comprometemos a preservar una vida si consideramos injusta su destrucción, deliberada o negligente que sea*[76].

Daí a autora criar o termo *identidades de papel* para abordar a temática da migração centro-americana: uma migração de pessoas que não importam, saídas de uma precariedade para entrar em outra, que deixam suas vidas para assumir uma clandestinidade e entram em um jogo de invisibilizar-se – para que não chamem atenção – e, ao mesmo tempo, são invisibilizadas dentro de sociedades que precisam de suas forças de trabalho, mas não lhes concede facilmente a cidadania,

> *como si nuestros derechos fueran de papel, la vida un documento lleno de sellos y autorizaciones. Nos persigue la migra, nos maltratan los policías, nos asaltan los delincuentes. Y nos mutila el tren"* (Hernández *apud* GIANNI, 2014, p. 111)[77].

A negação de si próprio leva à primitivização, à aceitação dos hábitos mais estigmatizados. Aceita-se a condição de negação do primordial até o mais banal da vida, da falta de cidadania que obriga a nunca procurar tratamento médico até a falta de privacidade para onde são empurrados quando precisam viver nas ruas, onde moram e fazem suas necessidades em público.

[76] Tradução livre: "uma vida tem valor apenas se sua perda tem importância: nos comprometemos a preservar uma vida se consideramos injusta a sua destruição, deliberada ou por negligência".

[77] Tradução livre: "como se nossos direitos fossem de papel, a vida um documento cheio de carimbos e autorizações. Nos persegue o departamento de migração, nos maltratam os policiais, nos assaltam os delinquentes. E nos mutila o trem".

Figura 19 – Notas de Campo – Migrantes Dizem VII

Estuve en huelga de hambre durante 38 días y cuando me enfermé el oficial dijo "no me importa, no es mi problema". Cuando mis compañeros me llevaron al doctor, el indicó que debía ir al hospital. La Directora se negó".

Hombre, 28 años, Transcontinental

9 meses de encierro en el Centro de Detención para Migrantes de Tapachula, Chiapas, México.

Fonte: Servicio Jesuita a Migrantes – México (2016)

Neste cenário, o pesadelo da travessia contamina o sonho hipotético que se realizaria com a chegada a um novo país: permanece a invisibilidade, a fome, a morte, violências de toda sorte, uma extrema negação de direitos, pois. Cada uma dessas negações individuais causa impacto na vida comunitária: a falta de empatia e solidariedade, bem como um enorme jogo de culpabilizações. Daí não ser raro, por exemplo, que comunidades latinas assentadas e legalizadas nos Estados Unidos passem a apoiar políticos xenófobos da ala republicana.

Os traumas e a brutalização sofridos no caminho até o Norte, em muitos casos, os leva a optar, quando a possibilidade se apresenta, a se colocarem do lado de quem os, outrora, oprimia. De outro lado, também não é raro a criação de identidades falsas para os migrantes: a de que representam perigo, a de que são inimigos, a de que são delinquentes. A desnaturalização segue até mesmo a partir da academia, quando tratamos deslocamentos de pessoas como ondas, fluxos ou inundações, para indicar a chegada de um período de anormalidades, de alteração da convivência, de chegadas forçadas em que a população local apenas sofre o impacto. Não há oficialidade ou hierarquia no abuso e na exploração da população migrante: de companheiros de viagem, a membros de gangues, passando pela polícia ou novos empregadores.

6. UMA DIÁSPORA OU UMA SOCIEDADE CIVIL MIGRANTE?

O capítulo anterior, ao recuperar a ideia de necropolítica, deixa evidente que não há proteção dos Estados em relação a quem migra. A violação começa do país de origem, quando se negam os direitos mais básicos até o limite da migração forçada, passando pela provação da travessia mexicana, até a chegada aos Estados Unidos, quando os direitos anteriormente negados também não serão efetivados. Os migrantes centro-americanos não existem em lugar algum: invisíveis às autoridades e presas fáceis para o crime organizado, utilizados como iscas na disputa entre Estado e cartéis.

Dos massacres de migrantes que ocorrem desde 2008, alguns dos quais foram citados como exemplo anteriormente, em nenhuma das vezes Estado algum responsabilizou-se pelo ocorrido, culpando-se o crime organizado e colocando as investigações dentro dos marcos da Guerra às Drogas. Por sua vez, os Estados centro-americanos encontravam sempre a posição cômoda da lavagem de mãos: se os massacres ocorreram no México, não havia o que fazer a não ser esperar a apuração das mortes. O princípio da corresponsabilidade nunca foi lembrado nesses casos.

6.1 A PROTEÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL OU COMO SURGE A IDEIA DE SOCIEDADE CIVIL MIGRANTE

O tipo de solidariedade encontrada pelos migrantes centro-americanos tem sido prestada quase exclusivamente pela sociedade civil, na figura central dos albergues que acolhem homens e mulheres nos trechos mais conhecidos das rotas utilizadas para atravessar o México. Os albergues funcionam como local de repouso, alimentação e, em alguns casos, atendimento médico, outro grande atrativo é a possibilidade de encontrar novos parceiros de viagem, dentre eles, pessoas que estão refazendo a travessia e podem dar pistas de quais caminhos evitar e como se proteger melhor.

Os albergues funcionam de forma voluntária, maior parte de seus funcionários é de nacionalidade mexicana, são parte de uma população que não viu perigo nos

migrantes e entendeu que os deslocamentos que foram ficando cada vez mais numerosos não ocorriam voluntariamente. Alguns albergues, ao longo dos anos, tornaram-se verdadeiros símbolos da defesa dos direitos humanos dos migrantes centro-americanos. *Las Patronas*, o *Servicio Jesuita para los Migrantes* e *Hermanos en el Camino*, são apenas três dos exemplos mais conhecidos. Sendo este último dirigido pelo Padre Alejandro Solalinde, conhecido mundialmente como defensor de migrantes, sacerdote católico e ativista mexicano.

À medida que os Estados Unidos se aproximam, a quantidade de casas de repouso diminui, mas existem iniciativas pontuais e dispersas, já que perto da fronteira do Norte o controle do território é mais intenso. A organização *No More Deaths* é bastante conhecida por espalhar água e comida ao longo do deserto do Arizona, não há uma sede e nem atendimento a pessoas, apenas acampamentos montados a dezenas de quilômetros da fronteira, para que se dê o último impulso à travessia do lado mexicano. Também é uma organização religiosa, como vários dos albergues são, foi fundada por um pastor cuja igreja serviu de refúgio a centro-americanos que fugiam da violência nos anos 1980.

Na travessia, os migrantes deixam de contar com os Estados, nenhum deles importa. Em última instância, migrar é mover-se contra os Estados. É criar formas de se reconstruir, mas também é o momento de contradizer a latente falta de importância que é dada às suas vidas. A sociedade civil torna-se grande aliada, na proteção, na promoção de redes sociais no local de acolhida, na conscientização política e na defesa de seus direitos, seja promovendo-os no país de origem ou no local de acolhida.

6.2 AS ASSOCIAÇÕES DE MIGRANTES CENTRO-AMERICANOS NOS ESTADOS UNIDOS E SEU PAPEL DE ARTICULADORAS DA DIÁSPORA

Existem estudos mais entusiásticos que colocam as *hometown associations* (que aqui chamaremos de organizações de migrantes – OM) no centro do debate sobre a manutenção de vínculos entre emigrados e de ser uma interface nacional, fora do Estado, em uma sociedade de acolhida. É bastante comum que estes locais

sejam referência nas comunidades latinas e funcionem como embaixadas que promovem a manutenção de uma centro-americanidade no exterior.

Orozco (2007, p. 215) conceitua as OM como entidades "*formed by immigrants who seek to support their places of origin, maintain relationships with local communities, and retain a sense of community as they adjust to life in their new country of residence*"[78].

Para Orozco (2007), existem quatro grandes marcos que ajudam a entender as migrações centro-americanas e, a partir deles, a necessidade de formação de organizações no exterior que juntem os emigrados: a) um histórico compartilhado de violências e repressão; b) baixo e lento crescimento econômico; c) demanda por mão-de-obra barata em países centrais; d) sucessivos desastres naturais.

El Salvador, Honduras, Guatemala sofreram os mais intensos golpes repressivos – sobretudo de forças do Estado – e de violência gestadas por uma elite oligárquica conservadora de seus interesses e privilégios de classe. A partir da metade do século XX, elementos exógenos como o antiateísmo e o anticomunismo passaram a figurar como justificativa para a perseguição de certos grupos políticos, identificados, de forma geral, como comunistas, o grande inimigo interno de cada país centro-americano durante a Guerra Fria.

Desta forma, a violência se manteve para que o poder político – ou o econômico – permanecesse com os poucos grupos poderosos existentes no istmo, que se mantinham a partir da atuação de grupos de extermínio, polícias corruptas, exércitos repressivos e aparelhos clandestinos de segurança. O resultado da atuação dessas forças foi a construção de um entorno extremamente hostil que fez com que guerras civis fossem desencadeadas. Com durações que variaram entre dez e trinta anos, esses conflitos foram responsáveis diretos pelo deslocamento massivo de centro-americanos entre os anos 1970 e 1980.

[78] Tradução livre: "formadas por imigrantes que procuram apoiar seus lugares de origem, mantêm relações com as comunidades locais e mantêm um senso de comunidade para ajustar-se à vida em seu novo país de residência".

A esta situação soma-se um baixo crescimento econômico compartilhado, sobretudo, pelos países do Triângulo Norte. O que se vê são economias pequenas, vulneráveis, com baixo nível de investimentos externos (em grande medida por conta das instabilidades políticas). Quando cruzamos o êxodo centro-americano com as questões econômicas, o que se observa é que a População Economicamente Ativa (PEA) da região tem tendido a diminuir, o que converte a América Central em um território com uma PEA cada vez mais jovem, dado que uma porcentagem considerável de migrantes está composta por pessoas acima dos 24 anos. E essa idade também tem diminuído, centro-americanos tem migrado cada vez mais cedo. Ficam no istmo os mais jovens e os mais velhos, não coincidentemente os maiores receptores de remessas familiares.

Tabela 11 – Taxas de crescimento PIB per capita do Triângulo Norte Centro-americano

ANO	El Salvador	Guatemala	Honduras
2006	3,9%	5,4%	6,6%
2007	3,8%	6,3%	6,2%
2008	1,3%	3,3%	4,2%
2009	-3,1%	0,5%	-2,4%
2010	1,4%	2,9%	3,7%
2011	2,2%	4,2%	3,8%
2012	1,9%	3,0%	4,1%
2013	1,8%	3,7%	2,8%
2014	2,0%	4,2%	3,1%
2015	2,5%	4,0%	3,5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Bancos Centrais de El Salvador (BCR-SV,2016), Guatemala (BANGUAT, 2016) e Honduras (BCH, 2016).

Quando se analisa o trabalho produtivo, Centro-américa também não tem conseguido manter alto *standard*, já que organiza-se, basicamente, a partir do turismo, da exportação de produtos não tradicionais e das maquilas com produção orientada para a exportação, áreas que dependem diretamente de demanda externa e varia de acordo com a enorme vulnerabilidade de seus trabalhos e trabalhadores.

As quedas de produção e exportação de produtos da agricultura tradicional centro-americana coincidem com a incidência de vários desastres naturais e desequilíbrios ambientais na região. Tempestades tropicais cada vez mais recorrentes, terremotos e furacões marcaram os anos 1990 e seguem a partir do ano 2000. Os furacões Joan (1988) e Mitch (1998) afetaram cerca de 1,6 milhão de centro-americanos, dos quais metade eram hondurenhos, fora a destruição das frágeis infraestruturas de pós-guerra de El Salvador e Guatemala.

Em 2001, El Salvador enfrentou dois terremotos que destruíram novamente o país, que acabara de passar por reconstruções por causa do Furacão Mitch, desde então, uma variedade de desastres ambientais tem se sucedido e acumulam destruições que ficam cada vez mais intensas. A fome acentua-se neste cenário, primeiro por inundações, hoje por secas severas que colocam todo o istmo em alerta, como também já mencionado neste trabalho.

Esses três grandes marcos que incitaram a migração centro-americana encontraram ressonância na globalização tardia da América Central, que inseriu-se no sistema internacional como grande provedora de mão-de-obra barata – ou nem tão barata assim, dado que há momentos em que a expulsão de nacionais não afeta apenas os mais pobres ou menos educados. No entanto, a inserção no mercado laboral centro-americano tem sido mais difícil e precarizada, com salários que tem se desvalorizado, paralelamente a um custo de vida que vem se encarecendo (Orozco, 2007). A migração se apresenta como alternativa porque combina trabalho + salário + custo de vida mais baixo nos Estados Unidos. Nenhum desses três fatores, individualmente, funciona como justificativa para a migração. É importante a articulação entre eles, principalmente quando lembramos a representatividade da migração indocumentada centro-americana: os migrantes têm consciência de que não receberão necessariamente trabalhos salubres ou bons salários, há a preferência por trabalhar mesmo com salários abaixo da média – no entanto, em seus países de origem seriam salários bastante competitivos. O excedente, já que a vida é mais barata – em relação ao salário – é enviado em forma de remessas familiares.

Pensar as remessas é pensar no vínculo invisível que motiva migrantes a continuar enviando recursos financeiros para seu país natal. As associações de migrantes, geralmente, são vistas como parte importante nesse processo de transnacionalização das vidas das pessoas. É dizer, neste processo de migrar, integrar-se, mas proceder à manutenção de identidades e vínculos com a terra natal, caminhar entre duas realidades cria novos padrões de comportamento e, como diz Orozco (2007, p. 220), facilita o processo de transculturação:

> *Immigrants and diasporas are increasingly key protagonists of distant proximities: through their labor force, they integrate their home and host countries into the global economy in order to keep their families together. But their lives are also fragmented, however, by the experience of distance and separations from their families and nations*[79].

As organizações de migrantes são vistas como moderadoras desse processo, uma vez que aglutinam pessoas, responsabilizam-se por campanhas de financiamento de projetos nos países, ao mesmo tempo em que servem como rede de apoio para melhor integração de migrantes recém chegados e cuidam também de defender direitos de seus compatriotas, porventura violados no país receptor. As OM funcionam no limiar da dupla consciência migrante.

Orozco (2007) problematiza essa percepção entusiástica das organizações de migrantes, afirmando que, a contra senso do que se espera, a filiação a uma associação de migrantes em um dado território e a quantidade de pessoas inscritas em uma organização de migrantes, é baixa. Essa porcentagem fica ainda mais baixa quando se compara o remetente de remessa com o remetente de remessa que participa de uma associação, como se pode ver abaixo:

[79] Tradução livre: "Imigrantes e diásporas são protagonistas cada vez mais importantes de uma proximidade distante: através de sua força de trabalho, eles integram seus países de origem e de acolhimento, dentro de uma economia global, para que possam manter suas famílias unidas. Mas, suas vidas são, também, fragmentadas, a partir da experiência da distância e da separação de suas famílias e de suas nações.

Tabela 12: Porcentagem de migrantes remetentes de remessas filiados a OM

PAÍS	%
Honduras	7%
Nicarágua	4%
El Salvador	4%
Guatemala	3%

Fonte: Elaboração própria a partir de Orozco (2007).

Estes dados baixos podem demonstrar que nem todos os migrantes participam de uma organização política, existem outros tipos de organização migrantes que não tenham conotação política e, por fim, a filiação a uma organização pode indicar compromisso de/entre pessoas que já tinham em suas vidas inclinações para temas políticos ou sociais. Seria pertinente, portanto, amenizar as afirmações que dão conta de que o vínculo identitário das diásporas é impulsionado a partir da ação política das OM. Talvez seja exatamente o contrário: a ação política das OM é que impulsionariam, primeiramente, a manutenção dos vínculos identitários e, então, a formação ou articulação de uma diáspora.

6.2.1 ORGANIZAÇÕES DE MIGRANTES DO TRIÂNGULO NORTE CENTRO-AMERICANO

A criação e extinção das organizações de migrantes guatemaltecas é bastante dinâmica, o que não favorece uma contagem exata. Vários agrupamentos sequer deixam de existir, mas mudam de nome ou mesmo dissolvem-se e regressam à atividade com outro Estatuto e novos objetivos. São consideradas por Orozco (2007) um "*small core group*", já que estão articuladas quase sempre em torno de personagens conhecidos pela comunidade.

A maior parte das organizações de migrantes guatemaltecas (OMG) foi criada nos anos 1980. A primeira ação dos migrantes a essa época foi criar coletivos políticos contra as ditaduras na Guatemala e as violações de Direitos Humanos de civis por parte do Estado. A partir de 1990, as atividades passaram por uma adequação que respondia ao contexto vivido e passaram a organizar-se no sentido de promover o processo de paz guatemalteco, direitos indígenas e democratização.

Hoje, as OMG estão mais focadas no chamado ativismo da filantropia, que consiste em mobilizar recursos, de pessoas ou empresas, para o financiamento de projetos coletivos nas comunidades de origem dos migrantes.

O Vice-Ministério de Migrações e Direitos Humanos da Guatemala estima que haja cerca de 160 OMG nos Estados Unidos, a maior parte delas situadas na Califórnia, Nova Iorque e Illinois, locais onde vivem os maiores grupos de guatemaltecos nos EUA.

Paul & Gammage (2004) afirmam, a partir de entrevistas feitas a migrantes salvadorenhos, que 75% destes declaram que o processo de integração na sociedade estadunidense foi doloroso e passaram por períodos de difícil adaptação.

As organizações de migrantes salvadorenhos começaram a surgir nos Estados Unidos nos anos 1980, paralelamente ao crescimento no número de salvadorenhos que deixaram o país por causa da guerra civil e *"motivated by a common desire to assist their Family members and communities that they had left behind*[80]*"* (PAUL & GAMMAGE, 2004, p. 8). Por outro lado, há um grupo que deixou El Salvador depois da guerra e tem apostado nas organizações de migrantes como forma de assistência a El Salvador. Este último grupo tem tido grande apoio de outras entidades já atuantes, são dirigidas por migrantes que visitaram El Salvador após a guerra, quando já tinham seus status migratórios regularizados e puderam constatar a situação calamitosa do país como um todo e de suas comunidades em específico.

Orozco (2007) estima a existência de 200 organizações de migrantes salvadorenhas, distribuídas em várias partes dos Estados Unidos, mas, principalmente, na Califórnia e em Washington DC, as cidades que contêm as duas maiores comunidades de salvadorenhos no exterior. São, no geral, pequenas organizações, a maior parte delas criadas no início dos anos 1990, por

[80] Tradução livre: "motivados por um desejo comum de ajudar seus familiares e comunidades que tinham deixado para trás".

pessoas que tinham experiências comuns: a guerra, a fuga da guerra, uma das ideologias que polarizavam a política salvadorenha ou apenas o fato de serem originárias de uma mesma cidade de El Salvador.

> *Salvadoran hometown associations tend to form after a disaster, such as hurricane Mitch; around a cause, such as lack of high school; or at the urging of a proeminent member of their community, such as their Pastor (Orozco, 2007, p. 230)*[81].

É atividade comum a mobilização de recursos nos Estados Unidos e sua aplicação em El Salvador, nos mais variados projetos, mas com ênfase em educação (construção de escolas e bibliotecas), saúde (doação de ambulâncias e aparelhamento de clínicas) e obras de infra-estrutura (calçamento de ruas, sistema de esgoto, construção de áreas de recreação). Algumas organizações focam apenas nos Estados Unidos, promovendo ações culturais e que reforçam a identidade salvadorenha, a partir de festivais de música, feiras culturais e construção de monumentos que remetam a personagens históricos de El Salvador.

Resultado direto da ação das OMS foi organizar as demandas da população residente nos Estados Unidos, isto, por sua vez, empurra o Estado salvadorenho à ação, e não por acaso é considerado o que é mais bem preparado para o atendimento de sua população vivendo *abroad.*

> *Despite the limited resources available in a poor country like El Salvador, the government has sought to adapt to changing circumstances and promote policies toward their diaspora community* (Orozco, 2007, p. 229)[82].

---

[81] Tradução livre: "Organizações de migrantes salvadorenhas tendem a se formar após disastres, como o Furacão Mitch; em torno a uma causa, como a falta de escolas secundárias; ou a pedido de um membro proeminente da comunidade, como seu Pastor".

[82] Tradução livre: "Apesar dos limitados recursos disponíveis em um país pobre como El Salvador, o governo tem procurado se adaptar à transformação das circunstâncias e promover políticas que levem em conta sua diáspora.

Despite the limited resources available in a poor country like El Salvador, the government has sought to adapt to changing circumstances and promote policies toward their diaspora community (Orozco, 2007, p. 229).

Uma das circunstâncias especiais foi a criação do *Vice Ministério para los Salvadoreños en el Exterior,* adscrito ao Ministério das Relações Exteriores, e que cuida exatamente do relacionamento entre El Salvador e sua diáspora. O Plano Quinquenal para o Desenvolvimento de El Salvador, que compreende o período 2014-2019, situa como objetivo deste Vice Ministério *"fortalecer en la población salvadoreña en el exterior la vigencia plena de sus derechos y su integración efectiva al desarrollo del país"*[83] (Presidencia – SV, 2014, p. 179). Para este propósito, uma gama de serviços são disponibilizados para os emigrados, através das Direcciones Generales de Vinculación con los Salvadoreños en el Exterior, responsável por "*estrechar lazos, generar arraigo y mecanismos de vinculación con las comunidades de origen o el país en general*"[84]; a Dirección General de Servicio Exterior , que brinda apoio para melhorar e fazer mais efetivo o funcionamento das representações diplomáticas, consulares e missões permanentes no exterior; a Dirección General de Derechos Humanos, que cuida da representação de El Salvador perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e observa o cumprimento das recomendações dadas pelos órgãos deste sistema, de forma específica, deveria velar pela proteção dos Direitos Humanos de seus emigrantes que se encontram em países de trânsito ou destino, independente de seu status migratório.

Dada a enorme presença de salvadorenhos nos Estados Unidos, o Vice Ministério tem ali uma vasta atuação, sendo os esforços para renovação de TPS e outras negociações que garantam o direito do migrante salvadorenho a permanecer em solo estadunidense, os mais conhecidos e exaltados.

De acordo com Orozco (2007) hondurenhos são o grupo menos representado por organização de migrantes, existem cerca de 30 entidades catalogadas. Como os dois casos anteriores, a atividades das OMH são todas focadas nas cidades/comunidades natais dos migrantes e conservam uma dupla atuação: em

[83] Tradução livre: "fortalecer na população salvadorenha no exterior a vigência plena de seus direitos e sua integração efetiva no desenvolvimento do país".

[84] Tradução livre: estreitar laços, gerar pertencimento e mecanismos de vinculação com as comunidades de origem ou em geral".

favor de migrantes hondurenhos nos Estados Unidos e desenvolvendo projetos locais em Honduras.

A atuação principal também se repete: saúde, educação, infraestrutura e suporte em contexto de desastres – este último tema tendo surgido por conta da traumática catástrofe do Furacão Mitch, em 1998. Existe uma forte tendência das OMH, diferentemente das OMS, de evitar parcerias com municipalidades ou outras esferas do Estado hondurenho: "*Some groups indicate a fear of corruption, and others have had negative experiences with local government*"[85] (Orozco, 2007, p. 238).

O apelo cultural e identitário é bastante forte nas estratégias de mobilização de recursos hondurenha nos Estados Unidos. A população garífuna[86], uma das diásporas mais antigas da/na América Central, é extremamente ativa e desenvolve todo um trabalho de divulgação de sua terra natal, exaltando aspectos da hondurenhidade.

6.3 ORGANIZAÇÃO DE MIGRANTES E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O impacto desenvolvimentista de entidades como as organizações de migrantes centro-americanos pode ser mensurado a partir das quatro características abaixo:

a) Criação de projetos autossustentáveis

b) Mitigação de necessidades básicas

c) Habilidade para criar e manter lideranças

d) Potencial de replicação dos projetos em mais de uma localidade

[85] Tradução livre: "Alguns grupos indicam que têm medo da corrupção e outros tiveram experiências negativas com o governo local".

[86] Grupo de etnia descendente de africanos, caribenhos e antilhanos, chegados na América Central no período de colonizações da América. Hoje, são cerca de 600 mil, espalhados entre o Caribe e a costa caribenha da América Central (Honduras, Belize, Nicarágua, Guatemala) e nos Estados Unidos.

Essas quatro características indicam a necessidade de trabalho de longo prazo e acesso a recursos para aprofundamento do alcance das ações. Como vimos, as associações de migrantes centro-americanas possuem projetos pontuais, de rápida implementação (como construções ou compra de insumos). O diminuto relacionamento com as comunidades – talvez com a exceção de Honduras – não favorece a criação de novas lideranças nas cidades de origem que possam seguir reivindicando melhorias para as cidades. Por fim, há baixo potencial de replicação dos projetos em outros locais porque as entidades são criadas para atender apenas uma localidade.

No entanto, as OM têm se transformado em alternativas ao poder estatal e seus governos. Sozinhas, elas não conseguem resultados profundos, é necessário que governos sejam capazes de apoiar, mas sem protagonismo, as iniciativas de forma mais ativa e propositiva, além de comprometer-se em agir com o máximo de transparência requerida pelas organizações e seus doadores. Ainda tratando da relação com os governos, é preciso que se criem economias locais capazes de absorver as doações e projetos executados, no sentido de dar maior utilidade ao que for construído ou mesmo de compreender as demandas das populações para que se aproveite melhor o que for feito.

A maior força das OM é o vínculo com o público alvo nas cidades centro-americanas e a possibilidade de mobilizar os migrantes que vivem nos Estados Unidos em torno das mais variadas causas. E essas duas dimensões são importantes para os Estados centro-americanos: na primeira, se pode dizer que os Estados têm pouca presença nas comunidades mais periféricas; na segunda, os Estados sozinhos não têm sucesso porque são ainda vistos como países de onde os migrantes tiveram que sair ou fugir e para onde ainda não pensam em regressar. As OM se convertem em entidades estratégicas porque podem atuar livremente em território estadunidense. Ainda que não sejam organizações de grande porte ou com muitos afiliados, este é um processo em andamento: elas estão presentes em um número cada vez maior de cidades, linkando migrantes e promovendo a necessidade de compromisso com suas terras natais.

Outro impacto positivo das OM é no lento – porém gradual – processo de conscientização dos emigrados quanto a suas práticas transnacionais. Observando a tabela a seguir, aparecem as principais ações feitas por migrantes centro-americanos para a manutenção do contato com seus familiares no istmo:

Tabela 13: Práticas de manutenção de vínculo

Ação	Latinos	El Salvador	Guatemala	Honduras
Viajam uma vez ao ano e gastam em torno de mil dólares	60%	61%	48%	43%
Ligações telefônicas uma vez por semana	61%	41%	56%	57%
Envios de até 300 dólares em remessas	31%	32%	43%	8%
Viaja uma vez ao ano ao país de origem	32%	24%	9%	12%
Criação de conta bancária para facilitação da ajuda financeira	27%	16%	19%	16%

Fonte: Adaptação de Orozco (2007)

Já a próxima tabela, mostra que a população pertencente a organizações de migrantes têm, no panorama geral, maior ligação com a terra natal, quando comparados aos migrantes que praticam a mesma ação mas não pertencem a organizações de migrantes.

Tabela 14: Manutenção de vínculos - centro-americanos pertencentes a associações de migrantes

Atividade	Pertence a uma OM	
	Sim	Não
Idade superior a 40 anos	60%	40%
Visita país de origem ao menos uma vez por ano	56%	30%
Ajuda a família não emigrada	55%	20%
Está nos EUA há mais de 10 anos	44%	29%
Envia remessas e conquistou cidadania estadunidense	38%	22%
Envia mais de US$350	31%	18%
Salário anual – média	US$ 32.733,00	US$ 20.659,00

Fonte: Orozco (2007)

6.4 AS REMESSAS: O VÍNCULO MAIS COBIÇADO PELOS ESTADOS CENTRO-AMERICANOS

Figura 20 – Notas de Campo – Migrantes Dizem VIII

> "Todo lo que mira aqui (casas, negócios) no son centavos de aqui, son de allá, son de allá".
>
> **Ex migrante,** sobre la importancia del trabajo en Estados Unidos para la comunidad.
>
> Penjamillo, Michoacán, 2012.

Fonte: Observatorio Regional de las Migraciones (2016)

Quando se tratam de remessas, no entanto, centro-americanos importam. Entre os anos de 1991 e 2000, as remessas representavam algo em torno de 60 bilhões de dólares no mundo inteiro. Hoje, são mais de 80 bilhões circulando pelo mundo, dos quais mais de 30% se dirigem à América Latina, chegando à América Central 15,7 bilhões, dados de 2015 (Fomin/BID, 2015). No entanto, esse número pode ser ainda maior, dada a escassez de dados e a falta de informação sobre entrada de divisas por meios não oficiais ou extra-oficiais, como, na América Central, os *viajeros* e mesmo através da visita de parentes que trazem dinheiro para uma quantidade determinada de meses.

Por outro lado, as remessas familiares tiveram sua importância eclipsada por anos, já que o uso que se faz desse dinheiro é majoritariamente privado, portanto, fora da possibilidade de observância direta dos governos, uma vez que servem, prioritariamente para o consumo das famílias. É apenas nos anos 2000 que agências internacionais começam a se interessar pelo tema, acrescentando uma abordagem desenvolvimentista a ele, uma vez que os montantes cresciam exponencialmente e se dirigiam, de forma supostamente voluntária, a áreas mais

pobres do globo. Enxergou-se, portanto, que as remessas eram um forte aporte para as políticas de mitigação da pobreza. Paul & Gammage (2004, p. 1) ilustram bem o porquê dessa apropriação: "*while total remittances flows amounted to US$ 72 billion in 2001, official development assistance was only US$ 55 billion*"[87]. Ou seja, são recursos que crescem em maior medida dos que as ajudas ao desenvolvimento que vão de países desenvolvidos para países em desenvolvimento.

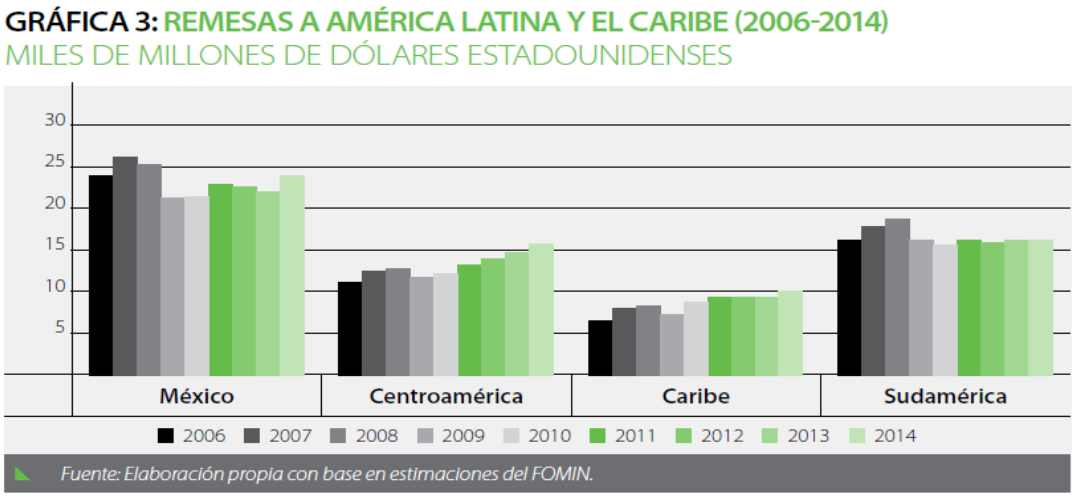
Quando a crise de 2008 estalou mundo afora, uma das preocupações da América Central foi sobre como prever e interpretar como se comportaria o fluxo de remessas entrantes na região. Esperava-se uma brusca – e, para os governos, grave – diminuição das divisas provenientes do exterior. Para Centro-américa, a diminuição das remessas – e aqui falo essencialmente das remessas familiares, que é a modalidade mais usada – significa encurtamento do Produto Interno Bruto (PIB), significa milhares de famílias desassistidas, significa aumento da miséria.

A situação de dependência desse mecanismo financeiro é bastante forte, uma parcela significativa da população centro-americana sobrevive às expensas disso, para elas não existe, ou já não esperam que faça efeito, as precárias políticas públicas de trabalho e renda, ou de educação e saúde. As remessas são o salário de pessoas desempregadas, a aposentadoria dos mais velhos, o pagamento da escola dos filhos que ainda não emigraram, a garantia de comida, a passagem de ônibus para atender a empregos precários e longínquos.

No caso centro-americano, em específico, não houve crise para as remessas, como pode ser visto no gráfico a seguir:

[87] Tradução livre: "Enquanto os fluxos de remessas totais aumentaram US$72 bilhões em 2001, a assistência oficial ao desenvolvimento foi de apenas US$ 55 bilhões".

Figura 21: Remessas a América Latina e Caribe (2006-2014)



Fonte: Fomin/BID, 2015.

De acordo com o gráfico anterior, o único momento de queda nas remessas, pouco mais de 7%, foi entre 2008 e 2009, período que coincide com uma grande retração da economia estadunidense, lar de grande parte dos migrantes centro-americanos. Em 2010 já se iniciou uma recuperação, lenta mais constante. Desta forma, já em 2011, a América Central superou a cifra de 2008, que era a mais alta até então. Neste cenário, El Salvador, Guatemala e Honduras aparecem como principais receptores de remessas do Istmo. Interessante observar que o crescimento dos valores das remessas recebidos pelo México começa a se estagnar e tem crescido menos a cada ano. Mais uma vez, uma indicação de explicação para isto está no comportamento dos movimentos migratórios: enquanto emigrados mexicanos, que ainda migram prioritariamente para os Estados Unidos, está começando a se estabilizar, a afluência de centro-americanos para o mesmo destino continua em expansão. As economias centro-americanas, de fato, sofreram duros golpes com a crise de 2008, mas a resposta para a superação foi, mais uma vez a fuga de pessoas.

Em 2014, estimou-se que há cerca de 21,8 milhões de imigrantes documentados originários da América Latina e do Caribe, vivendo nos Estados Unidos. Esse número representa uma queda de 1,9% em relação a 2013. Mais uma vez, a

América Central vai na contra corrente, já que, no mesmo período, foi a região centro-americana a que mais ampliou a sua presença nos Estados Unidos: foram expressivos 12% de aumento no número de migrantes, taxa semelhante a de anos anteriores, segundo o Fomin (2015, p. 13). São agora 3,4 milhões de centro-americanos nos Estados Unidos[88].

6.4.1 REMESSAS ENVIADAS AO TRIÂNGULO NORTE CENTRO-AMERICANO

Em Honduras, as remessas são um negócio altamente rentável para bancos e outras instituições financeiras: é uma fonte segura e seguirá sendo enquanto a situação de pobreza extrema for realidade na periferia do sistema e o deslocamento populacional para os grandes centros continuar sendo entendida como forma de sobrevivência. É uma atividade econômica oficial que se apoia na vulnerabilidade de milhares de famílias do mundo inteiro e, cada vez mais, se incentiva que as remessas sejam remetidas por meios oficiais para que se tenha maior controle do fluxo de entrada de divisas nos países, e ademais é uma forma de mapear receptores do dinheiro, para que localidades se destina. O controle também existe para evitar a lavagem de dinheiro por parte das gangues, que tanto mandam quanto recebem divisas do exterior.

De acordo com o Banco Central de Honduras (BCH), assim se cobra para que migrantes centro-americanos enviem dinheiro dos Estados Unidos:

Tabela 15: Taxas de transferência de remessas para Honduras

Método de Transferência		Para envio de US$200	Para envio de US$500
Fonte	Pagamento no destino		
Conta bancária	Dinheiro	3,68%	1,92%
Conta bancária	Depósito em conta	3,96%	2,38%
Dinheiro	Dinheiro	4,37%	1,99%
Dinheiro	Depósito em conta	4,52%	2,78%
Cartão crédito ou débito	Depósito em conta	5,83%	4,54%
Cartão crédito ou débito	Dinheiro	7,62%	4,47%

Fonte: BCH, 2014.

[88] Esse número equivale apenas aos migrantes legalizados em território estadunidense, os indocumentados não aparecem nessa sondagem.

As taxas mostram que as instituições financeiras miram exatamente o perfil majoritário de migrantes hondurenhos, os de baixo ingresso e que enviam menos que 200 dólares ao mês.

Guatemala e El Salvador seguem sendo os maiores receptores de remessas na América Central. Honduras, no entanto, tem se afirmado, nos últimos cinco anos, como país que mais tem expulsado nacionais, e, assim, a quantidade de dinheiro vindo do exterior tem aumentado na mesma proporção. Entre as populações latino-americanas nos Estados Unidos, a hondurenha é a que mais tem crescido e a violência tem sido apontada como principal fator expulsor.

Em 2014, o total em remessas enviadas para a Guatemala foi de US$5,5 billhões, de acordo com o Banco da Guatemala, em seu balanço anual de 2014, uma média de US$450 milhões entrou mensalmente na Guatemala a partir desse tipo de transação financeira. As remessas representam, hoje, 12% do PIB. Desde o início dos anos 2000, a estimativa é que, ano após ano, cresçam essas transferências, uma vez que a quantidade de emigrados cresce também anualmente. Dos anos 2000 a 2014, o único ano que mostrou queda no envio de remessas foi 2009, resultado direto da crise financeira internacional.

Outro momento que poderia ter representado mudanças no fluxo de saída de pessoas e de entrada de divisas, foi após o ataque terrorista de 11 de setembro: houve uma diminuição importante na proporção de emigrantes por conta dos reforços na segurança transfronteiriça. De 2002 em diante, o fluxo foi retomado. Para 2006, 10,5% da população guatemalteca vivia no exterior. Do total da população migrante, 98% vive nos Estados Unidos, destes, 96% afirmam enviar remessas periodicamente a suas famílias (BARRE, 2001).

Durante 2014, El Salvador recebeu mais de 4,2 bilhões de dólares em remessas familiares, ultrapassando em 200 milhões a estimativa feita pelo Banco Central de Reservas de El Salvador. Este montante equivale a 20,9 milhões de operações financeiras realizadas pelos salvadorenhos no exterior, sendo, desses, 5 milhões de recargas a telefones celulares salvadorenhos, ação controversa que tem sido alvo de acaloradas discussões no país, desde que o governo divulgou a intenção

de sobretaxar as tarifas de telefone, aproveitando o fluxo cada vez maior de ligações feitas para os Estados Unidos, principalmente (BCR-SV, 2016).

6.5 ENTRE AUSÊNCIAS E VÍNCULOS: A AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL MIGRANTE CENTRO-AMERICANA

A natureza das migrações também se modificou substancialmente a partir dos anos 2000. Geralmente, se entendia a migração como oportunidade de sair de um entorno problemático, seja este causado pela guerra ou por crises econômicas acentuadas. Ou seja, a mudança de residência tinha ares mais definitivos e os vínculos com o país natal não se mantinham, já que a comunicação era mais difícil e custosa, assim como o eram também as viagens. A globalização das comunicações facilitou essa mudança de natureza das migrações, acrescentando novas práticas de transnacionalismo. Como dizem Paul & Gammage (2004), há mais possibilidades de manutenção de vínculos com a terra natal e os migrantes, em boa medida, as têm utilizado.

Esta nova noção e prática de um transnacionalismo migrante nos coloca justamente na tarefa de pensar e interpretar as realidades simultâneas, proximidades distantes e, além disso, uma problematização acerca do significado da integração, assimilação e transculturação de migrantes em uma sociedade de acolhida. O próprio termo sociedade de acolhida – ou país receptor – dá essa noção de temporalidade em aberto, em que as possibilidades de ir ou ficar não estão totalmente definidas.

No caso nos migrantes centro-americanos, essa temporalidade em aberto está ligada ao status migratório, à incerteza da renovação de um visto, caso esteja com a situação regular, ou à vulnerabilidade de viver sem documentos em um contexto de constante vigilantismo.

Tomar as remessas como fonte de investimento ou como estratégia de desenvolvimento local pode se mostrar perigoso: não há como prever investimentos, os montantes são constantes (não importa o contexto econômico, se de crise ou de prosperidade, o valor enviado para casa não costuma sofrer

alterações acentuadas). O que tem ocorrido na última década é uma aproximação com as organizações de migrantes, utilizando seu papel de aglutinadora de pessoas e interesses, a fim de promover as remessas coletivas. A principal vantagem dessa aliança é que podem ser feitas articulações com dois enfoques: um enfoque orientado a projetos e um enfoque orientado a políticas.

De todas as formas, a discussão sobre as remessas acaba sempre aparecendo como foco principal dentro das OM. Existe, ainda muito fortemente, a sensação de urgência no atendimento das famílias que ficaram no istmo e isso acaba se sobrepondo a uma série de temáticas que são igualmente urgentes, mas que ficam secundarizadas, como, por exemplo, a discussão sobre como superar ou resolver problemas mais estruturais que causam a pobreza ou mesmo resolver grandes problemas que estão mais identificados com a população mais empobrecida.

Aqui caberia fazer a discussão sobre a incorporação das remessas como ferramentas dos Estados centro-americanos na paliação da pobreza do istmo. Isto é problemático porque estamos assumindo que os Estados, entes públicos e que cuidam dos bens públicos para toda a população, utilizam-se de uma escolha privada de famílias e de seus migrantes, que é o de enviar e receber remessas familiares. Como o interesse no envio é privado e individual é problemático que os Estados utilizem esse dinheiro como suporte de suas economias, uma vez que a afluência dele é imprevisível. Esta é uma fonte de descontrole.

O estudo sobre as remessas e suas vinculações com o tema do desenvolvimento não é novo e é recorrente no caso centro-americano. A discussão sobre o seu impacto, no entanto, ainda é divergente e, no geral, dizem bastante sobre entusiastas e desestimuladores do seu uso como instrumento de desenvolvimento[89]. Parte substancial dos migradólares não entram na América Central pelo sistema bancário, nem no envio e nem permanecem em conta – já

[89] Os argumentos mais pessimistas vão no sentido de assumir que as remessas não trazem desenvolvimento, criam dependência entre as economias dos Estados, criam dependência entre migrantes e famílias. E, nos casos de países mais vulnerabilizados, as remessas causam queda nos salários, o que, novamente, reforça as dependências. Os argumentos mais otimistas abordam o efeito multiplicador da renda criada sem a necessidade da intervenção do Estado, o que poderia causar efeito indireto na poupança dos países.

que são usados para gastos correntes. Desta forma, é um recurso que não se utiliza para o financiamento de créditos ou outras vias para o financiamento de projetos de desenvolvimento local de longo prazo.

Como chamam a atenção Paul & Gammage (2004), esse tipo de entendimento generalizante sobre os efeitos positivos das remessas não existem apenas por força ou influência de instituições financeiras ou agências de fomento, mas porque, de fato, esses comportamentos se verificam em alguns países. Alguns países africanos e caribenhos têm experiências mais fortes com as remessas coletivas, não é o caso centro-americano, no entanto. Ainda.

Há a emergência de uma nova pergunta de pesquisa sobre as remessas para o caso da América Central. Ao invés de verificar o impacto destas no desenvolvimento local, mais acertado seria o questionamento sobre como incrementar o uso produtivo das remessas. Ou seja, há toda uma literatura que há anos chama a atenção para o baixo – ou até mesmo mau – uso das remessas e, junto a isso, várias críticas sobre a incapacidade dos Estados centro-americanos em gerar desenvolvimento com os recursos entrantes.

No entanto, não há como usar os recursos quando eles não entram por meios bancários oficiais. As remessas não viram poupança e isso deixa a descoberto a limitação dos Estados no uso das remessas, não há controle sobre estas entradas, nem sobre seus usos. É nessa limitação que outras alternativas começam a surgir, vindas principalmente de organizações da sociedade civil, neste caso uma sociedade civil migrante, organizada nas chamadas organizações de migrantes. O cerne do argumento é o seguinte: faz mais sentido que vínculos sejam cultivados pelas pessoas que migram e não pelos Estados que, muitas vezes, parecem mais querer que suas populações migrem. Ou seja, se há motivação para que as pessoas cuidem de suas cidades, ela será viabilizada pelas próprias pessoas. As organizações de migrantes têm sido de grande importância como espaços de aproximação, de intercâmbio e catalisadoras de projetos financiados a partir de recursos arrecadados e geralmente repassados aos Estados na forma de remessas coletivas.

De forma geral, são organizações que se formam de maneira informal e ganham institucionalidade à medida que seus representantes e membros regularizam seus *status* migratórios. Assim, é natural que estas instituições tenham tardado tanto em conseguir articularem-se para propor ações coletivas em seus países de origem. Tampouco há como estimar quanto tempo uma organização de migrantes perdurará, devido a suas instabilidades enquanto instituição.

6.5.1 O VOTO MIGRANTE COMO AÇÃO POLÍTICA COLETIVA DA SOCIEDADE CIVIL MIGRANTE CENTRO-AMERICANA

Bravo (2013) pontua que, além da dificuldade em aprovar que populações vivendo no exterior tenham o direito de votar, já que os cálculos políticos são influenciados pela incerteza do interesse e pelos recursos empregados para que o direito se efetive, comunicar-se com a chamada diáspora se levanta como grande desafio.

A dispersão das populações ao longo de um território estrangeiro, sobre o qual não se tem fácil acesso, é um limite que se impõe aos Estados centro-americanos, que apenas contam com as suas estruturas oficiais para difundir o novo direito: consulados e embaixadas. Assim, utiliza-se dos laços com a sociedade civil migrante, entidades que foram – e ainda são – utilizadas como parceiras, já que foram também as que organizaram as pressões da diáspora, reivindicando por anos o direito ao voto.

Para Bravo (2013, p. 7), governos e partidos políticos na América Central tiveram um crescente interesse na aprovação do voto no exterior porque entendem que é necessário continuar (...)

> *keeping ties and building relationships with their diaspora communities abroad for a variety os reasons, from self-serving reasons such as attracting remittances to the home economy to altruistic reasons such as the home-government decision to defend its citizens' human rights abroad*[90]*.*

[90] Tradução livre: "mantendo laços e construindo relacionamentos com suas diásporas vivendo no estrangeiro, por uma série de razões, desde razões individualistas, como atrair remessas para a economia do país natal, até razões altruístas, como a decisão do governo natal de defender os direitos humanos dos cidadãos no estrangeiro".

Nem sempre foi assim. Desde os anos 1990, os migrantes salvadorenhos reivindicam o direito ao voto e encontram, junto aos diferentes partidos políticos, entraves vários, quando não oposição direta e clara. Os interesses em jogo nem sempre foram, por sua vez, discutidos de forma direta e clara. Analistas políticos salvadorenhos levantaram a hipótese de que havia medo, por parte do Estado, de encampar uma reforma eleitoral para inclusão de uma população sobre a qual não se teria controle, que não vive mais o processo político em El Salvador.

Enquanto o número de migrantes era pequeno, os sucessivos governos se resguardavam ao afirmar que não era viável financeiramente autorizar que a população vivendo fora do país pudesse votar: o projeto era caro e de baixo impacto. Em meados dos anos 2000, o número de salvadorenhos só nos Estados Unidos chegava a dois milhões de pessoas, e o Congresso ainda se opunha:

> Perhaps afraid of the impact that the diaspora community – which is estimated to have between two and three million members outside of El Salvador, in a country of just six million people living in the salvadoran territory – could have in the domestic political process[91] (BRAVO, 2013, p. 13).

Em 2008, membros da diretiva da Organização Salvadoreños en el Mundo, viajaram a El Salvador a fim de dar a conhecer a mais forte campanha de organizações de migrantes salvadorenhos para pressionar candidatos à Presidência, em campanha naquele ano, a assumir apoio a um projeto de reforma da lei de partidos que incluísse os *Hermanos lejanos*. Em debate na Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, em San Salvador, diferentes intervenções de membros desta organização defenderam o que chamavam de ofensiva final[92], afirmando que a diáspora estava disposta a suspender, inclusive, o envio das remessas familiares a El Salvador em troca do voto.

---

[91] Tradução livre: "Talvez com medo do impacto que a diáspora – que estima-se ser composta por 2 ou 3 milhões de membros, fora de El Salvador, um país de apenas 6 milhões de pessoas – pode ter no processo político interno".

[92] Uma referência direta à Ofensiva Final *hasta el tope y punto* da guerrilha da FMLN, nos momentos finais da guerra civil, quando se acreditou que os combates, havendo saído das montanhas de El Salvador e chegado à capital do país, estaria em seus momentos finais e era preciso, então, pressionar ao máximo para retirar das forças armadas qualquer vantagem que pudesse existir e, assim, poder influenciar mais as já iniciadas negociações que levaram aos Acordos de Paz de Chapultepec, firmados em janeiro de 1992, no México.

Obviamente, a ofensiva gerou leituras cheias de emoção, a ARENA foi taxativa ao chamar a ofensiva de extorsão, dizendo que um possível governo *arenero* não aceitaria negociar em torno a ameaças, embora reconhecesse a importância da população salvadorenha vivendo no exterior.

Em 2009, o Presidente eleito Maurício Funes, da Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), antiga guerrilha convertida em partido político localizado à esquerda no espectro político salvadorenho, impulsionou fortemente o tema do voto no exterior através de seus discursos e relatórios do poder executivo que instruíam os deputados desta fração na casa legislativa. A posição de Funes era a de que garantir o voto no exterior era uma dívida histórica que El Salvador tinha com sua diáspora. Em janeiro de 2013, a diáspora conquistou a aprovação do projeto de lei que autorizava o voto fora de El Salvador.

A primeira eleição a admitir estes votos foi a de 2014, para eleição presidencial, apenas um ano depois da aprovação de uma lei muito esperada, mas parcamente divulgada, este inclusive foi um dos fatores apontados para o baixo comparecimento de emigrados às urnas.

As organizações de migrantes têm agora uma nova luta política: convencer salvadorenhos a votar e fazê-los compreender que a partir disso têm real chance de influenciar a política doméstica de El Salvador. Apenas fazer a legislação conhecida não é suficiente para melhorar a participação de votantes no exterior, é preciso melhorar a confiança dos salvadorenhos em relação ao país. A interpretação de Bravo (2013, pp. 16-17) é a de que há ressentimento e o Estado não conseguiu ainda romper essa barreira:

> *Millions of salvadorans started leaving the home country in mass in the 1970's because of the bloody civil war between the right-wing conservative government and the leftist guerrillas, and, ever since, they have left the home country because of political instability and poverty. For that reason, the levels of trust in home government, no matter what political party is ruling the country at a given time, are not high. This could deter some salvadorans from voting, as they might think that they have no real chance to impact the home government's policies*[93].

[93] Tradução livre: "Milhões de salvadorenhos começaram a deixar em massa o país de origem na década de 1970 por causa da sangrenta guerra civil entre o governo conservador de direita e os

A ação coletiva de salvadorenhos tem gerado respostas do governo: reformas ministeriais, a criação de Vice-ministério para assuntos da diáspora e o aumento da comunicação com a comunidade vivendo fora de El Salvador foram ganhos inegáveis.

É de se compreender o cuidado excessivo dos governos de El Salvador. Para além da leitura superficial do medo da falta de controle sobre as pessoas migrantes, há a emergência da construção de estratégias, instituições e políticas transnacionais. É preciso, como diz Lindolt (2003, p. 302), utilizando a base conceitual de Anderson (2013), uma transformação das fronteiras reais e imaginadas da nação salvadorenha. A política e o voto, em El Salvador, quando passam ao nível transnacional, desafiam a própria ideia de Estado-nação, de povo e de território, assim,

> *tanto la participación política de migrantes en un país donde ya no residen, como las estrategias extraterritoriales de un Estado que busca reincorporarlos al proyecto nacional apuntan hacia esta nueva situación. El transnacionalismo político, a la vez que pone en duda nociones establecidas, apunta a una re-conceptualización de la nación y por ende a una redefinición de los derechos y las obligaciones del ciudadano*[94].

O discurso sobre o *hermano lejano* encerra em si uma percepção excludente. Para além da imagem do centro-americano que vai embora e abandona sua terra natal, há os centro-americanos que agora recebem remessas e são tachados de preguiçosos, preferem receber os poucos dólares mensais a ir trabalhar, seus filhos são mesquinhos, mal educados e não terão outro futuro senão a vadiagem e o crime. As mulheres e suas filhas são libertinas, dadas a luxos descabidos a suas

---

guerrilheiros de esquerda. E, desde então, eles deixam o país de origem por causa da instabilidade política e da pobreza. Por essa razão, o nível de confiança nos governos nacionais, não importa o partido político que esteja governando o país, não é alta. Isso poderia dissuadir alguns salvadorenhos de votar, já que eles pensam que não têm nenhuma chance real de impactar as políticas de seus países de origem".

[94] Tradução livre: "tanto a participação política de migrantes em um país onde já não residem, como as estratégias extra-territoriais de um Estado que busca reincorporar-se ao projeto nacional, apontam para esta nova situação. O transnacionalismo político, ao mesmo tempo que coloca em dúvida noções estabelecidas, aponta para uma reconceituação da nação e, por fim, a uma redefinição dos direitos e das obrigações do cidadão".

condições. Segundo Lindolt (2003), este discurso não é simplesmente negativo, revela a permanência de relações classistas na sociedade centro-americana. Interpretando à luz do conceito de colonialismo interno, o que se revela é uma reação dos "*ricos de pueblo*", que tem perdido seus status frente aos receptores de remessas que experimentam melhoras em sua capacidade de consumo.

Outra mostra de colonialismo é o discurso, ou versão oficial, sobre as remessas, quando se tenta capitalizar e controlar o uso dos recursos, afirmando que os receptores fazem mau uso de uma renda valiosa. É aparente o discurso transvestido de preocupação, que diz que comer e pagar a educação de filhos e netos é menos importante do que o pensamento coletivo do desenvolvimento local. Em outras palavras, elites e Estados que nunca se responsabilizaram pelos impactos dos desequilíbrios econômicos entre os mais pobres, criticam a saída para a pobreza das periferias e declaram que esta mesma população deveria pensar coletivamente e investir suas remessas na economia local ou dissuadir seus familiares no exterior a fazerem envios de remessas coletivas.

O que existe é a captura de um tema, descrito e pensado sem aproximação com a população receptora e nem com a população que envia os recursos. Teoriza-se, portanto, a partir da exclusão do público que mais importa: os migrantes e seus familiares.

Descolonizando o tema, esta exclusão representa a formação de uma outra população marginalizada, invisibilizada, desautorizada, não seria exagero equiparar migrantes e refugiados de hoje com os comunistas do período das guerras ou os indígenas do período colonial e pós-colonial. Os migrantes de hoje descendem, em sua maioria esmagadora, dos excluídos e perseguidos de outrora. Da mesma maneira, a perseguição se reedita: seja pela violência militar (das fronteiras securitizadas, das violações de direitos humanos, da violência das gangues e do crime organizado que os Estados já não controlam), seja pela violência econômica (do desemprego e fomes crônicas ou da pobreza).

Esta postura classista, nos dizeres de Lindolt (2003, p. 318-319), evidencia que não há possibilidade de promover um discurso de comunidade política imaginada ampla, como teoriza Anderson (2013). Elites e oligarquias não permitem ou não

cedem com facilidade. O exemplo da conquista do voto no exterior para salvadorenhos demonstra isso: porque dar qualquer poder de barganha a esses outros? Sim, porque a ideia de *hermano lejano* é a de construção de um salvadorenho ausente, distante e que precisa permanecer fora do país para a própria subsistência, de sua família e, junto a outros tantos, do país:

> *El discurso del "Hermano lejano" proclama palabras vanas. Es sencillamente la cara benigna de un discurso excluyente que le pide al migrante que contribuya económicamente, mientras que se humilla a su familia y se les niegan los derechos substantivos de la ciudadanía*[95] *(LINDOLT, 2003, p. 302).*

Guatemaltecos no exterior também poderão votar nos próximos comícios eleitorais. Esta é a mais recente vitória das organizações de migrantes, comemorada em março de 2016, quando o Congresso aprovou uma reforma à Lei de Partidos Políticos que passará a aceitar votos da comunidade guatemalteca no exterior, para a escolha de presidente e vice-presidente, a partir de 2019.

Demanda histórica das organizações de migrantes desde o fim da guerra civil, em 1996, apesar da alegria expressada, sobram críticas dos emigrados ao que foi aprovado pelo Congresso: há pouca movimentação para o treinamento dos funcionários das seções consulares, não há muita clareza sobre como deve ser o procedimento para registrar-se ou mesmo como será a forma da votação e é preciso melhorar a emissão de Documento Pessoal de Identidade nos Estados Unidos, que, hoje, só se emite em cinco dos quinze consulados da Guatemala.

Organizações de migrantes já incluíram novas demandas pelas quais pressionar: conquistar o direito a escolher deputados e poder apresentarem-se também como candidatos. Neste último caso, o que se almeja é criar uma bancada migrante no Congresso Guatemalteco, reforçando ainda mais que guatemaltecos no exterior sentem falta de uma representação política adequada.

---

[95] Tradução livre: "O discurso do *Hermano lejano* proclama palavras vãs. É, simplesmente, a cara benigna de um discurso excludente, que pede ao migrante que contribua economicamente, enquanto se humilha suas famílias e lhes negam os direitos substantivos dos cidadãos".

Residem, hoje, cerca de dois milhões de guatemaltecos nos Estados Unidos. Em 2015, segundo o Banco de Guatemala, eles enviaram US$ 6,3 bilhões para suas famílias. De igual maneira que os salvadorenhos, a quantidade de emigrados e a participação destes na economia guatemalteca foram os aspectos que fortaleceram o pedido da sociedade civil migrante.

Alan Putzey, membro da *Red Migrante Guatemalteca en el Exterior,* declarou a Fox Latina que o voto empodera os cidadãos, que retomam seu papel de fiscalizadores do poder, estando não na posição de pedir favores, mas de exigir do governo "que así como nosotros somos base de la economía de Guatemala queremos que inviertan más en servicios sociales de beneficio a nuestras comunidades de origen" (EFE/USA, 2016).

Representantes de organizações guatemaltecas avaliam que a primeira votação não terá participação expressiva. É preciso que haja cooperação entre governo e sociedade civil migrante para melhorar a comunicação e nessa colaboração invertida é que se crê que o governo recorrerá às organizações de migrantes e, ao fazê-lo, reconhece-os, finalmente, como uma importante força política.

Honduras é o país que tem a permissão de voto no exterior mais antiga, na América Central. A *Ley de Partidos y Otras Organizaciones Políticas* foi revisada e publicada em 1979, quando da transição de um período ditatorial para a democracia em Honduras. Já ai se previa que residentes no estrangeiro pudessem votar para eleger deputados da Assembleia Nacional Constituinte sempre e quando estivessem no país no momento da eleição (TSE-HONDURAS, 2001).

Em 1980, à Assembleia eleita, encarregou-se a construção de uma nova lei eleitoral que, naquele momento, balizou a convocação de hondurenhos às urnas para renovar os mandatos para cargos representativos em 1981. Permaneceu o entendimento de que o voto no exterior era uma possibilidade factível, mas desde que fosse aprovada por unanimidade dos votos das autoridades eleitorais. Vinte anos depois, em 2001, avaliou-se que as condições mais próximas do ideal haviam chegado, fazendo o *Tribunal Nacional de Elecciones* procedesse à regulamentação da lei (ACE, s/d). Desde então, hondurenhos residentes em Nova Orleans, Miami, Washington, Nova York, Los Angeles e Houston, cidades com

maior número de hondurenhos no exterior, podem votar. Inicialmente, o voto estaria restrito a estas cidades, mas podendo estender-se a outras, caso a quantidade de hondurenhos fosse expressiva. Quinze anos depois e não houve ampliação, em 2016 estuda-se a inserção da cidade de Atlanta.

Houve bastante pressão de grupos opositores, cujas críticas iam no sentido de questionar se realmente as condições ideais estavam postas. Durante os vinte anos até a implementação da lei, não houve consulta à comunidade migrante, não houve diálogo entre os partidos políticos e não se discutiu como serias as eleições no exterior, que, ainda hoje, é considerada muito cara – para os padrões econômicos de Honduras - de baixo alcance e participação[96].

Em Honduras, cerca de quatro milhões de pessoas encontram-se aptas a votar. Pelo menos um milhão delas reside fora do país, muitos destes emigrados desde os anos 1990, no entanto, permanecem na lista de votantes. Esta anomalia faz os comícios eleitorais hondurenhos passarem sempre pela suspeita da fraude. A migração indocumentada abre o precedente da falta de controle sobre os hondurenhos que permanecem em Honduras. Cabe ao Registro de Pessoas atualizar as informações junto ao Tribunal Superior Eleitoral, mas é um processo difícil porque são informações que se desatualizam muito rapidamente. Esta é a justificativa dos governos que, quinze anos depois da aprovação do voto, ainda não conseguiu resolver a contento a discrepância verificada na lista de votantes residentes em Honduras (ÁVILA, 2010).

[96] Dos 600 mil hondurenhos nos Estados Unidos, apenas 10 mil se registraram para votar em 2001. Efetivamente, 4500 pessoas votaram naquele ano. Em 2005, 11500 pessoas estavam registradas para votar, mas uma série de problemas técnicos em Nova York, Miami e Washington e o furacão Katrina em Nova Orleans, fizeram com que apenas os votos de Houston e Los Angeles fossem contabilizados, o que não passou de 220 votos (ACE, s/d)

7. CONCLUSÕES

América Latina. Pensá-la é recorrer a esquemas teóricos que caminham entre o imaginário da utopia e da nostalgia e, assim, dessa forma, recorrendo a severas dicotomias que, com a síntese entre colonialismo e modernidade – às vezes entendida como civilização – construiu-se categorias binárias e irreconciliáveis, como lembra Mignolo (2005; 2015): civilización/barbárie; norte/sul. De la Campa (2000, p. 753), adiciona que, contemporaneamente, outros vocábulos surgiram mas reproduzem as cisões binomiais, continuando com a ideia de América Latina que se define pela diferença, por existir em relação a algo: ordem/caos; pós-modernidade/neoliberalismo; capitalismo/caudilhismo. E, ainda, há certos mitos históricos, dos quais se destacaria a ideia de excepcionalidade norte-americana, *"esa confección de un destino continental providencialmente manifesto que todavía sostiene la identidad nacional de Estados Unidos"*[97].

Dentro dessas tentativas de pensar a América e a própria latinidade, há uma relação não cuidadosamente explorada que é a latinidade norte-americana, afinal, o que se viveu a partir do final do século XIX e início do século XX foi a ocorrência de fluxos migratórios massivos do sul para o norte, ao ponto que já não é possível imaginar, de fato, os EUA sem latinos. Há uma outra cartografia encrustada neste território que, demograficamente, tem sido redesenhada, rearticulada e percebida – à medida que se impõe numericamente e influencia a composição étnica e, assim, o próprio imaginário sobre a América.

De acordo com o censo estadunidense de 2010, quase 49% de seus residentes pertencem a minorias étnicas. Os mercados da nostalgia – que comercializam produtos típicos de outros países – e aportam bilhões de dólares à economia estadunidense também dão pistas de como entender a extensão dessa entrada latina na cultura estadunidense. O surgimento de lideranças políticas, não mais restritas a partidos minoritários, mas na cena republicana e democrata, como expressão do chamado voto latino, também está em ascensão. Desde a corrida eleitoral dos anos 2000, os concorrentes à Presidência estadunidense buscam

[97] Tradução livre: "essa construção de um destino continental, providencialmente manifesto, que ainda sustenta a identidade nacional dos Estados Unidos".

expressar-se em espanhol, como forma de simpatia e visão favorável à presença latina. Na pré-campanha de 2015, o que se tem notado, no entanto, é que a questão migratória foi posta em evidência a partir de ataques verbais e xenofobia do candidato republicano Donald Trump, que faz seu rival republicano – com quem competia em eleições primárias do Partido – Jeb Bush, parecer simpático à migração. Pensar a transnacionalidade nas Américas passará, portanto, por uma renovada agenda de pesquisa no tocante às migrações. Medir presença e capacidade de voto em território estrangeiro são já insuficientes para compreender a forma como latinos têm vivido sua dupla consciência.

A escolha por descolonizar o enfoque dado às migrações e à possível diáspora centro-americana resolveu várias limitações que os dados impuseram a esta pesquisa, e talvez a mais importante foi poder fazer perguntas que antes estavam impedidas de serem feitas. A ausência não foi paralisante, muitas vezes ela mesma era uma resposta. Apenas acendeu-se essa possibilidade, no entanto, quando o projeto que daria lugar a esta pesquisa não pôde ser cumprido, pela impossibilidade de fazer as entrevistas a migrantes e a líderes de organizações de migrantes centro-americanas que funcionam nos Estados Unidos.

Impressiona como a história da América Central pode ser contada através da ausência. Impressiona, também, o fato de a termos aprendido sem levar em conta que faltam no quebra -cabeças narrativas importantes, mais próximas dos centro-americanos. As análises acadêmicas no campo das ciências sociais também precisam estar mais abertas a novas formas de construir conhecimento. A sociedade civil e os próprios migrantes, no caso desta pesquisa, manejam informações que precisam de sistematização e organização, sem isso, será impossível atualizar o pensamento sobre a própria América Central em geral e sobre indicadores migratórios, em específico. Abordagens alternativas têm surgido, embora ainda não muito praticadas nas Ciências Sociais, e dizem respeito à utilização de outras narrativas: os relatos, as histórias de vida e a própria literatura de migrações, extremamente popular na América Central, têm servido de apoio para pensar as realidades centro-americanas que não aparecem, a contento, nos informes e relatórios de pesquisa.

Quando Jeovanny foi assassinado, estivemos diante de um imperativo categórico: lamentar e esquecer eram as únicas ações possíveis. Tratando-se de El Salvador, intuía-se que não haveria investigação e nem justiça. Jeovanny tinha cruzado a linha da subjetividade, deixara de ser objeto de estudo, enquanto migrante que foi, e transformara-se em mais uma voz centro-americana silenciada pela violência estrutural de um El Salvador que parece desistir de recuperar o controle e de cuidar de seu povo.

Canclini (2008) diz que ser latino-americano é viver uma história que está em constante negação. Ser centro-americano é viver uma história na qual se está em permanente ausência. Nesta tese, houve a tentativa de interpretar esses silêncios, embora tenhamos nos baseado em fatos históricos, dados e outras sistematizações, mas sabendo que estas fontes não dariam todas as respostas.

Os indocumentados são os grandes ausentes: é impossível escrever sobre as migrações centro-americanas e descartar essas pessoas. No entanto, não é possível usar os dados disponíveis, onde os indocumentados não aparecem, e tomá-los como verdade.

Os violentados e assassinados na travessia pelo México também estão ausentes, embora gritem como nunca. O ano de 2015 foi o que mais violentou migrantes. É urgente uma revisão da relação entre os países mesoamericanos no tratamento aos migrantes. A proteção internacional não é apenas um artifício, são direitos garantidos e, como tal, deve ser efetivado, é preciso seguimento do tema, é preciso converter migrantes em pessoas que importam. Não por benevolência, mas porque os Estados concordaram previamente com todos os instrumentos de proteção, ao celebrar convenções sobre a matéria.

As crianças migrantes estão ausentes. E de tantas formas que é até vergonhoso listar. Estão ausentes das prioridades de seus países, ausentes da proteção quando são empurrados a migrar, ausentes do planejamento de novas políticas migratórias e, assim sendo, seguem tratadas como criminosas quando chegam desacompanhadas à fronteira estadunidense. Desde 2014, são cerca de 50 mil crianças que, anualmente, tentam chegar aos Estados Unidos e são deportadas.

Elas estão se movendo nas brechas deixadas pelos Estados, nas lacunas onde não há direito nem cidadania. Ao migrar elas desafiam os Estados, reafirmando suas existências, simbolizam a culminância do descontrole centro-americano.

O objetivo geral desta pesquisa era identificar se poderíamos considerar, a partir da observação dos movimentos migratórios centro-americanos, a formação de uma diáspora. De acordo com as Teorias de Diáspora, existem pelo menos quatro características para que um movimento migratório seja considerado uma diáspora: o reconhecimento da subalternidade; uma dispersão transnacionalizada – ou seja, é preciso que haja um terceiro território para que as populações possam dispersar-se antes de chegar ao objetivo final; a manutenção de vínculos com a terra natal alimentando o desejo da volta; e a consciência da existência de uma identidade partilhada que facilite ações coletivas.

Por esta ótica, podemos concluir que os movimentos migratórios centro-americanos não são ainda diásporas plenas, uma vez que não há ainda o desejo da volta e se faz ainda muito esforço a fim de ampliar a consciência migrante e orientá-la para a ação política coletiva. Por isso a escolha do termo sociedade civil migrante. Apesar de numericamente a migração centro-americana ser, de fato, expressiva, ainda é preciso reforçar – ou mesmo criar – o hábito da ação política coletiva. Neste sentido, são necessários esforços mais concentrados para a desconstrução do ranço quanto aos países de origem: influenciar no desenvolvimento das comunidades locais e criar espaços de articulação política não são o mesmo que ajudar aos governos. Por outro lado, as remessas não devem ser apontadas sempre como a principal forma de ajuda à casa: a constituição das organizações de migrantes como grupos de pressão é um passo que deverá ser reforçado. E essas são duas formas de descolonizar as migrações: não tomando-as como eventos iminentemente individuais, reconhecendo seus limites enquanto estratégias de sobrevivência e considerando os migrantes também como atores políticos que compõem uma coletividade que não deve ser tutelada por governos que, na maior parte das vezes obedecem às lógicas de colonialidade do poder e da necropolítica.

A partir da descolonização do tema, a conclusão desse trabalho vai no mesmo sentido. Mas adicionam-se vários outros elementos que situam a suposta diáspora como uma sociedade civil migrante. Diante da ausência dos Estados de nascimento, foi preciso criar novas estruturas para apoio e defesa dos migrantes, ou seja, podemos observar que os emigrados centro-americanos estão um passo antes da diáspora.

A força política das organizações de migrantes está em plena construção e isso ocorre por força e vontade da população migrante. Apenas agora, depois de pelo menos três décadas de ação, é possível avaliar sua atuação, seu impacto e sua importância enquanto grupo político, pois era preciso que vários fatores se juntassem: uma estrutura mínima de funcionamento, uma base social a quem representar, a construção de objetivos e metas, arrecadação de fundos e escolha de ações a serem desenvolvidas com e para a coletividade.

Durante vários anos, as associações eram vistas como áreas de recreação, onde os migrantes se encontravam para conversar em sua língua materna, comer suas comidas típicas, ouvir suas músicas e dançar suas danças. Não se deu o devido valor a essas ações. Os Estados centro-americanos apostaram que era apenas uma questão de nostalgia e que as tertúlias não representavam uma ação política válida. Quase quarenta anos depois dos históricos movimentos migratórios do período das guerras, já existe uma segunda geração de filhos de centro-americanos nascidos nos Estados Unidos, que têm se juntado às organizações de migrantes porque cresceram em um ambiente onde suas identidades culturais eram comemoradas. Ou seja, não fosse a ação da sociedade civil migrante, a desvinculação com a América Central seria muito maior e muito mais difícil de ser reestabelecida.

Outra questão importante a ser resolvida é quanto à característica indocumentada das migrações centro-americanas. De acordo com os autores aqui mobilizados, a ação política das organizações de migrantes se fortalecem e se ampliam na mesma medida em que seus líderes e filiados conseguem regularizar seus status migratório. A indocumentação resolveria a parte imediata do problema, tirando o risco de deportação ou de prisões arbitrárias. Outras faces dela são a

descidadania e a estigmatização, frutos que nascem diretamente das relações baseadas na colonialidade do poder. O estigma e o preconceito – e, portanto, um livre exercício de identidades – não desaparecem quando migrantes regularizam seu *status* migratório. Descolonizar as relações, então, parece ser o exercício a ser proposto.

Descolonizar as migrações é entender que migrantes não são perigos em potencial para a segurança regional meso-americana porque fogem de contextos conturbados e de violência na América Central. A violência precede os migrantes. O discurso criminalizante acerca dos deslocamentos massivos aumentam a vulnerabilidade das pessoas que, ao chegar aos Estados Unidos, após várias violações, não se sentem seguros para regularizar sua situação migratória, conservando suas identidades de papel.

Descolonizar as migrações é repensar as fronteiras e aqui não falamos necessariamente em flexibilizar políticas migratórias. Historicamente, afrouxar ou restringir os parâmetros de entrada de estrangeiros em países desenvolvidos não tem impacto no aumento ou diminuição dos deslocamentos humanos. Repensar as fronteiras consiste em reconhecer que migrantes, venham de onde venham, são sujeitos de direitos. Vários autores apontam que as migrações permanecerão altas ainda por muito tempo, já que as causas contemporâneas são múltiplas e respondem a contextos regionais/locais, então, criar fronteiras menos securitizadas e prezar pela proteção dos direitos humanos e cidadania dos migrantes são formas de quebrar o círculo vicioso de violências e irregularidades.

Além disso, permitir o exercício da cidadania aos migrantes seria uma forma de inseri-los de melhor maneira aos sistemas produtivos dos países de acolhida. A mão de obra migrante hoje, no mundo inteiro, está disponível e não tem sido aproveitada como tal. A cidadania poderá ser a porta que separa migrantes vulneráveis e precarizados, de um contexto em que estes tenham maior poder sobre suas vidas, possam ter oportunidades laborais melhores e, por conseguinte, consigam concretizar seus objetivos de ter uma vida melhor e contribuir também para o desenvolvimento de suas comunidades de acolhida.

Descolonizar as migrações é tirar, portanto, os indocumentados da sombra e considerá-los como parte do desenvolvimento das economias. O discurso criminalizante aumenta, através da construção de estigmas, a sensação de insegurança, neste contexto, migrantes são despesas: de contenção de entrada, de centro de detenções, de fronteiras armadas, de deportações. A desconstrução do estigma, por sua vez, pode evidenciar a produtividade dos migrantes. No entanto, tanto Estados Unidos quanto México não demonstram atuações nesse sentido, entre as fronteiras permanece uma intensa colonialidade do poder, uma intensa ação de elites que impulsionam a necropolítica, tal qual Mbembe teoriza.

Estamos, portanto, diante de um fenômeno em construção, que é sociedade civil porque ainda faltam elementos importantes na equação: ainda não há o desejo de voltar voluntariamente. A figura dos migrantes retornados, aos poucos, está cobrando seu espaço, no entanto, os retornados centro-americanos voltam por deportação ou autodeportação e não por vontade ou por enxergar no país natal um local onde encontrarão potencialidades para que suas vidas sejam consideradas. Existe a necessidade genuína ou criada, de aportar financeiramente, e este parece ser o vínculo mais difundido, realmente, mas a migração ainda é uma via de mão única na América Central.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACE (RED DE CONOCIMIENTOS ELECTORALES). **Enciclopedia:** Panorama general sobre el voto en el extranjero. Disponível em http://aceproject.org/ace-es/topics/va/vay/vay_hn. Último acesso em 25 junho 2016.

ACNUR. **Nota de orientación sobre las solicitudes de la condición de refugiado relacionadas con las victimas de pandillas organizadas**. Divisão de Proteção Internacional, Genebra, 2010. Disponível em http://www.refworld.org/docid/4bf4e2232.html. Último acesso em15 agosto 2013.

ALVAREZ, Alberto Martín. Desafiando la hegemonia neoloiberal: ideologias de cambio radical en la Centroamérica del postguerra. **Revista História Actual On line,** n° 25, primavera 2011, pp. 111-123. Disponível em http://kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/136357/ichaptersection_singledocument/783d0a13-2fe2-4d6b-9c69-aebb9a4b39ae/es/9.pdf. Último acesso em 10 julho 2014.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Cia das Letras, 2013.

ANDRADE-EEKHOFF, Katharine & ÁVALOS, Claudia Maria da Silva. La globalización de la periferia: flujos transnacionales migratorios y el tejido sócioproductivo local en América Latina. **Revista Centroamericana de Ciencias Sociales**, n° 1, vol 1, julho de 2004, pp. 57-86.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Victimas invisibles:** migrantes en movimiento en México. Secretariado Internacional: Londres, 2010.

ARANGO, Joaquín. **Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración. Revista Internacional de Ciencias Sociales**. Madrid, 2000. Disponível em http://www.giemic.uclm.es/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=369&Itemid=50. Último acesso em 30 out 2010.

ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. Honduras: bipartidismo, representación y construcción de una democracia de ciudadanía. **V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política.** Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010. Disponível em www.aacademia.org/000-036/434.pdf. Último acesso em 25 junho 2016.

BANGUAT (Banco de Guatemala). **Guatemala:** ingresso de divisas por remesas familiares – años 2008 a 2015, en miles de dólares. Cidade da Guatemala, 2015. Disponível em www.banguat.gob.gt/inc/ver.asp?id=/estaeco/remesas/remfam2015.htm&e=119775 . Visualizado em 23 out 2015.

BANGUAT (Banco de Guatemala). **Indicadores económicos.** Estadísticas Macroeconómicas. Cidade da Guatemala, 2016. Disponível em http://www.banguat.gob.gt/inc/main.asp?id=111348&aud=1&lang=1 **.** Último acesso em julho 2016.

BARRE, Camille. El impacto de las remesas en Guatemala: ¿alívio a la pobreza o fator de desarrollo? **Traspasando Fronteras**, n°1, p.77-88, 2001.

BCH (Banco Central de Honduras). **Producto Interno Bruto Anual:** base 2000-2015. Estadísticas Económicas, Sector Real. Tegucigalpa, 2016. Disponível em http://www.bch.hn/pib_base2000.php. Último acesso em julho 2016.

BCH (Banco Central de Honduras). **Remesas Familiares enviadas por hondureños residentes en el exterior y gastos efectuados en el país durante sus visitas.** Subgerencia de Estadísticas Económicas. Departamento de Estadísticas Macroeconómicas. Tegucigalpa, 2014.

BCH-HONDURAS (Banco Central de Honduras). **Resultados encuesta semestral de remesas familiares**: janeiro 2016. Subgerencia de Estudios Económicos: Departamento de Estadísticas Macroeconómicas. Disponível em http://www.bch.hn/download/remesas_familiares/remesas_familiares_012016.pdf. Último acesso em 20 fevereiro 2016.

BCR (Banco Central de Reservas de El Salvador). **Remesas familiares crecen 6,7% durante el año 2014.** Comunicado de prensa n° 1/2015. San Salvador, 2015. Disponible em:

BCR-Honduras (Banco Central de Reservas de Honduras). **Consideraciones sobre las remesas familiares enviadas a Honduras.** Resumo executivo. Tegucigalpa, 2007.

BCR-SV (Banco Central de Reservas – El Salvador). **Produto Interno Bruto Trimestral (PIBt).** Base de datos económica-financiera. San Salvador, 2016. Disponível em http://www.bcr.gob.sv/bcrsite/?cdr=33. Último acesso julho 2016.

BID. **Remesas en Centroamérica**. Informes BID. Flórida, novembro 2007. Disponível em www.iadb.org/document.cfm?id=1200049. Último acesso em 30 de outubro de 2010.

BRAVO, Vanessa. Comunicando los derechos de votación en el extranjero a las diásporas: retos y oportunidades en los casos de El Salvador y Costa Rica. **Revista Internacional de Relaciones Públicas,** n° 5, vol 3, 2013, pp. 5-26. Disponible en (…). Último acesso em 24 jun 2016.

BRAZIEL, Jana Evans. **Diaspora:** an introduction. Blackwell Publiching Ltd. 2008

BUTLER, Kim D. Defining diaspora, refining a discourse. **Diaspora,** n° 10, vol 2, 2001, pp. 189-218.

CALDERÓN, Obryan Poyser. **Informe Estado de la Región:** pobreza en Centroamérica – evolución 2000-2014 y situación actual. San José: Programa Estado de la Nación, 2015.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século.** São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno: una redefinición. In: BORÓN, Atílio. **La teoria marxista hoy**. Buenos Aires: Clacso, 2006, pp. 409-434.

CASANOVA, Pablo González. El colonialismo interno. In: **Sociología de la explotación**. Buenos Aires: Clacso, 2006, pp. 185-234.

CEPAL. **La economía del cambio climático en América Latina y el Caribe:** paradojas y desafios del desarrollo sostenible. Santiago do Chile: Editora Nações Unidas, fev 2015. Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37310/S1420656_es.pdf?sequence=4. Último acesso em abril 2016.

CEPAL. **Las remesas de los emigrantes:** experiencias de la CEPAL en Centroamérica. Una nota informativa. 2004 Disponible en: www.crmsv.org/documentos/investigacion/remesasCEPAL.htm. Último acesso em 25 set 2015.

CEPALSTAT. **Base de dados, estatísticas e indicadores sociais**. Disponível em www.interwp.cep.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=. Último acesso em 18 julho 2016.

CHAVERRI, Carlos Granados. Hacia una definición de Centroamérica: el peso de los factores geopolíticos. **Anuário de Estudios Centroamericanos**. Universidad de Costa Rica, n° 11, vol. 1, pp. 59-78, 1985.

CHAVES, Alonso Rodríguez. Parlamento centroamericano: história sin fin. **Cuadernos Americanos**, n° 148, pp. 165-180. Cidade do México, 2014.

CHENG, Gracye. Ser perseguido por bandas como motivo de asilo em EEUU. **Revista Migraciones Forzadas,** pp. 26-37, 2011. Disponível em http://www.fmreview.org/es/no-estatales/Cheng.htm. Último acesso em abril 2014.

CIA. The world fact book: library. Disponível em https://www.cia.gov/library/.../the-**world**-**factbook**/. Último acesso em 16 outubro 2015.

CIDEHUM. **Desplazamiento forzado y necesidades de protección generados por nuevas formas de violencia y criminalidad en Centroamérica.** Diagnóstico solicitado poro Acnur, 2012. Disponível em http://www.cidehum.sitew.com/fs/Root/8svj6-Informe_CIDEHUM_Desplazados.pdf. Último acesso em 15 agosto 2013.

COHEN, Robin. **Global diasporas**: an introduction. London: UCL Press, 1997

CONADEH. **Informe Anual 2015:** Comisionado Nacional de los Derechos Humanos al honorable congresso nacional de la república. Tegucigalpa, 2015. Disponível em http://conadeh.hn/wp-content/uploads/2016/04/Informe-Anual-2015-FINAL-VERSI%C3%93N-PDF.pdf. Último acesso em novembro 2015.

CONAMIGUA. **Consejo Nacional de Atención al Migrante de Guatemala.** Cidade da Guatemala, 2015. Disponível em http://www.conamigua.gob.gt/. Último acesso dezembro 2015.

DE LA CAMPA, Román. Norteamérica y sus mundos latinos: ontologías, globalización, diásporas. **Revista Iberoamericana**, vol. 66, n° 193, out-dez, 2000, pp. 753-769.

DGME-SV. **Servicios de atención a repatriados.** San Salvador, 2012. Disponível em http://www.migracion.gob.sv/index.php/temas/servicio-de-atencion-a-repatriados. Último acesso em maio 2016.

DU BOIS, W. E. B. **The souls of black folk.** Nova York: Editora CreateSpace Pub, 2011.

DUBOIS, Alfonso. **Pobreza:** verbete. Diccionário de Acción Humanitária y Cooperación al desarrollo. Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional. Universidad del País Vasco, 2005. Disponível em: www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/172. Último acesso em 10 nov 2015.

DYM, Jordana. De Reino de Guatemala a República de Centro América: un périplo cartográfico. **Boletín AFEHC,** n° 48, jan 2011. Disponível em http://www.afehc-historia-centroamericana.org/index.php?action=fi_aff&id=2590. Último acesso em setembro 2016.

EFE/USA. Guatemaltecos em Estados Unidos celebran aceptación en su país de voto de migrantes. **Fox News Latino.** 2016. Disponível em http://latino.foxnews.com/latino/espanol/2016/03/02/guatemaltecos-en-eeuu-celebran-aceptacion-de-su-pais-voto-de-inmigrantes/. Último acesso em julho 2016.

FOMIN/BID. Las remesas a América Latina y el Caribe superan su máximo valor histórico en 2014. Fondo Multilateral de Inversiones. 2015. Disponível em http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getDocument.aspx?DOCNUM=39619559. Último acesso em marco 2015.

FOX, Jonathan & GOIS, William. La sociedad civil migrante: diez tesis para el debate. **Revista Migración y Desarrollo,** vol. 7, n° 15, 2010, pp. 81-128.

FUNDAUNGO. **Atlas de la violencia en El Salvador (2009-2012)**. San Salvador: Fundación Guillermo Ungo, 2013a. Disponível em http://fundaungo.org.sv/pdf/2014/Atlas_de_violencia.pdf. Último acesso em 18 julho 2016.

FUNDAUNGO. **Atlas de la violencia en Guatemala (2009-2013).** San Salvador: Fundación Guillermo Ungo, 2014. Disponible en http://www.fundaungo.org.sv/www/pdf/2015/Atlas_Guatemala/03122015_AtlasGuatemala.pdf. Último acesso em 18 julho 2016.

FUNDAUNGO. **Atlas de la violencia en Honduras (2009-2012).** San Salvador: Fundación Guillermo Ungo, 2013b. Disponível em http://fundaungo.org.sv/fundaungo/images/publicaciones/violencia/atlas_honduras_final.pdf. Último acesso em 18 julho 2016.

GALEANO, Eduardo. **Bocas del tiempo**. Coleção Biblioteca Eduardo Galeano. Madrid: Siglo XXI Editorial, 2004.

GAMBOA, Abelardo Morales. **La diáspora de la posguerra:** regionalismo de los migrantes y dinámicas territoriales en América Central. San José: Flacso Costa Rica, 2007.

GAMMAGE, Sarah. Exporting people and recruiting remittances: a development strategy for El Salvador. **Latin American Research Review.** 2005b.

GIANNI, Silvia M. Identidades de papel: identidad de la ausencia y negación en los migrantes indocumentados – un enfoque desde tres textos narrativos. **Otras Modernidades - Revista de Estudios Literários e Culturales**: Università degli Studi di Milano. Número Especial Migrazioni, Diaspora, esilio nelle litterature e

culture ispanoamericane, 2014. Disponível em http://riviste.unimi.it/index.php/AMonline/article/view/4127. Último acesso em 29 mar 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓMEZ, José Luis Rocha. Censo estadunidense 2010: cifras e implicaciones de la mayor presencia de Centroamérica en Estados Unidos. **Revista Istmica**, n° 14, 2011.

GROSFOGUEL, Ramón & CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Prólogo: Giro decolonial, teoria crítica y pensamento heterárquico. In: _____. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidade epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

GROSFOGUEL, Ramón. Latin@s and the decolonization of US empire in the 21st century. Special Issue: Migrants and Clandestinity. **Social Science Information,** vol 47, n. 4, pp. 605-622. Los Angeles, 2008.

INSIGHT CRIME. Balance de InSight Crime sobre los homicídios en Latinoamérica en 2015. Disponível em http://es.insightcrime.org/analisis/balance-insight-crime-homicidios-latinoamerica-2015. Último acesso em julho 2016.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORIN CENTRE. **Internal displacement in the Americas.** Norwegian Refugee Council, 2012. Disponível em http://internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/(httpInfoFiles)/7E56E0BD7882D233C12579E400368A6E/$file/global-overview-americas-2011.pdf. Último acesso em 15 agosto 2013.

JIMÉNEZ, Saodi. Decisión histórica: inmigrantes guatemaltecos podrán votar para presidente desde el exterior. **Hoy Los Ángeles,** Los Ángelez, 3 de março 2016. Disponible en (…). Último acesso em 24 junho 2016.

LARRINAGA. Mario Cortés. Política inmigratória de México e Estados Unidos y algunas de sus consecuencias. **Revista Región y Sociedad**, vol XV, n° 27, 2003.

Disponível em www.scielo.org.mx/pdf/regsoc/v15n27/v15n27a1.pdf. Último acesso em 17 julho 2016.

LINDOLT, Patricia. El transnacionalismo político y el derecho al voto en el exterior: El Salvador y sus migrantes em Estados Unidos. In: CHELIUS, Letícia Calderón (coord.). **Votar en la distancia:** la extensión de los derechos políticos a migrantes – experiencias comparadas. México, DF: Insituto Mora, 2003, pp. 301-323.

MANAUT, Benítez Raúl. La iniciativa Mérida: nuevo paradigma para la relación de seguridad México-Estados Unidos-Centroamérica. Revista Mexicana de Política Exterior. Disponível em www.sre.gob.mx/revistadigital/images/.../benitez.pdf. Último acesso em 30 maio 2016.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, vol. 15, n. 1, 2003, pp. 11-40. Disponível em https://www.dartmouth.edu/~lhc/docs/achillembembe.pdf. Último acesso em 29 mar 2016.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MILESI, Rosita. **Refugiados:** realidades e perspectivas. Brasília: Instituto Scalabriniano de Estudos Migratórios/Instituto de Migrações e Direitos Humanos. Edições Loyola, 2003.

MUSSET, Alain. Las fronteras del istmo centroamericano: uma geopolítica de larga duración. **Revista Estudios Transfronterizos,** n° 40, julho-dezembro 1997, pp. 159-187. Disponível em https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5196182.pdf. Último acesso em 2 set 2016.

OBSERVATÓRIO DE LEGISLAÇÃO E POLÍTICA MIGRATÓRIA. **Informes vários: Plan Frontera Sur aumento violencia a los migrantes.** Disponíveis em http://observatoriocolef.org/?s=plan+frontera+sur. Último acesso em julho 2016.

OFFEN, Karl. La cartografía colonial de Centroamérica y el topónimo 'mosquito'. **Boletín AFEHC,** n° 48, jan 2011. Disponível em http://www.afehc-historia-

centroamericana.org/index.php?action=fi_aff&id=2582. Último acesso setembro 2016.

OIM. **Global migration trends 2015**: facts sheet. Nova Iorque: Global Migration Data Analysis Centre, 2016. Disponível em http://publications.iom.int/es/system/files/pdf/global_migration_trends_2015_factsheet.pdf. Último acesso em 16 julho 2016.

OROZCO, Manuel. Central American diásporas and hometown associations. In: MERZ, Barbara J.; CHEN, Lincoln C.; GEITHNER, Peter F. **Diaspora and development.** Harvard university Press, Cambridge, 2007.

PALMA, I & DARDÓN, J. La emigración de guatemaltecos a Estados Unidos: características, comportamientos, impactos e implicaciones políticas. In: SOLÍS, D. & AGUILAR, M. (coord). **Migraciones en el sur de México y Centroamérica**. Editora Universidad de Chiapas. Chiapas, 2008.

PAPPTNCA (Plan de la Alianza para la Prosperidad del Triangulo Norte). **Lineamientos del Plan de la Alianza para la Prosperidad del Triángulo Norte:** Plan Regional de El Salvador, Guatemala y Honduras. Setembro 2014. Disponível em http://www.encuentroplanalianza.com/pdf/PlanTrianguloNorte.pdf. Último acesso em fevereiro 2015.

PARLACEN. **Marco político y jurídico:** Esquipulas I y II. Información General: Parlamento Centroamericano, 2016. Disponible em http://www.parlacen.int/Informaci%C3%B3nGeneral/MarcoPol%C3%ADticoyJur%C3%ADdico/EsquipulasI.aspx. Último acesso em 25 ago 2016.

PAUL, Alison & Gammage, Sarah. Hometown associations and development: the case of El Salvador. **Destination D.C Working Paper**, n° 3, dezdmbro 2004. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Sarah_Gammage/publication/228730471_Hometown_Associations_and_Development_The_Case_of_El_Salvador/links/546e1bdc0cf2b5fc176040dc.pdf. Último acesso em junho 2016.

PINTO, J. C. Acerca del surgimento del Estado en Centroamérica. **Anuário de Estudios Centroamericano**. Universidad de Costa Rica, pp. 78-103, 1980.

PNUD-SV (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo: El Salvador). **La pobreza en El Salvador desde la mirada de sus protagonistas.** Série Miradas: San Salvador, 2014.

PRESANCA (Programa Regional de Seguridad Alimentaria para Centroamérica). **Centroamérica en cifras:** datos de seguridade alimentaria nutricional y agricultura familiar, dezembro 2011. Disponível em www.fao.org/fileadmin/user_upload?AGRO_Noticias/docs/CentroAméricaEnCifras.pdf . Último acesso em 10 out 2015.

PRESIDENCIA – SV. **Plan quinquenal de desarrollo 2014-2019:** El Salvador productivo, educado y seguro. Gobierno de El Salvador. San Salvador, 2014. Disponível em http://www.presidencia.gob.sv/wp-content/uploads/2015/01/Plan-Quinquenal-de-Desarrollo.pdf. Último acesso em junho 2016.

PUERTA, Ricardo. Entendiendo y explicando la migración hondureña a Estados Unidos. **Revista Población y Desarrollo**: Argonautas y Caminantes, n. 2. Universidad Autónoma Nacional de Honduras, Tegucigalpa, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder,eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMÍREZ, Andrés Mora. América Central e as fronteiras flexíveis do império. **O Istmo.** Disponível em https://oistmo.com/2015/09/09/analise-america-central-e-as-fronteiras-flexiveis-do-imperio/. Último acesso em dezembro 2015.

RECINOS, Vladimir. Los escenários de la migración internacional centroamericana: causas y efectos de la migración hondureña en trânsito por México hacia EUA. Grupo de Trabalho 30: Centroamérica y el Caribe: conflictos, crisis, democratización. XXIX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia – ALAS. Santiado do Chile, 2011. Disponível em http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT30/GT30_LopezRecinos.pdf. Último acesso em 7 março 2016.

REDODEM (Red de Documentación de las Organizaciones Defensoras de Migrantes). **Migrantes invisibles, violência tangible:** informe 2014. Servicio Jesuita a Migrantes: México, DF., 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, José Luis. La fuerza política de organizaciones, movimientos y no-movimientos de migrantes. **Revista Envío.** Manágua: Universidad Centroamericana, n° 404, nov 2015. Disponível em http://envio.org.ni/articulo/5109. Último acesso em 25 junho 2016.

ROCHA, José Luis. La fuerza política de organizaciones, movimientos y no-movimientos de migrantes. **Revista Envío.** Manágua: Universidad Centroamericana, n° 404, nov 2015. Disponível em http://envio.org.ni/articulo/5109. Último acesso em 25 junho 2016.

RODRIGUEZ, Ana Patricia. **Dividing the isthmus:** Central American transnational histories, literatures and culture. University of Texas Press. Austin, 2009.

RODRÍGUEZ, Leila. Refugiados guatemaltecos em cuatro destinos: flujos migratorios y contextos de recepción. **Revista Centroamericana de Ciencias Sociales**, vol. V, n. 1. San José, julio 2008.

ROJAS, Francisco & SOLÍS, Luis Guillermo. Entre la intervención y el olvido: las relaciones entre Centroamérica y Estados Unidos. **Anuario de Estudios Centroamericanos**. Universidad de Costa Rica, n° 19, vol. 1, pp. 5-22, 1993.

RUIZ, Laura Carolina. **El Salvaodor 1989 – 2009:** migraciones y salvadoreños en Estados Unidos desde las categorias de Segundo Montes. PNUD-UCA, San Salvador, 2010.

SADER, Emir & JENKINGS, Ivana (orgs.). **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea.** São Paulo: Boitempo, 2012.

SHEFFER, Gabriel. **Diaspora politics:** at home abroad. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TOUSSAINT, Mónica. Centroamérica: entre la guerra y la paz, del Pacto de Corinto a los Acuerdos de Esquipulas. Latinoamérica: **Revista de Estudios Latinoamericanos**, n° 45, pp. 157-192. México, 2007.

TSE HONDURAS. Decreto 72/2001: **Ley especial para el ejercicio del sufragio de los hondureños en el exterior**.

UNFPA. **Análisis de situación de la población en Honduras**. Caderno 3: distribución geográfica de la población, United Nations, Tegucigalpa, 2009.

UNODOC. **Estudio mundial sobre el homicidio 2013**: tendencias, contextos, datos . Agência das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime. Resumo Executivo. Nova Iorque, 2014. Disponível em https://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/GLOBAL_HOMICIDE_Report_ExSum_spanish.pdf . Último acesso em 18 julho 2016.

US CENSUS BUREAU. International migration main: people and households – US Census. Disponível em http://www.census.gov/population/intmigration/. Último acesso em 7 março 2016.

US EMBASSY. **CAFTA ofrece oportunidad histórica, dice Zoellick.** Textos y Transcipciones, maio 2005. Disponível em http://iipdigital.usembassy.gov/st/spanish/texttrans/2005/05/20050517155806glnesnom0.6328394.html#axzz3fWvD0rRm. Último acesso jan 2016.

ZONU. **Mapas y fotos satelitales del mundo:** mapa político de América Central y Caribe. Disponível em http://www.zonu.com/fullsize2/2009-12-25-11476/Mapa-Poltico-de-Amrica-Central-y-del-Caribe.html. Último acesso em setembro 2016.